

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MILENA DEMETRIO

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ECOLÓGICAS E A AGREGAÇÃO DE VALOR
ALIMENTAR: TRAJETÓRIA DE MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

**PATO BRANCO
2022**

MILENA DEMETRIO

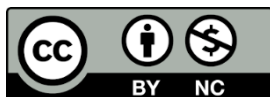
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ECOLÓGICAS E A AGREGAÇÃO DE VALOR ALIMENTAR: TRAJETÓRIA DE MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ecological family agro-industries and the aggregation of food value: rural women's trajectory in regional development

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Área de Concentração: Regionalidade e Desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Marcio Gazolla. Coorientadora: Josiane Carine Wedig.

PATO BANCO

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Atribuição – Uso Não Comercial (CC BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco



MILENA DEMETRIO

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ECOLÓGICAS E A AGREGAÇÃO DE VALOR ALIMENTAR: TRAJETÓRIA DE MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 29 de Agosto de 2022

Dr. Marcio Gazolla, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Daniela Oliveira, Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)

Dra. Valdete Boni, Doutorado - Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs)

Dr. Wilson Itamar Godoy, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 27/09/2022.

Dedico este trabalho à minha avó, e a
todas as mulheres agricultoras.

AGRADECIMENTOS

Foram inúmeras as pessoas que apoiaram meus estudos, seja por palavras de encorajamento ou por contribuições diretas. No mestrado não foi diferente. Agradeço a minha família, que sempre valorizou a educação. Ao meu noivo e companheiro de vida que dividiu as angústias da escrita ao meu lado, com paciência e acolhimento. A meus amigos Tiago de Lima, Duda Ramos e Tafny Barreiro, pelos momentos de descontração e alegria. A minha psicóloga, que me apoiou em um momento difícil e me mostrou que é possível fazer uma pós-graduação com saúde mental.

Agradeço especialmente a meu orientador, professor Marcio Gazolla, por aceitar o desafio de incluir um tema a ele desconhecido nesta pesquisa, e a minha coorientadora, professora Josiane C. Wedig, por nos guiar neste processo. Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento regional da UTFPR, agradeço pelo conhecimento compartilhado, pelo esforço e adaptação frente aos desafios proporcionados pela pandemia, e pelo acolhimento e conselhos sempre que solicitados. Agradeço também aos colegas de jornada, principalmente aos alunos bolsistas, por compartilhar suas vidas, alegrias e tristezas, espero ainda encontrar-lhes muitas vezes!

Enfatizo um agradecimento especial a CAPES, pelo suporte financeiro que permitiu a dedicação exclusiva ao desenvolvimento desta pesquisa (processo 88887.480987/2020-00).

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar a agregação de valor alimentar que ocorre nos Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs) dando ênfase na contribuição do trabalho das mulheres. Os SAFEs são uma alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico e fornecem alimentos de qualidade superior, com atributos diferenciados, comercializados por cadeias curtas e que refletem a cultura alimentar de uma região. Neste contexto, a participação das mulheres está muito ligada ao consumo e produção sustentáveis e saudáveis. Apesar da grande importância do trabalho que as agricultoras desempenham, seus esforços frequentemente são invisibilizados pela estrutura social que considera suas atividades como "reprodutivas", por não gerarem valor monetário. Diante deste cenário a pesquisa questiona: quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná e qual a atuação das mulheres agricultoras nesse processo? O objetivo geral é investigar os processos de agregação de valor alimentar nas agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná a partir da atuação das mulheres agricultoras. Já os objetivos específicos são: a) Mensurar o valor agregado dos alimentos ecológicos fabricados em agroindústrias familiares de diferentes cadeias de produção e comercialização; b) Analisar a trajetória das mulheres na constituição das agroindústrias familiares ecológicas; c) Averiguar a atuação das mulheres nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos das agroindústrias familiares; e d) Verificar se as atividades das mulheres agricultoras, nas agroindústrias familiares de alimentos ecológicos, contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e para a sua autonomia. Para a etapa quantitativa utilizou-se o método de avaliação econômica dos sistemas produtivos para aferição da agregação de valor aos alimentos ecológicos e da participação econômica das mulheres neste processo. Já para a etapa qualitativa foi empregado o método de história de vida tópica, para analisar a trajetória das agricultoras na construção dos SAFEs e para verificar se há transformações nos papéis sociais de gênero nas unidades de produção. A pesquisa justifica-se pela lacuna existente na literatura sobre a participação econômica das mulheres na agregação de valor aos alimentos das agroindústrias familiares ecológicas. Os resultados desta pesquisa demonstram que as agroindústrias são uma importante fonte de renda para estas famílias, sendo o valor agregado dos SAFEs, em média, R\$ 220 mil por ano. Além disso, constatou-se que as mulheres trabalham mais horas na agroindústria, e que existe grande participação delas na comercialização e em assuntos administrativos, fato que demonstra uma tendência de transformação dos papéis de gênero. Entretanto, a inclusão produtiva das mulheres não diminuiu sua carga de trabalho em atividades domésticas e de cuidado, ocasionando a elas uma dupla jornada. A pesquisa também identificou que as compras públicas têm destaque nos canais de comercialização acessados pelas famílias e que o comércio digital foi incentivado pela pandemia do Covid-19, geralmente sendo feito pelas mulheres. Neste sentido, futuras investigações podem analisar a participação das agricultoras na formação e consolidação de mercados, sejam eles digitais ou físicos.

Palavras-chave: Agroindústrias. Mulheres Rurais. Alimentação. Valor Agregado. Desenvolvimento Rural e Regional.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the addition of food value that occurs in Ecologically Based Family Agro-industrial Systems (SAFEs) with emphasis on the contribution of women's work. SAFEs are an alternative to the hegemonic agrifood system and provide superior quality food, with differentiated attributes, commercialized through short chains and reflecting the food culture of a region. In this context, women's participation is very much linked to sustainable and healthy consumption and production. Despite the great importance of the work that women farmers perform, their efforts are often invisibilized by the social structure that considers their activities as "reproductive" because they do not generate monetary value. Given this scenario, the research asks: how much is the added food value of the ecological family agroindustries in the Southwestern Region of Paraná and what is the role of women farmers in this process? The general objective is to investigate the processes of food value addition in the ecological family agribusinesses in the Southwestern Region of Paraná from the performance of women farmers. The specific objectives are: a) To measure the added value of ecological foods manufactured in family agro-industries of different production and commercialization chains; b) To analyze the trajectory of women in the constitution of ecological family agro-industries; c) To verify the performance of women in the processes of adding value to ecological foods in family agro-industries; and d) To verify if the activities of women farmers, in the ecological family agro-industries, contribute to the transformation of the social gender roles and to their autonomy. For the quantitative stage, we used the economic evaluation method of the productive systems to assess the aggregation of value to the ecological food and the economic participation of women in this process. For the qualitative stage, the topical life history method was used to analyze the trajectory of the women farmers in the construction of the SAFEs and to verify if there are transformations in the social gender roles in the production units. The research is justified by the gap in the literature about the economic participation of women in the aggregation of value to food in ecological family agro-industries. The results of this research demonstrate that agro-industries are an important source of income for these families, with the added value of SAFEs being, on average, R\$220,000 per year. Moreover, it was found that women work more hours in the agroindustry, and that there is a large participation of women in commercialization and administrative matters, a fact that demonstrates a trend of transformation of gender roles. However, the productive inclusion of women has not decreased their workload in domestic and care activities, causing them to work a double shift. The research also identified that public purchases are highlighted in the commercialization channels accessed by families, and that digital commerce was encouraged by the Covid-19 pandemic, generally being done by women. In this sense, future research can analyze the participation of women farmers in the formation and consolidation of markets, whether digital or physical.

Keywords: Agroindustries. Rural Women. Food. Value Added. Rural and Regional Development.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da Região Sudoeste do Paraná.....	33
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos SAFEs investigados.....	29
Tabela 2 - Custos produtivos dos SAFEs: total (CT), consumo intermediário (CI), divisão do valor agregado (DVA) e depreciação (D), em 2019/2020	81
Tabela 3 - Produção bruta (PB) decomposta em renda agrícola e renda não agrícola	84
Tabela 4 - Decomposição da renda agrícola em produção in natura, agroindústria e autoconsumo.....	86
Tabela 5 - Valor agregado bruto (VAB) e líquido (VAL) dos SAFEs.....	87
Tabela 6 - Valor agregado líquido e renda agroindustrial dos SAFEs.....	90
Tabela 7 - Produção bruta, valor agregado bruto, líquido e renda agroindustrial por hectare	93
Tabela 8 - VAB, VAL e RAI per capita.....	95
Tabela 9 - Ponto de Nivelamento e Nível de Reprodução Simples	96
Tabela 10. Canais de comercialização e mercados construídos pelos SAFEs	99
Tabela 11 - Horas anuais trabalhadas nos SAFEs por gênero	118
Tabela 12 - Horas anuais trabalhadas na produção primária por gênero	120
Tabela 13 - Horas anuais trabalhadas na agroindústria por gênero.....	121
Tabela 14 - Horas anuais trabalhadas na comercialização por gênero.....	123
Tabela 15 - Horas anuais trabalhadas no trabalho doméstico por gênero	124
Tabela 16 - Quantidade de pessoas e Unidades de Trabalho Homem (UTH) total e por gênero.....	125
Tabela 17 - Renda Agroindustrial per capita e por gênero.....	127
Tabela 18 - Renda Agroindustrial per capita por tipo de trabalho das mulheres	128
Tabela 19 - Renda Agroindustrial per capita por tipo de trabalho dos homens	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média das horas trabalhadas por gênero	119
Gráfico 2 - RAI per capita por tipo de atividade: Mulheres	129
Gráfico 3 - RAI per capita por atividade: Homens	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equações de cálculo do método de análise do Valor Agregado	27
Quadro 2 - Definição das variáveis do método do valor agregado	27
Quadro 3 - Análise comparativa entre a abordagem clássica e sistêmica	39
Quadro 4 - Principais estratégias de agregação de valor e qualificação alimentar encontradas na revisão da literatura	48
Quadro 5 - História de vida das agricultoras dos SAFEs	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
AGR	Agroindústria Rural
AGF	Agroindústria Familiar
ANF	Agricultura Não Familiar
AMR	Associação de Mulheres Rurais – Chopinzinho/PR
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CI	Consumo Intermediário
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CSA	Community Supported Agriculture
D	Depreciação
DANT's	Doenças Alimentares Não Transmissíveis
DVA	Divisão do Valor Agregado
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
HA	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
IG	Indicações Geográficas
NRS	Nível de Reprodução Simples
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Produção Bruta
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PN	Ponto de Nivelamento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPP	Product, Process and Place
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PR	Paraná
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAI	Renda Agroindustrial
SAFEs	Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
VA	Valor Agregado
VAB	Valor Agregado Bruto
VAL	Valor Agregado Líquido
UP	Unidade produtiva
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTH	Unidade de Trabalho Homem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O PROBLEMA DE PESQUISA, OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E A REGIÃO INVESTIGADA	18
2.1 Problema de pesquisa	18
2.2 Justificativa da pesquisa	23
2.3 Metodologia da pesquisa e instrumentos de investigação	25
2.4 Caracterização da região sudoeste do Paraná	35
3. ABORDAGEM SISTÊMICA, VALOR AGREGADO ALIMENTAR NOS SAFES E AS MULHERES RURAIS	38
3.1 Abordagem sistêmica e sistemas agrários e produtivos	38
3.2 Estratégias de agregação de valor alimentar e agroindústrias familiares ecológicas.....	41
3.3 Mulheres rurais: lutas por reconhecimento e autonomia.....	61
4. AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SAFES DO SUDOESTE PARANAENSE	80
4.1 Os custos de produção dos safes	80
4.2 Produção bruta, valor agregado e rendas agroindustriais dos safes	84
4.3 Valor agregado por área e <i>per capita</i> , ponto de nivelamento, nível de reprodução simples e cadeias curtas de abastecimento	92
5. A PARTICIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS NOS SAFES	105
5.1 Trajetória das agricultoras na constituição dos safes.....	105
5.2 Atuação das agricultoras nos processos de agregação de valor alimentar	118
5.3 Transformação dos papéis sociais de gênero.....	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A - Roteiro Pesquisa de Campo Valor Agregado	166
APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista Semiestruturada	168
ANEXO I - Termo de Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE) e Termo De Consentimento Para Uso de Imagem e Som de Voz (TCUISV)	171

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural tem sido cenário de grandes transformações ao longo dos últimos anos. Do lado da oferta, mudanças foram motivadas pela modernização e pelo aprimoramento das tecnologias empregadas na produção agrícola e alimentar. As mudanças prometiam aumentar a oferta de alimentos a ponto de erradicar a fome e incluir as famílias agricultoras mais vulneráveis e pobres, no entanto, o modelo tecnológico da agricultura modernizada causou problemas ao meio ambiente, exclusão social, êxodo de agricultoras(es) familiares (AFs) para os espaços urbanos e não conseguiu cumprir com a promessa de retirar as pessoas da fome e insegurança alimentar (PLOEG, 2008; SILIPRANDI, 2015).

De outro lado dos sistemas alimentares, estes experimentaram uma radical industrialização dos alimentos, que atualmente é responsável pelas chamadas Doenças Alimentares Não Transmissíveis (DANTs), como diabetes 2, obesidade, alguns tipos de cânceres, problemas coronários e do coração, entre outras. Além disso, os sistemas alimentares têm se caracterizado por cadeias longas com vários intermediários entre as(os) agricultoras(es) e as(os) consumidoras(es), globalizando e desterritorializando identitariamente os alimentos. Soma-se a isto, a presença de impérios alimentares que dominam o sistema alimentar, apropriando-se das maiores parcelas do valor agregado nas cadeias de produção-consumo, possuindo hegemonia nos mercados (inclusive internacionais) e agindo com suas práticas questionáveis sob o ponto de vista da sustentabilidade e da qualidade dos alimentos (MUCHNIK, 2006; PLOEG, 2008; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Na contramão destas duas tendências homogêneas emergem janelas de oportunidade e brechas nos modelos da modernização da agricultura e nos sistemas alimentares, que propiciam formas de resistência nas cadeias de produção, distribuição e consumo de alimentos. Neste sentido, a partir dos anos 90 observa-se o crescimento de iniciativas alternativas, por exemplo, a valorização do produto regional, dos alimentos da agricultura familiar e dos modos de produção artesanais, principalmente, pelo surgimento de consumidores reflexivos e politizados que passam a exigir alimentos com qualificações diferenciadas, por exemplo, os ecológicos. Estes alimentos são produzidos sem insumos químicos, alguns possuem denominação de origem, circulam por cadeias curtas e têm maiores níveis de valores agregados e

respeitam as práticas de sustentabilidade, estando de acordo com o ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) (MALUF, 2004; BRUNORI et al., 2018; SCHNEIDER, 2010; SASSATELI, 2015).

No sentido da última iniciativa mencionada no parágrafo anterior, estão as agroindústrias, experiências muito difundidas enquanto uma estratégia de reprodução social de agricultoras(es) familiares e de desenvolvimento regional no Sul do país. Muitas agroindústrias surgem a partir do protagonismo das mulheres rurais, que elaboram alimentos artesanais e ecológicos, que garantem independência e autonomia nos processos de comercialização e construção social dos mercados alimentares, pois os produtos circulam através de cadeias curtas de produção e consumo. Além de abastecerem as(os) novas(os) consumidoras(es) – (reflexivas(os) e politizadas(os), com alimentos de boa qualidade produzidos de forma a apoiar dietas sustentáveis (BARBOSA, 2009; SASSATELI, 2015; SOUSA, 2019; SONNINO, 2019; TRICHES, 2020).

As formas de produção sustentáveis são cada vez mais valorizadas ambientalmente e tornam-se mais viáveis economicamente para as famílias agricultoras devido ao maior valor agregado que proporcionam. Dentro deste contexto, estão os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs), que são formados por dois subsistemas: o subsistema familiar de produção onde são geradas as matérias-primas *in natura* e o subsistema agroindustrial onde ocorre o processamento e transformação das matérias-primas em alimentos ecológicos com maiores níveis de agregação de valor. A força de trabalho e a gestão dos SAFEs são essencialmente familiares e os membros da família também são responsáveis pela comercialização dos alimentos, geralmente por cadeias curtas e mercados locais e regionais (GAZOLLA, 2012; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

Dentro dos SAFEs, assim como em outras organizações sociais, existe a divisão sexual do trabalho onde as pessoas desempenham papéis de acordo com as convenções sociais e de gênero. Quando se fala sobre produção, consumo e dietas sustentáveis, percebe-se que a participação das mulheres tem aumentado significativamente. Por exemplo, estudos evidenciam que as mulheres são as maiores consumidoras de alimentos orgânicos. Além disso, nos processos de transição ecológica e criação de agroindústrias familiares nota-se uma maior participação ativa de mulheres. Apesar disso, seu trabalho é frequentemente subestimado nas

estatísticas oficiais que não contabilizam o trabalho doméstico, de cuidados e as atividades não econômicas ligadas a trocas e doações de alimentos e produtos agrícolas produzidos por elas em seus quintais (PACHECO, 1997; SILIPRANDI, 2015; SOUSA, 2019).

Devido a este contexto, é imprescindível que haja o reconhecimento do trabalho por elas realizado na construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis. Não só devido aos benefícios que a produção ecológica traz para o meio ambiente e para as(os) consumidoras(es), mas também devido aos ganhos econômicos mais elevados que os produtos ecológicos representam para a agricultura familiar. A valorização do trabalho das agricultoras é necessária, principalmente devido as vulnerabilidades que as mulheres estão expostas (violência, privação de direitos como herança e acesso à terra) e para a promoção da igualdade de gênero nos espaços rurais e dentro dos sistemas alimentares (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; FILIPAK, 2017).

A pesquisa justifica-se pela lacuna existente na literatura sobre a participação econômica das mulheres na agregação de valor aos alimentos das agroindústrias familiares ecológicas. Dessa forma, espera-se que os resultados desta pesquisa possam colaborar com este campo do conhecimento, fomentando o estudo sobre a participação das mulheres na produção de alimentos ecológicos e saudáveis para a sociedade, a fim de construir uma maior igualdade de gênero e garantir alimentos mais sustentáveis para as(os) consumidoras(es).

Diante deste cenário a pesquisa questiona: quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná e qual a atuação das mulheres agricultoras nesse processo? Para responder esta pergunta, a pesquisa propôs os seguintes objetivos: a) mensurar o valor agregado dos alimentos ecológicos fabricados em agroindústrias familiares de diferentes cadeias de produção e comercialização; b) analisar a trajetória das mulheres na constituição das agroindústrias familiares ecológicas; c) averiguar a atuação das mulheres nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos das agroindústrias familiares; e d) verificar se as atividades das mulheres agricultoras, nas agroindústrias familiares de alimentos ecológicos, contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e para a sua autonomia.

A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa. Na primeira etapa do estudo foram investigados os custos e a produção bruta de 12 SAFEs da Região Sudoeste do Paraná a partir do método do Valor Agregado, elaborado por Lima et al. (1995). Através deste método foi possível realizar uma análise econômico-financeira das experiências investigadas, identificando gargalos e pontos fortes na produção agroindustrial. Este método também possibilitou a elaboração do calendário de força de trabalho, dos homens e das mulheres, o qual permitiu identificar as horas trabalhadas por ano em quatro atividades: produção primária, agroindústria, comércio e trabalho doméstico. A introdução da variável trabalho doméstico ao método de Lima et al. (1995), foi uma inovação pioneira do presente trabalho, já que este não previa anteriormente o estudo desta.

A segunda etapa do estudo foi qualitativa. Neste momento foram entrevistadas as agricultoras dos 12 SAFEs investigados, a fim de conhecer a história de fundação das agroindústrias e qual foi a contribuição delas neste processo. Utilizando a metodologia da história de vida tópica, foi possível identificar as atividades desempenhadas por elas desde o início da existência dos SAFEs. Além disso, as entrevistas com as agricultoras também buscou conhecer a divisão do trabalho das famílias agricultoras, e identificar se a atividade produtiva da agroindústria é capaz de reconfigurar os papéis de gênero estabelecidos socialmente e historicamente (BECKER, 1994).

Além desta seção introdutória a dissertação conta com o Capítulo 2 que explica a problemática da pesquisa, justificativa, caminhos metodológicos e a caracterização da região investigada. No Capítulo 3, estão os referenciais teórico sobre estratégias de agregação de valor alimentar, agroindústrias e as questões de gênero e desigualdade nos espaços rurais. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa, iniciando com o valor agregado dos SAFEs, que expõe os custos e as rendas de cada unidade de produção, bem como os tipos de canais de comercialização acessados por elas e a porcentagem de destino da produção para cada um. Depois apresenta-se a história de vida tópica das agricultoras, suas contribuições nos processos de agregação de valor dos SAFEs e faz-se uma discussão sobre a transformação dos papéis sociais e de gênero. Por fim, são feitas as considerações finais do estudo, as referências e os apêndices.

2 O PROBLEMA DE PESQUISA, OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E A REGIÃO INVESTIGADA

A primeira seção deste capítulo expõe as reflexões teóricas que levaram ao problema de pesquisa investigado, abordando inicialmente sobre a importância das agroindústrias familiares ecológicas e traz o estado da arte da discussão. A seguir apresenta-se a metodologia da pesquisa e conceituam-se as principais categorias de análise utilizadas. Esta seção trata do método do valor agregado, utilizado na etapa quantitativa da pesquisa, e do método de história de vida tópica, que foi empregado na etapa qualitativa. Por fim caracteriza-se a região investigada, apresentando o contexto histórico de sua formação, dados socioeconômicos e de desenvolvimento do local.

2.1 Problema de pesquisa

A problemática desta pesquisa visa aprofundar a temática da estratégia de agregação de valor das matérias-primas provenientes da agricultura familiar através dos Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs), onde as mulheres agricultoras trabalham e desempenham diversos papéis. Diversos trabalhos anteriores já evidenciaram que existem desigualdades de gênero nos espaços rurais, e que eles, geralmente, causam uma sobrecarga de trabalho para as agricultoras, as quais são essenciais para a agricultura familiar.

A literatura sobre agroindústrias familiares evidencia a importância das atividades de processamento de alimentos pela agricultura familiar, tanto para venda quanto para autoconsumo. As agroindústrias podem ser consideradas como uma das estratégias de diversificação dos meios de vida, evidenciada por Ellis (1997), as quais permitem que as famílias agricultoras possam se proteger das incertezas dos mercados e assegurar sua reprodução social. Segundo Wilkinson e Mior (1999), as agroindústrias são as portas de entrada para as famílias agricultoras acessarem os mercados. Os estudos de Maluf (2004) e Mior (2005) identificam a importância econômica das agroindústrias para os processos de desenvolvimento regional, evidenciando sua grande participação em circuitos curtos de abastecimento de alimentos saudáveis como uma estratégia para a construção social de mercados locais e regionais.

Para Henning (2010), o processamento de alimentos provenientes da própria unidade de produção é uma prática bastante conhecida das famílias agricultoras brasileiras, tendo como objetivo primário a produção para autoconsumo e, havendo sobras, a venda de excedentes. Gazolla, Niederle e Waquil (2012) identificaram que a qualificação alimentar diferenciada dos alimentos das agroindústrias permitem que as famílias agricultoras obtenham maiores ganhos ligados a artesanidade, proteção ambiental, identidade territorial e equidade social que agregam valor a estes produtos. Bastian et al. (2014) demonstraram que as agroindústrias familiares geralmente têm menor escala produtiva, maior foco na produção de alimentos para autoconsumo, comercializa diretamente ao(à) consumidor(a) e tem maior diversidade de culturas, alimentos produzidos e fontes de renda.

Lima et al. (2014) identificaram que este sistema de produção, baseados na tração animal e cultivo orgânico, tem potencial de garantir a reprodução social das famílias agricultoras, já que o alto grau de autonomia das(os) agricultoras(es) garante maiores ganhos, devido ao encurtamento das cadeias de comercialização e baixos encargos sobre a produção, tornando a agricultura de base ecológica mais viável economicamente em termos absolutos. Reinchert, Gomes e Schwengber (2011) associaram a diversidade de produção e práticas agroecológicas (como reaproveitamento de resíduos para redução do uso de fertilizantes) a maiores rendimentos e sustentabilidade do agroecossistema, demonstrando que a situação econômico-financeira da unidade agrícola analisada era equilibrada, superavitária e com capacidade de se desenvolver de forma sustentável pelas próximas gerações. Gazolla, Lima e Brignoni (2018) evidenciaram que sistemas agroindustriais familiares de base ecológica têm menos custos, quando comparados a outros modos de agricultura, conseguem gerar maiores níveis de valor agregado e, por consequência, maior rentabilidade das unidades de produção. No estudo citado, o valor agregado gerado pelas unidades de produção investigadas chega a ser mais da metade da riqueza total gerada pelos SAFEs.

O que todos estes trabalhos têm em comum são as evidências científicas de que as agroindústrias familiares promovem o desenvolvimento regional através de seu dinamismo e resiliência. Além disso, a literatura sobre agroindústrias geralmente aponta sua vantagem econômica devido a agregação de valor que o processamento das matérias-primas gera. Aliada a modos de produção ecológicos, esta estratégia de

diversificação dos meios de vida não gera apenas emprego e renda para as famílias agricultoras, mas também fornece alimentos saudáveis aos consumidores e garante a sustentabilidade dos agroecossistemas.

A literatura sobre estratégias de qualificação alimentar reúne ações que podem ser implementadas por agricultoras e agricultores a fim de agregar valor a seus produtos. A seguir, problematiza-se, como algumas destas estratégias agem junto aos alimentos e territórios. Tibério e Cristóvão (2013) afirmam que os consumidores têm procurado alimentos com qualidades específicas e superiores, que são diferentes dos produtos padronizados e homogêneos oferecidos pelo sistema agroalimentar hegemônico. Goodman (2003) discorre sobre a “virada da qualidade”, em que as (os) consumidoras(es) não querem mais somente quantidade de alimentos, mas também, alimentos com qualificações alimentares alternativas, como sustentabilidade, saudabilidade e identidade. Cruz e Schneider (2010) demonstram a tendência de valorização dos alimentos produzidos de forma artesanal, os quais promovem a realocação da produção e aproximação produção-consumo através das cadeias curtas de abastecimento, além de promover a culinária típica de uma determinada região.

Neste sentido, as estratégias de agregação de valor alimentar tomam diferentes formas de representação, refletindo a cultura de onde estão inseridas. Feagan (2017) identificou que a regionalização e localização dos sistemas agroalimentares minimiza os impactos ambientais do transporte e afirma que a comida, a comunidade e o local estão intimamente ligados, logo as grandes distâncias físicas e territoriais que os sistemas agroalimentares globais criaram ao implementar as cadeias longas de abastecimento causam uma trágica desconexão da sociedade para com os alimentos e a sustentabilidade ambiental. Ilbery, Buller e Kneafsey (2008) identificaram que a diferenciação dos alimentos é construída através das noções de qualidade, território e imersão social, sendo estes alimentos dotados de processos artesanais ou ecológicos, além de ter uma forte relação com o local onde são produzidos, principalmente devido as relações sociais que são firmadas entre agricultoras(es) e consumidoras(es). Os atributos de produto, processo e lugar (*product, process and place - PPP*) promovem a (re)qualificação alimentar destes alimentos, diferenciando-os dos produtos oferecidos pelo sistema agroalimentar hegemônico através de esquemas de rotulação e *marketing*.

Niederle (2013) aponta que as indicações geográficas dos alimentos promovem a revalorização dos costumes, tradições, saberes e práticas associados a identidade territorial, além de atuarem como catalisadores de inovações de processos, técnicas e formas de organização. Em outra pesquisa, Niederle (2016) aponta que a criação de selos que identificam alimentos e produtos da agricultura familiar, comunidades quilombolas e indígenas é adequado para inserir estes grupos em mercados e promover o reconhecimento de seu trabalho. Sabourin (2013) afirma que valores éticos como confiança e reciprocidade contribuem para legitimidade do processo de certificação e validação de selos, que podem ser reconhecidos pelos consumidores para transmitir estes valores sociais aos alimentos, mesmo com maiores distâncias, agregando-lhes valor.

Aliado ao esquema de rótulos, cadeias curtas, indicações geográficas, certificações e selos, redes de “boa comida” e produção artesanal existem os modos de produção agrícola de base ecológica, que também são estratégias de agregação de valor aos alimentos. As práticas menos agressivas ao meio ambiente empregadas por este tipo de agricultura geram alimentos com um “preço-prêmio” para as(os) agricultoras(es), como identificado por Lima et al. (2014) e Gazolla, Lima e Brignoni (2018). Do lado da demanda Portilho (2009), Barbosa (2009), Sassateli (2015), Sonnino (2019) e Triches (2020) apontam tendências de crescimento do número de consumidoras(es) politizadas(os), reflexivas(os) e conscientes da problemática ambiental, as(os) quais se dispõem a pagar mais quando sabem que os alimentos são saudáveis, limpos, produzidos com dignidade e comercializados de maneira justa.

A lacuna identificada, após imersão na literatura sobre o tema, trata sobre a participação das mulheres agricultoras em processos de geração de riquezas nas unidades agrícolas familiares, especificamente dos Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs). Autoras como Pacheco (1997), Boni (2005), Heredia e Cintrão (2006), Costa e Nunes (2014), Paulilo (2016) e Filipak (2017) identificaram que o trabalho desempenhado pelas agricultoras frequentemente é subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, por ser classificado como uma extensão das atividades domésticas e de cuidados. Geralmente, por não gerar valores monetários, sua contribuição à renda da família é considerada como “ajuda” ao trabalho do esposo, ocupando um lugar secundário e de pouca visibilidade social.

Autoras como Hirara e Kergoat (2007), Hirata et al. (2009), Fraser (2016), Piscitelli (2009), Federici (2019), Beard (2018) identificaram que, em distintos contextos, as mulheres foram responsabilizadas pelas atividades domésticas e de cuidado, uma atividade não remunerada e de suma importância para garantir a reprodução da vida e de trabalhadores qualificados para o sistema capitalista. Para Carrasco (2006), Bohn e Catela (2017) e Fernandez (2018) seja por costumes ou cultura, o trabalho doméstico geralmente é tido como dever feminino e sua participação na geração de renda da família frequentemente é desconsiderada.

No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) a temática de gênero no espaço rural foi ampliado, em 2017, com o trabalho de Renata Borges Kempf, o qual analisou uma agroindústria familiar rural de Pranchita/PR formada exclusivamente por mulheres, demonstrando sua importância para a reprodução social das famílias agricultoras do município. Aline Maiara Demétrio Santos, em 2019, analisou a trajetória de duas mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas na Região Sudoeste do Paraná, contando suas conquistas e resistências. Clair Odete Schneider analisou em 2020 as relações de gênero no acampamento de reforma agrária Herdeiros da Terra de 1º de maio, demonstrando a participação ativa das agricultoras e as dificuldades que os padrões e práticas patriarcais lhes impõe.

Esta breve revisão dos estudos em âmbito nacional, bem como as pesquisas do PPGDR/UTFPR, evidencia que foram desenvolvidas pesquisas sobre agroindústrias, produção sustentável e a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional, no entanto, a discussão sobre os papéis das mulheres na agricultura e na constituição das agroindústrias familiares ainda apresenta lacunas, principalmente de estudos avaliando o valor agregado econômico do trabalho das mulheres em agroindústrias ecológicas. Mesmo sendo atores sociais importantes para a manutenção dos espaços rurais, o trabalho das agricultoras é frequentemente desconsiderado nos estudos econômicos, por ser considerado como “ajuda” e uma extensão das atividades domésticas e de cuidados (“dever” feminino). Dessa forma, este estudo busca fomentar a discussão sobre a invisibilidade do trabalho feminino, bem como inferir quanto as atividades das agricultoras agregam de valor econômico aos produtos e alimentos produzidos nas agroindústrias do Sudoeste paranaense.

Tendo em mente, a relevância da produção de alimentos saudáveis, com baixo impacto ambiental, que fomentam o comércio regional e que contam com a participação ativa das mulheres agricultoras, levanta-se a questão que este projeto de pesquisa se propõe a responder: quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná e qual a atuação das mulheres agricultoras nesse processo?

2.2 Justificativa da pesquisa

Esta pesquisa pode ser justificada pela importância das agroindústrias familiares (AGFs) para o estado do Paraná e para a Região Sudoeste. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Paraná tem 305.154 estabelecimentos agropecuários, destes 228.888 (75%) são da agricultura familiar (AF) e 76.266 (25%) são da agricultura não familiar (ANF). Destes estabelecimentos, 24.812 (8,13%) têm agroindústrias rurais (AGRs), sendo que 19.802 (79,8%) das AGRs estão na agricultura familiar e apenas 5.010 (20,1%) dentro de estabelecimentos da agricultura não familiar.

Estes dados demonstram que a agroindústria familiar é predominante no estado e que sua atuação é de grande importância tanto para geração de emprego e renda no meio rural paranaense, quanto para produção de alimentos elaborados e com maiores níveis de valor agregado para a sociedade e as famílias agricultoras. A Região Sudoeste paranaense, na qual foi realizada a pesquisa, é a terceira região com maior incidência de agroindústrias, antecedida apenas pela Região Norte Central (23,5%) e Oeste (25%).

Com 4.459 estabelecimentos que agroindustrializam alimentos, a Região detém 18% das agroindústrias do estado. Destes 4.459 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, 3.803 (85,2%) são da agricultura familiar e apenas 656 (14,7%) são da agricultura não familiar. Os dados demonstram maior incidência da agroindústria familiar na Região Sudoeste (85,2%) do que nas demais regiões em que esta estratégia de desenvolvimento rural e regional existe, por exemplo, as Regiões do Norte Central (75%) e Oeste (80,8%), tornando evidente a importância desta atividade para as famílias agricultoras e para as(os) consumidoras(es) que demandam estes tipos de alimentos.

O valor da produção bruta da Região é de 61,3 milhões de reais que representa 8,5% da produção agroindustrial do estado. A produção bruta das AGRs não familiares foi aproximadamente de 12 milhões de reais, enquanto a produção bruta das AGRs familiares é de cerca de 49 milhões de reais, sendo que 41,3% desta produção é autoconsumida. Estes dados evidenciam a importância das experiências de elaboração de alimentos para a segurança alimentar dos agricultores familiares e que as agroindústrias são uma importante estratégia de reprodução social das famílias rurais do Sudoeste do Paraná.

Este estudo também se justifica pela importância do trabalho desempenhado pelas mulheres nas experiências de agroindustrialização de alimentos, geralmente invisibilizado. A pesquisa busca auxiliar no preenchimento da lacuna existente na aferição do valor econômico do trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres em seus agregados familiares, visto que este é frequentemente subestimado nas análises. Este estudo pode ser considerado inovador, pois estudos anteriores sobre a participação e protagonismo das mulheres em agroindústrias foi desenvolvido apenas na Região Oeste do estado, através do estudo de caso de Kempf (2017), mas que não era em agroindústrias ecológicas.

Ao se tratar de agroindústrias de base ecológica a pesquisa busca fomentar o debate sobre a importância de fomentar modos de produção-consumo que sejam responsáveis sob o ponto de vista ambiental. Nas últimas décadas várias autoras e autores tem se dedicado à crítica e contestação do sistema agroalimentar hegemônico e suas formas de produção predatórias, que põe em risco o equilíbrio dos ecossistemas devido a suas práticas (uso de agroquímicos, da engenharia genética, da mecanização e dos organismos geneticamente modificados). A emergência de consumidores(as) preocupados(as) com a questão ambiental é mais do que apenas mais um mercado a ser explorado, mas também um sinal de que as sociedades têm despertado para a crise socioambiental causada pela exploração do meio ambiente.

Além disso, a sustentabilidade e a produção de alimentos saudáveis geradas pelas agroindústrias ecológicas pode colaborar para alcançar vários Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles: a erradicação da fome e promoção da agricultura sustentável (ODS 2); trabalho digno e crescimento econômico sustentável, ao gerar ocupações e renda nos espaços rurais (ODS 8); formação de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, que utilizam seus

recursos naturais de forma inteligente (ODS 11); incentivo ao consumo e produção sustentáveis, despertando a responsabilidade social e ambiental de agricultoras(es) e consumidoras(es) (ODS 12); e, por fim, ação contra a mudança climática global, ao consumir menos combustíveis fósseis, empregar métodos de produção agrícola com menos insumos químicos e mais sustentáveis ambientalmente (ODS 13) (BELETTI; MARESCOTTI, 2020; ONU, 2022).

Portanto, esta pesquisa justifica-se pela importância social, econômica e ambiental das agroindústrias familiares de base ecológica para Região Sudoeste do Paraná, a qual pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento regional endógeno devido aos processos de geração de ocupações rurais e renda e ao incentivo ao comércio local e regional. Além disso, pela necessidade de dar visibilidade e reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres agricultoras nestas agroindústrias, uma vez que suas atividades são frequentemente desconsideradas de análises econômico-financeiras devido a estrutura patriarcal das sociedades.

2.3 Metodologia da pesquisa e instrumentos de investigação

Esta pesquisa é de caráter misto, aplicando métodos quantitativos e qualitativos. Na etapa quantitativa aplicou-se o método de avaliação econômica do sistema produtivo agroindustrial, em que foi calculado o valor agregado alimentar e dos custos produtivos, a partir de uma análise econômico-financeira das unidades de produção agrícola. Foram avaliadas as linhas de produção *in natura* (por exemplo, lavouras e hortas) e agroindustriais (por exemplo, mel orgânico), além de análises relacionadas ao calendário da força de trabalho em espaços produtivos (atividades agropecuárias, agroindústrias e comerciais) e reprodutivos (trabalho doméstico) (LIMA et al., 1995).

Para a etapa quantitativa foi empregado o conceito de Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs) como objeto para a análise econômica das unidades de produção familiares. Os SAFEs são unidades de produção agrícola familiar de processamento de alimentos, em que a família é responsável pela produção, agroindustrialização, comercialização e gestão da renda gerada. Este sistema produtivo geralmente utiliza as cadeias curtas como principal canal de comercialização, preza pelo convívio em comunidade e usa recursos locais

para sua produção. Eles seguem os princípios da agricultura de base ecológica, a qual utiliza menos insumos químicos, tecnologias e conhecimentos exógenos, preservando o saber-fazer regional e das famílias agricultoras, as qualificações alimentares diversificadas (por exemplo, a artesanidade) e o valor cultural dos alimentos, além de se preocupar com a preservação do meio ambiente (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

O enfoque dos SAFEs baseia-se na existência de dois subsistemas principais: a) o subsistema *in natura* que é responsável pela produção de fibras, produtos e alimentos *in natura* que servirão como matérias-primas para os processos de elaboração agroindustrial. Este subsistema utiliza recursos produtivos, tecnológicos, força de trabalho familiar e os fatores de produção disponíveis na unidade familiar (terra, recursos naturais e capital). O segundo subsistema formador dos SAFEs é: b) o agroindustrial que é responsável pela transformação das matérias-primas, que são considerados os insumos básicos, em produtos e alimentos de maior valor agregado, devido ao uso de técnicas de elaboração e agroindustrialização dos alimentos, baseadas nos conhecimentos tácitos históricos de agricultoras(es). Para a presente investigação, os dois subsistemas serão economicamente avaliados, juntamente com os aspectos comerciais e do trabalho doméstico das famílias (mulheres e homens) (GAZOLLA et al., 2016; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI., 2018).

Através da aplicação do método do valor agregado é possível identificar onde estão os maiores custos e rendas da unidade de produção agrícola, permitindo que as(os) agricultoras(es) possam tomar decisões mais assertivas na administração de seus recursos produtivos. Assim, o cálculo pode subsidiar decisões como aumento de preços dos alimentos, aumento de produção de determinados alimentos mais rentáveis ou diminuição de atividades com pouco retorno, diminuição do custo de insumos e da distribuição do valor agregado (quando possível), avaliação de capacidade de pagamento para tomada de crédito, planejamento com base em uma renda média mensal, entre outras decisões que podem ser tomadas com base em informações econômico financeiras disponibilizadas pelo método.

As equações que formam o cálculo do método de análise do valor agregado são expostas no Quadro 1. A primeira equação diz respeito ao valor agregado (VA) o que é descoberto ao se subtrair a depreciação (D) e consumo intermediário (CI) da produção bruta (PB). A segunda equação demonstra o cálculo do valor agregado bruto

(VAB), em que se subtrai o consumo intermediário (CI) da produção bruta (PB). Através da terceira equação obtém-se o valor agregado líquido (VAL), o qual é auferido subtraindo-se a depreciação (D) do valor agregado bruto (VAB). Por fim, obtém-se a renda agroindustrial (RAI) através da subtração da divisão do valor agregado (DVA) do valor agregado (VAL).

Quadro 1 - Equações de cálculo do método de análise do Valor Agregado

$\begin{aligned} VA &= PB - CI - D \\ VAB &= PB - CI \\ VAL &= VAB - D \\ RAI &= VAL - DVA \end{aligned}$

Fonte: Lima et al. (1995) e Gazolla et al. (2016).

As variáveis representadas pelas equações do Quadro 1 são conceituadas no Quadro 2 a seguir. Exceção, que não estão no Quadro 1, mas constam no Quando 2, são as noções de ponto de nivelamento (PN) e nível de reprodução simples (NRS). O NRS é importante por possibilitar a comparação da rentabilidade dos SAFEs em termos de custo de oportunidade da renda líquida agroindustrial em relação a remuneração da força de trabalho urbana, expressa pelo salário-mínimo. Já o ponto de nivelamento é usado para calcular se os SAFEs conseguem, pelo menos, cobrir seus “custos variáveis” de produção (CI e DVA) ao longo do tempo. Além disso, é possível analisar os custos de produção, valores agregados e rendas per capita, por área (ha) e por cadeia produtiva. Contudo, no presente trabalho se analisam custos, VA e RAI por área, per capita e por gêneros (homens e mulheres), o último, comparativamente.

Quadro 2 - Definição das variáveis do método do valor agregado

<p>Depreciação (D): A depreciação é um custo produtivo que os agricultores possuem com o desgaste de sua infraestrutura produtiva, especificamente seus capitais fixos, que tendem a perder valor pelo uso, tempo de vida e obsolescência tecnológica.</p> <p>Consumo Intermediário (CI): São todos os custos com insumos e serviços que adentram o processo de produção das unidades produtivas, excetuando-se os custos com a força de trabalho. São bons exemplos de desembolsos com consumo intermediário a aquisição de sementes, corretivos do solo, rações, entre outros.</p> <p>Divisão do Valor Agregado (DVA): São todos os custos associados ao pagamento de serviços, empréstimos, arrendamentos, juros, impostos e força de trabalho contratada na unidade de produção. Possui este nome, porque na prática, o(a) agricultor(a) divide sua riqueza gerada com os demais agentes econômicos e produtivos da sociedade e do Estado.</p> <p>Produção Bruta (PB): É obtida a partir da multiplicação das quantidades físicas de cada produto com seu respectivo preço. Exceção é a produção para autoconsumo, em que foram usados os dados anuais médios, em reais, declarados pelos(as) agricultores(as).</p> <p>Valor Agregado (VA): É definido como o valor da produção bruta restante, depois de descontados desta as parcelas do consumo intermediário e depreciações. O valor agregado indica o quanto um sistema produtivo consegue gerar de riqueza, a partir da conjugação dos seus fatores de produção</p>
--

(recursos naturais, capital, força de trabalho e tecnologia). Este indicador também pode ser calculado em termos brutos e líquidos (VAB e VAL).

Renda Agroindustrial (RAI): Representa a parcela do valor agregado que resta, após ser subtraído deste os valores da divisão do valor agregado. Também pode ser conceituado, alternativamente, como o excedente econômico retido, depois de descontado da produção bruta os custos totais de produção (fixos + variáveis) de um sistema produtivo. É a parcela de recursos financeiros sobranes à família agricultora, geralmente utilizada para sua reprodução e reinvestimento na unidade de produção (ecológica).

Ponto de Nivelamento (PN): É definido como a quantidade da produção bruta necessária para cobrir os custos de produção “variáveis” do sistema produtivo e/ou da unidade; dito de outra forma é o valor monetário de produção bruta necessária para pagar os gastos com DVA e CI do processo produtivo ecológico.

Nível de Reprodução Simples (NRS): É atribuir custo de oportunidade a força de trabalho presente na unidade, de forma que se possam comparar rendimentos auferidos na produção de alimentos e produtos, com os valores que este mesmo trabalhador receberia, por exemplo, em um emprego urbano, recebendo um salário-mínimo mensal por Unidade de Trabalho/Homem ocupada (UTH).

Fonte: Lima et al. (1995) e Gazolla, Lima e Brignoni (2018).

A inovação introduzida no método é que a partir destes indicadores de custos produtivos, valor agregado e renda agroindustrial existe a possibilidade de calcular o valor agregado do trabalho das mulheres e dos demais membros do agregado familiar, algo que até então não era previsto no método. Esta operação metodológica pioneira foi realizada modificando o calendário da força de trabalho da unidade produtiva, que originariamente computava as horas trabalhadas pela família como um todo, nas atividades da agricultura, agroindústria e comercialização dos alimentos. Introduziu-se duas novidades metodológicas neste calendário: a) o trabalho doméstico passa a ser a quarta atividade em que se computam as horas trabalhadas do agregado familiar; b) mede-se as horas trabalhadas para todos os membros do grupo doméstico, de forma que é possível separar e analisar as mesmas por gêneros (homens e mulheres).

Para isso, foi auferida a quantidade de unidades de trabalho homem (UTHs)¹ do trabalho doméstico, assim como da produção agrícola, da agroindústria e da comercialização, os quais formam o calendário de força de trabalho e do valor de trabalho dos membros da família. A contabilização do trabalho doméstico representa um avanço metodológico que poderá auxiliar na resolução do problema da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, visto que incluirá o valor agregado do trabalho reprodutivo desempenhado pelas agricultoras.

¹ Segundo Lima et al (1995) uma “Unidade de Trabalho Homem (UTH)” representa o trabalho de um dos membros do agregado familiar agrícola (mulher, homem e filhas/os), medido, em média, por 2400 horas anuais, este indicador também poderia ser nomeado “Unidade de Trabalho Humano”, pois trata do trabalho de todos os membros da família.

A coleta de dados financeiros das agroindústrias foi realizada através do projeto PIBIC intitulado “Custos produtivos e valor agregado em cadeias curtas de agroindústrias familiares” (GARCIA; GAZOLLA, 2020), que possuiu financiamento da UTFPR, a partir da oferta da bolsa de Iniciação Científica (IC). O projeto teve como objetivos auferir os valores agregados dos sistemas agroindústrias *in natura* e de fabricação de alimentos, além de medir os custos de produção. A pesquisa teve início em 2019 e até março de 2020 coletou dados de seis (6) agroindústrias presencialmente. Com a emergência da pandemia do Covid-19, os demais questionários (Apêndice A) para coleta de dados foram aplicados via telefone ou *Google Meet*, nesta etapa a autora desta pesquisa participou da coleta de dados auxiliando na aplicação do questionário on-line. Ao todo foram coletados dados de doze (12) experiências familiares de agroindustrialização de alimentos, todas de base ecológica, dispersas em vários municípios da Região.

A Tabela 1 mostra os municípios onde os SAFEs realizam suas atividades, o ano de criação de cada uma delas, o número de membros da família, os alimentos produzidos e a área total disponível. Os SAFEs foram reconhecidos pelo IDR como produtores que utilizam insumos biológicos ao invés de químicos, o que os caracteriza como unidades de produção ecológicas. Entretanto, os SAFEs investigados não apresentam produção orgânica ou agroecológica (exceto SAFE 7, que é certificado pela Rede Ecovida), pois em alguns casos produzem alimentos que não tem matéria-prima ecológica (panificados e leite) ou ainda trabalham com lavouras de monocultura (trigo, feijão e cana-de-açúcar). Dessa forma, estas unidades de produção podem ser consideradas “em transição ecológica”, pois uma parcela dos alimentos que são feitos por elas não são totalmente ecológicas.

A maioria das unidades de produção trabalha com hortaliças minimamente processadas ou hortifruti (7), sendo que os panificados também merecem destaque (4). A produção dos SAFEs é bastante diversificada e eles conseguem comercializar os alimentos para mercados institucionais, como PNAE e PAA, para empresas privadas, como restaurantes e sorveterias, para cooperativas, para as feiras e diretamente para as(os) consumidoras(es) através de mercados digitais, como WhatsApp e venda presencial.

Tabela 1 - Características dos SAFEs investigados

SAFEs	Município	Ano de criação	Membros	Alimentos e produtos	Área (ha)
-------	-----------	----------------	---------	----------------------	-----------

1	Chopinzinho	2018	3	Morango, leite, panificados, diversificado.	29,04
2	Coronel Vivida	2009	2	Panificados, hortifruti, diversificado.	12,1
3	Vitorino	2017	4	Hortaliças minimamente processadas.	9,6
4	Pato Branco	2004	5	Hortaliças minimamente processadas.	6
5	Honório Serpa	2006	4	Mel e leite.	31
6	Honório Serpa	2013	3	Hortaliças minimamente processadas.	9,6
7	Pato Branco	2000	3	Hortifruti e derivados de cana-de-açúcar.	3
8	Palmas	2019	4	Hortifruti, molhos e geleias.	7,26
9	Pato Branco	2015	4	Morangos.	2,5
10	Pato Branco	2018	3	Panificados.	25
11	Honório Serpa	2011	4	Panificados, feijão e trigo.	22,3
12	Coronel Domingos Soares	2016	3	Hortaliças minimamente processadas.	9,3
Soma			42		236,7
Média			3,5		13,89

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Ainda da Tabela 1 é possível despendar que os SAFEs e a pesquisa foram abrangentes regionalmente, já que englobaram 12 SAFEs, que estão espacializados em 9 municípios do Sudoeste do Paraná. Além disso, nota-se que eles possuem, em média, 13,89 ha de área de terras, evidenciando serem realizados em unidades de produção de pequenas áreas, característica típica da agricultura familiar. Pode-se observar também que as unidades de produção investigadas contam com força de trabalho limitada, em média 3,5 pessoas por SAFE, isso demonstra que eles têm uma baixa escala de produção, que também é uma característica da agricultura familiar. Sobre o ano de criação das experiências nota-se que a maioria tem menos de 10 anos de funcionamento, sendo que a mais recente tem 3 anos de atuação e a mais antiga, 22 anos.

O projeto PIBIC (GARCIA; GAZOLLA, 2020) ainda previa a transferência dos dados e conhecimentos de operacionalização do método para as(os) agricultoras(es) participantes da pesquisa e outras(os) interessados, como técnicas(os) da extensão rural. A devolutiva foi realizada com a oferta de dois (2) cursos nos municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas (com a pandemia de Covid-19 não se conseguiu ministrar todos os cursos previstos, o que será feito em 2022 e 2023) e com a devolução da planilha eletrônica de dados dos SAFEs, juntamente com uma carta analisando a situação econômica e aconselhando as(os) agricultoras(es) em relação

as decisões que poderiam ser tomadas frente ao que os dados da unidade evidenciaram. Esta etapa foi realizada no final de 2020 e início de 2021, contando com auxílio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR), para fazer a devolutiva e explicar presencialmente a carta e planilha para as famílias agricultoras. O IDR possui Termo de Cooperação Técnica com a UTFPR – Campus Pato Branco/PR, em que os Cursos de Graduação em Agronomia e Química, e de pós-graduação em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos (PPGTPQ) e o PPGDR participam do projeto.

A pesquisa fez a organização destes dados em um banco individual/por SAFEs e, posteriormente, em um banco agregado, utilizando o Software Microsoft Excel. Após estas etapas, foram realizadas análises econômico-financeiras de cada uma das experiências, onde foi possível identificar a rentabilidade e os custos das linhas de produção, assim como analisar o valor da força de trabalho familiar (UTHs), nas atividades: produção primária, agroindústria, comércio e trabalho doméstico. Após as análises dos dados, utilizando-se as técnicas da estatística descritiva, foram construídas as ilustrações que constam nos dois capítulos de resultados da dissertação (capítulos 4 e 5).

O valor agregado dos alimentos que foi apurado pelo método, oferece importantes indicadores de desempenho econômico e capacidade de reprodução dos sistemas agroindustriais ecológicos. Através dele, foi possível entender as diferentes dinâmicas reprodutivas das agroindústrias ecológicas, oferecendo subsídios para a compreensão dos rumos das experiências, por exemplo, necessidade de investimentos, expansão da produção, redução de custos específicos ou substituição de práticas menos rentáveis.

Este método buscou analisar as unidades de produção de forma quantitativa, oferecendo subsídios para uma análise econômico-financeira. No entanto, Cristina Carrasco (2006) afirma que, geralmente quando há interesse de analisar o trabalho delegado às mulheres são utilizados instrumentos conceituais desenvolvidos para analisar o comportamento dos mercados (maximização de lucros e minimização de custos). Para a autora, estes métodos não consideram que o objetivo das mulheres, ao desempenhar atividades domésticas, não é ligado a lógica de mercado, mas voltado a preocupação com o bem-estar da família e a correspondência do papel social da “boa esposa e mãe”. Por isso, essa dissertação fez também uso de

abordagens qualitativas, a fim de evidenciar processos sociais que não poderiam ser explicados pelos dados econômico-financeiros.

O trabalho doméstico se diferencia do trabalho de cuidados, apesar de serem complementares e frequentemente realizados simultaneamente. Os dois conceitos referem-se a atividades que garantem a reprodução e sobrevivência da família, entretanto, o trabalho doméstico pode ser definido como atividades diárias de fazer as refeições, lavar e passar as roupas, limpar e organizar a casa. Já o trabalho de cuidados, pode ser definido como atividades que garantem a segurança e bem-estar de outras pessoas, como crianças, idosos e doentes, este trabalho geralmente requer atenção integral, pois é relativo à alimentação, vestuário, higiene e saúde. Na sociedade moderna, estes trabalhos foram delegados às mulheres, com a justificativa de que elas teriam uma aptidão inata para realizá-las, devido a maternidade. Assim, o trabalho doméstico e de cuidados são vistos como desempenhados gratuitamente como forma de expressar amor e ternura àqueles que são amados por elas (NOBRE, 2004; HERRERA, 2017; FEDERICI, 2019; HIRATA, 2020).

Estes conceitos também fazem parte das categorias de análise utilizadas pela pesquisa. Dessa forma, na etapa qualitativa o método empregado foi a história de vida tópica, o qual foi aplicado através de uma entrevista semiestruturada com as agricultoras das mesmas agroindústrias investigadas no método do valor agregado (Tabela 1). A trajetória de participação das mulheres na construção das agroindústrias familiares ecológicas foi analisada, sua atuação nos processos de agregação de valor aos alimentos e se estas atividades contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e na construção de maior autonomia destas mulheres nos espaços rurais, conforme consta no roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice 2).

Para Becker (1994, p. 109), a história de vida é um método que oferece riqueza de detalhes, sendo importante em estudos onde a investigação das variáveis é crescente. Dessa forma, o método da história de vida pode “fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” fornecendo mais detalhes sobre os atores sociais e suas práticas. Neste sentido, o método pode verificar pressuposições sobre determinado grupo, lançar luz sobre hipóteses e reorientar áreas em estagnação. Neste caso, fornecendo uma análise complementar ao do método do valor agregado, permitindo o aprofundamento sobre os casos estudados para além da geração de renda.

Segundo Maria A. Marconi e Eva M. Lakatos (2011, p. 280) a história de vida é “uma narração em torno de determinados fatos ou fenômenos, nos quais se evidenciam valores e padrões culturais”. Este método se apresenta como complementar quando há outros dados já levantados e permite conhecer a vida dos indivíduos que fazem parte do grupo estudado, além de ser útil para o esclarecimento de aspectos subjetivos, uma vez que a interlocutora pode falar livremente sobre sua história, suas atividades cotidianas, lembranças e reflexões pessoais. Para Silva et al. (2007, p. 31) este método é democrático, flexível e oferece um momento de escuta e voz a indivíduos que foram calados pelo discurso dominante.

Jane L. G. Dytz, Semiramis M. M. Rocha e Débora F. de Mello (1999) explicam que há dois tipos de emprego do método: história de vida completa, em que o indivíduo, grupo ou organização relatam toda a experiência vivida; e história de vida tópica, em que o foco da narrativa se dá em um determinado segmento da vida do(a) interlocutor(a). Esta pesquisa utilizou o método de história de vida tópica, o qual fez um recorte na história de vida das mulheres entrevistadas, focando em sua atuação em atividades que constituíram e mantêm a agroindústria familiar em funcionamento, considerando as atividades produtivas (trabalho agrícola, processamento de alimentos e comercialização) e reprodutivas (trabalho doméstico).

Para Thelma Spindola e Rosangela Maria Santos (2003) os relatos de história de vida são práticas sociais, onde a entrevistada pode falar sobre suas atividades cotidianas, mas também sobre o espaço social onde está inserida e, em meio ao exercício da fala, refletir sobre suas experiências. Geralmente o método de história de vida é aplicado através de entrevistas, as quais podem ser estruturadas ou semiestruturadas. Para Antônio Carlos Gil (2019, p. 128) a entrevista é uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com objetivo de obtenção dos dados que interessam a pesquisa”. Este trabalho fez uso da entrevista semiestruturada, permitindo a abertura dialógica das entrevistadas sem que se perca o foco da investigação.

A escolha do método de história de vida tópica, alinhado a entrevistas semiestruturadas, buscou averiguar a atuação das mulheres nas agroindústrias, de forma que, a partir de seu relato, fosse possível identificar seu protagonismo e possíveis mudanças na estrutura social das famílias agricultoras através das agroindústrias. Devido a pandemia do Covid-19, as entrevistas foram aplicadas via

telefone ou online (Google Meet) com as mulheres das mesmas doze (12) SAFEs, previamente entrevistadas na coleta de dados econômico-financeiros, que foi feito pelo projeto PIBIC supracitado (Tabela 1).

Esta etapa foi realizada entre setembro e novembro de 2021. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas, e posteriormente analisadas. Segundo Moraes (1999, p. 2) a análise de conteúdo “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” possibilitando reinterpretar as mensagens a fim de elevar a compreensão de seus significados. Para Franco (2005, p. 20) a análise de conteúdo permite a(ao) pesquisadora(or) “fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação”, de forma que pode se analisar a fala, a intensidade, a frequência, os silêncios e as entrelinhas.

Sendo assim, a análise de conteúdo foi feita após a transcrição dos áudios das entrevistas, que foram analisados separadamente em busca de elementos comuns e significados da comunicação das mulheres, os quais foram codificados a fim de compreender como contribuíram para a constituição das agroindústrias; se e como participaram do processo de transição para produção ecológica; quais são suas principais atividades na agregação de valor dos alimentos; como e o quanto contribuem em atividades domésticas que não geram valores monetários, mas possibilitam o funcionamento do sistema de produção, conforme consta no Apêndice 2.

Estes dados qualitativos foram usados para discussão dos resultados presentes no Capítulo 5 da dissertação, em que se lançou mão das variadas evidências empíricas na redação e análises. Trechos textuais das entrevistas foram inseridos no texto para discutir processos sociais específicos em torno dos papéis desempenhados pelas mulheres rurais e as transformações de gênero ocorridas em direção a construção de estratégias mais autônomas de desenvolvimento.

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados das entrevistas semiestruturadas foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado sem alterações. O número do parecer consubstanciado do CEP é: 4.767.052 e o CAAE: 46826821.6.0000.5547.

2.4 Caracterização da região sudoeste do Paraná

A região Sudoeste do Paraná, até 1853, fazia parte da 5ª comarca de São Paulo, tendo como primeiros habitantes as populações indígenas e, posteriormente, os caboclos.

Os indígenas da região eram conhecidos como Bugres, Guainá ou Botocudos e a extensão de suas terras compreendia São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Os caboclos também tiveram grande importância na ocupação do território, eles eram coletores de erva mate e tropeiros de porcos, pois na época a carne e a banha suínas eram muito valorizadas, sendo conhecidas como “ouro branco” das colônias. Os caboclos são aqueles que não tinham descendência europeia, sendo uma forma estigmatizada de se referir aos brasileiros ou negros (RENK, 2000; ZATTA, 2016).

Com a crescente preocupação em defender a soberania das terras nacionais frente ao possível avanço argentino em áreas de fronteira, a partir de 1930 o governo de Getúlio Vargas criou uma marcha “civilizatória” para o sudoeste paranaense. Dessa forma, migrantes gaúchos e catarinenses, oriundos de famílias europeias, foram considerados pela história oficial os pioneiros na ocupação desta região, história esta que ignorava as diversas comunidades indígenas e caboclas que já habitavam o local (ZATTA, 2016).

A ocupação deste espaço teve as atividades agropecuárias como sua principal fonte de renda, sendo os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares a maioria (95% dos estabelecimentos existentes). Atualmente a Região Sudoeste do Paraná abrange 42 municípios (conforme Mapa 1), os quais dedicam-se fundamentalmente a atividades agrícolas e agroindustriais, mas também a atividades ligadas ao comércio, tecnologia e inovação, além da grande importância de serviços públicos como saúde, educação e administração pública (IPARDES, 2009).

A área total da região é de 17.046,14 Km², nesta dimensão territorial habitam 587.496 pessoas, sendo 412.570 (70,23%) da zona urbana e 174.926 (29,76%) da zona rural. A Região é a menos populosa do estado e apresenta uma tendência de envelhecimento demográfico e êxodo rural, além de poucas áreas urbanas apresentarem crescimento populacional significativo. O fluxo migratório geralmente é do Estado de Santa Catarina, o qual faz divisa com a Região em questão, mas também do Norte do Rio Grande do Sul (IPARDES, 2009).

A maior parte dos municípios fica na faixa de desenvolvimento humano alto (0,700 – 0,799) e 14 dos 42 municípios ficam na faixa do desenvolvimento humano médio (0,600 – 0,699). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores como renda, educação e expectativa de vida com o objetivo de avaliar o bem-estar de uma população. O município com maior IDH é Pato Branco (0,782) e o município com menor IDH é Coronel Domingos Soares (0,600) (MDA, 2015).

Figura 1 - Mapa da Região Sudoeste do Paraná



Fonte: Bueno; Queiroz (2019 p. 118).

O Índice de Gini, que mede a concentração de renda, da região sudoeste é relativamente baixo, pois a maioria dos municípios fica na faixa entre 0 e 0,48. Quanto mais afastado de zero for o índice, maior é a concentração de renda e desigualdades. Na região investigada os municípios que apresentam maior concentração de renda são Dois Vizinhos (0,60), Clevelândia (0,58), Renascença (0,58) e Mangueirinha (0,57). Já os municípios que apresentam menor concentração são Pinhal de São Bento (0,37), Realeza (0,43) e São João (0,43) (MDA, 2015; SUBPLAN, 2016).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da região fica perto ou até acima da média nacional (5.9) em alguns municípios. O IDEB é um índice que mede a frequência escolar e as médias de desempenho em avaliações, ele varia de 0 a 10. O Brasil tem como objetivo em 2022 chegar na média 6, que é compatível com a de países desenvolvidos. Os municípios com maior índice IDEB foram Vitorino (7.2), Marmeleiro (6.8) e São Jorge d'Oeste (6.7). Os municípios com menor índice foram Palmas (4.2), Chopinzinho (4.6) e Barracão (4.9). A região também conta com 43.739 estabelecimentos da agricultura familiar, em que 119.675 pessoas estão ocupadas. Além disso, existem 51 projetos de reforma agrária e pelo menos 65 mil hectares foram reformados para que as mais de 2 mil famílias assentadas pudessem exercer suas atividades. Ainda, a região abriga 582.029 pessoas, sendo a menos populosa do estado (IBGE, 2019; MDA, 2015; INEP, 2020).

A região, assim como diversas regiões do Paraná, é essencialmente agrícola, formada, em sua maior parte, por pequenos empreendimentos agrícolas da agricultura familiar. A produção agrícola é voltada essencialmente para lavouras de monocultura de soja e milho, sendo que a região produz 11,6% de toda soja do estado e 11,7% do milho. Madeira, aves de corte, leite e ovos também merecem destaque na produção agrícola regional, sendo que fornece cerca de 35% da oferta de ovos do estado. Grande parte das famílias agricultoras da região está sob regime de integração comandado por indústrias ou cooperativas, sendo sua principal atividade a criação de animais como suínos e galináceos. Estas formas de produção, alinhados a afluência de grandes e pequenas hidrelétricas na bacia do Rio Iguaçu, apresenta potenciais riscos ambientais na Região, mas também é a base de sua estrutura produtiva, sendo o meio de vida de muitas famílias (IPARDES, 2009).

Outro dado identificado é a presença de indústrias alimentícias e de madeira, as quais são responsáveis por 1/3 dos empregos formais. Uma característica marcante da Região é o associativismo e cooperativismo, expresso por formas de organização dos espaços rurais, além da formação de uma identidade regional, que é fortalecida por estas organizações, demonstrando a importância e papel político da agricultura familiar (IPARDES, 2009).

Tomazzoni e Schneider (2022) afirmam que o cooperativismo na macrorregião sul do Brasil tem se fortalecido principalmente entre estabelecimentos da agricultura familiar com área total entre 10 e 50 ha. Os autores afirmam que o

fomento do cooperativismo se apresenta como uma alternativa que oferece as vantagens de uma economia de larga escala para unidades produtivas familiares, que geralmente detém pequena escala de produção. Desta forma, pode ser considerado como uma ferramenta para superação das limitações de produção e inserção da agricultura familiar nos mercados alimentares, gerando aumento de renda e qualidade de vida para as famílias agricultoras.

3 ABORDAGEM SISTÊMICA, VALOR AGREGADO ALIMENTAR NOS SAFEs E AS MULHERES RURAIS

Este capítulo apresenta as principais teorias e conceitos que embasam esta dissertação. Está subdividido em três subseções. Na primeira, se faz a crítica a ciência moderna e suas implicações, desenvolvendo o novo paradigma da complexidade expresso pela Teoria dos Sistemas, em que a noção de sistemas agrários e produtivos está compreendida. Na segunda, conceitua-se as agroindústrias familiares (ecológicas) e se discute algumas das estratégias pelas quais é possível processos de agregação de valor aos alimentos. Na terceira subseção, revisa-se os estudos sobre mulheres agricultoras, centrados na crítica dos papéis sociais de gênero e na divisão sexual do trabalho nas unidades de produção agrícola e agroindústrias.

3.1 Abordagem sistêmica e sistemas agrários e produtivos

Para a pesquisa é necessário entender a implicação da Teoria Geral dos Sistemas, pois os Sistemas Familiares de Base Ecológica (SAFEs) são um tipo de sistema produtivo/agroindustrial específico que buscou-se investigar. Os sistemas são um todo indivisível, interconectado e interdependente que têm vários níveis e subníveis. Os SAFEs são um subnível dentro dos sistemas agrários, que são subníveis dentro de outros sistemas. A interação complexa dos sistemas forma a chamada “teia da vida” (CAPRA, 2006).

Antes da evolução da teoria dos sistemas e da complexidade, a percepção de mundo era dominada pela ciência clássica, a qual admitia que uma coleção de pequenas partes caracterizava o todo. Dessa forma, o entendimento da vida viria ao analisar as propriedades das partes, pois estas poderiam definir o todo. Este método

foi elaborado por Rene Descartes, no século XVII, sendo o ponto de partida para uma ciência analítica, reducionista, disjuntiva e mecanicista (CAPRA, 2006).

Apesar da solidez do paradigma cartesiano, alguns estudiosos (integrantes do Movimento Romântico) se opuseram ao método. Este movimento, formado por artistas, escritores e filósofos, voltou a concepção de Aristóteles da natureza orgânica e não mecânica. A partir da convergência de vários campos do conhecimento sobre a característica sistêmica da vida e sua organização, surgiu a necessidade da formulação de um arcabouço teórico abrangente, que pudesse ser empregado nas mais diversas situações (CAPRA, 2006).

Os estudiosos pioneiros com contribuições importantes para a Teoria Geral dos Sistemas foram Alexander Bogdanov e Ludwig von Bertalanffy. A partir de então, os estudos sobre redes de sistemas foram organizados e qualificados como uma teoria. Entretanto, a concepção de sistemas vivos entrelaçados por redes de interconexões só pôde ser demonstrada por um modelo matemático quando os computadores evoluíram o suficiente para simular a interconexidade não-linear das redes (CAPRA, 2006; CAPRA; LUISI, 2014).

A comparação entre algumas características da abordagem clássica e da abordagem sistêmica é demonstrada no Quadro 3. A teoria dos sistemas pode ser aplicada em várias áreas do conhecimento. No âmbito das ciências agrárias, a teoria dos sistemas é uma ferramenta que auxilia na compreensão das interações entre seres humanos e natureza, sendo aplicada para sistematizar o processo de transformação de insumos e matérias-primas agrícolas em diversos produtos, fibras, matérias-primas e alimentos. Da mesma forma, partindo do princípio de subsistemas em interação constante, a teoria dos sistemas pode auxiliar na compreensão de estratégias de desenvolvimento sustentável dos sistemas agrários.

Quadro 3 - Análise comparativa entre a abordagem clássica e sistêmica

Abordagem Clássica	Abordagem Sistêmica
<ul style="list-style-type: none">- Reduccionismo;- Hiperespecialização;- Mecanicismo;- Das partes para o todo;- Função;- Pensamento analítico;- Disjunção.	<ul style="list-style-type: none">- Expansionismo;- Complexidade;- Holismo;- Do todo para as partes;- Organização;- Pensamento sintético;- Redes.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Capra (2006) e Morin (2015).

Um sistema agrário pode ser definido como uma maneira específica de transformação da natureza, visando satisfazer a demanda humana por produtos de

origem biológica, sejam eles vegetais ou animais. Assim, a análise de sistemas agrários busca compreender fatores históricos e geográficos que possam colaborar para a dinâmica do desenvolvimento da agricultura de determinada região. A teoria dos sistemas agrários permite reter a complexidade das diversas formas de agricultura considerando as particularidades de cada sistema de produção e categoria social (SILVA NETO et al., 1997; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Dessa forma, o conceito de sistema agrário é definido como um modo de relação com o meio ambiente feito através da associação de técnicas de produção específicas de uma sociedade em um dado contexto histórico, a fim de satisfazer as necessidades daquele grupo. Este sistema é formado por um conjunto de saberes socioculturais que interagem com o meio natural e social, se adaptando as suas condições bioclimáticas do momento (MIGUEL, 2009).

Para a teoria dos sistemas agrários o desenvolvimento pode ser promovido por um movimento geral, onde todos os tipos de estabelecimentos passam por um momento de expansão de sua produção e seus resultados econômicos. Este seria o movimento ideal de desenvolvimento, entretanto, existem outras situações, por exemplo, o desenvolvimento desigual, quando alguns estabelecimentos progridem mais rápido em relação a outros; e o desenvolvimento contraditório, onde alguns estabelecimentos progridem enquanto outros passam por momentos de recessão. Os sistemas agrários podem adotar novos meios de produção, desenvolver novas técnicas de cultivo e criação e promover uma mudança geral no ecossistema produtivo, causando a emergência de um novo sistema agrário (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Portanto, os sistemas agrários fazem parte da rede de sistemas da teia da vida, apresentando características singulares e ao mesmo tempo padrões semelhantes. Os sistemas adotados pelas unidades de produção agrícolas têm papel fundamental para o desenvolvimento ou degradação de seu respectivo ecossistema cultivado. Eles também têm participação no desenvolvimento social do meio rural, pois quando os fatores de produção e de acumulação estão bem distribuídos o ambiente do ecossistema cultivado fica propício ao desenvolvimento geral das unidades. Os sistemas agrários podem ser divididos em vários tipos e em subsistemas produtivos, sendo classificados por seu modo de produção, épocas históricas, categorias sociais presentes, tecnologias usadas e dimensões espaciais.

No caso desta investigação, os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs) são formados por unidades de produção com força de trabalho e gestão familiar que atua tanto na produção de matérias primas *in natura*, na elaboração de alimentos com maiores níveis de valor agregado, como na colocação destes alimentos nos mercados, especialmente através de cadeias curtas de abastecimento. O caráter ecológico destas unidades de produção se dá pela preocupação com a conservação do ecossistema cultivado, utilizando pouco ou nenhum insumo químico tanto na produção de suas matérias-primas, como na transformação agroindustrial (MIGUEL, 2009; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

Neste sentido, os SAFEs funcionam com base em dois subsistemas principais: o subsistema de produção das matérias primas *in natura* e o subsistema agroindustrial. Segundo Gazolla, Lima e Brignoni (2018), o primeiro subsistema engloba o complexo de produção de matérias-primas e produtos *in natura*, onde se combinam tecnologias, meios de produção e força de trabalho. Neste sistema são gerados os produtos que, geralmente, servem de base para a agroindustrialização, funcionando como “insumos básicos” para a transformação agroindustrial.

Já o subsistema agroindustrial elabora e transforma as matérias-primas, fibras e produtos agropecuários para a obtenção de alimentos elaborados, com maior valor agregado, por diferentes estratégias de qualificação alimentar, que são comercializados para os mercados locais e regionais, gerando resultados econômicos para as famílias agricultoras que são utilizados de diferentes formas, como no reinvestimento nos SAFEs, melhoria da qualidade de vida, acesso a novos bens, serviços e produtos, educação das(os) filhas(os), lazer, dentre outros (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

3.2 Estratégias de agregação de valor alimentar e agroindústrias familiares ecológicas²

As inovações tecnológicas permitiram a humanidade alcançar novos níveis de bem-estar através do uso intensivo de técnicas modernas e industriais em todas as esferas produtivas. No âmbito da produção de alimentos, apesar da maior oferta de

² Nesta pesquisa o termo agregação de valor é utilizado como sinônimo de qualificação alimentar, já que as diferentes estratégias de qualificação alimentar levam a maiores níveis de valor agregado aos alimentos e, também, porque em nível nacional e internacional existe um conjunto substancial de literaturas sobre (re)qualificação alimentar, mas poucos estudos e pesquisas sobre valor agregado alimentar.

produtos alimentícios proporcionado pelas tecnologias, o uso intensivo de técnicas agrícolas modernas (uso de agroquímicos como fertilizantes e pesticidas) se torna insustentável conforme a população aumenta e os recursos naturais finitos se tornam escassos (BARRET et al., 2020).

Além das pressões para aumento de produção de alimentos para a crescente população humana em longo prazo, existem os problemas climáticos, choques econômicos, instabilidades políticas e crises sanitárias (como a pandemia do Covid-19) que afetam a regularidade da oferta de alimentos. Barret et al. (2020) afirmam que os sistemas agroalimentares hegemônicos e globalizados fracassaram em promover o bem-estar para todas as pessoas em dois sentidos: deixando de garantir dietas saudáveis para as pessoas, e ao não fornecer meios de vida equitativos e dignos para grande parte da população mundial que trabalham nas cadeias de produção de alimentos, desde plantações até restaurantes.

Segundo Fanzo et al. (2020) os sistemas agroalimentares são intrinsecamente ligados a saúde, meio ambiente, cultura, política e a economia. Dessa forma, as dietas são moldadas pelos sistemas alimentares, os quais atualmente são responsáveis por gerar Doenças Alimentares Não Transmissíveis (DANTs), que contribuem para 11 milhões de mortes por ano e são ocasionadas pela oferta de alimentos baratos, ultra processados, ricos em calorias e pobres em nutrientes, encontrados principalmente em países de baixa renda.

Segundo estudo da FAO, Global Panel (2017), das 11 (onze) doenças que mais matam mundialmente, 6 (seis) delas tem a ver com a alimentação (dietas desequilibradas, aumento da pressão sanguínea, obesidade, má nutrição, altos níveis de açúcar e colesterol sanguíneo). Estas 6 doenças somadas, matam mais que a soma das mortes a partir de outras doenças bem conhecidas (câncer, álcool/drogas, água contaminada/péssimas condições sanitárias e doenças sexualmente transmissíveis).

Em contraponto, ocorre da crescente contestação e críticas das(os) consumidoras(es) em relação ao sistema agroalimentar hegemônico. Com isso se inicia um processo de criação e consolidação de redes agroalimentares alternativas, que oferecem alimentos com valores diferenciados que se baseiam em diversos processos de (re)qualificação alimentar que serão estudados neste trabalho (GOODMAN 2004; WILKINSON, 2003; SONNINO; MARSDEN, 2006).

Neste sentido, as agroindústrias familiares podem ser consideradas uma das rotas de (re)qualificação da alimentação, devido as características naturais, artesanais, ecológicas e de preservação da culinária local e regional que seus produtos e alimentos possuem. Além disso, esta estratégia de reprodução social da agricultura familiar, geralmente comercializa seus excedentes alimentares em mercados socialmente construídos, em nível local e territorial, abastecendo consumidoras(es) que apreciam alimentos elaborados e diferenciados em seus atributos de qualidade (MALUF, 2004; WILKINSON, 2008).

Os alimentos produzidos pelas agroindústrias respondem as tendências da alimentação contemporânea. Segundo Livia Barbosa (2009) quatro tendências podem singularizar o contexto da alimentação brasileira: a cientificização que é o valor dado a estudos científicos que demonstram quais nutrientes e qual a quantidade deve ser ingerida para ser um indivíduo saudável; a saudabilidade que segue a tendência anterior enfatizando a relação dos alimentos com a saúde; a valorização da origem dos alimentos que representa a preferência por produtos artesanais, orgânicos, rastreáveis, produzidos de maneira digna e que oferecem remuneração justa a(o) produtora(or); e, a gastronomização que enfatiza o sabor, o prazer de comer e a qualidade dos alimentos, transformando a alimentação em um ato social.

O Censo Agropecuário 2017 identificou a presença de 852.639 estabelecimentos que trabalham com processamento de alimentos, que representam 16,8% dos estabelecimentos do país. A região Sul representa 23,8% dos estabelecimentos com agroindústrias do Brasil, sendo que o estado do Paraná tem 24.812 estabelecimentos (8,13%) com agroindústrias rurais e 19.802 (79,8%) unidades de produção são da agricultura familiar e apenas 5.010 (20,1%) são da agricultura não familiar³.

A agroindústria familiar pode ser definida como um sistema de produção onde a família produz e transforma uma parte de sua produção agrícola ou pecuária. Segundo Mior (2007), os objetivos deste sistema são a obtenção de maior valor de troca para os produtos e para satisfação das necessidades de consumo da família.

³ Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) é considerada como produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento que foram transformados ou beneficiados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros. O Censo considera que a matéria-prima pode ser de origem da unidade de produção ou adquirida de outras(os) agricultoras(es) e que a destinação do produto final para os mercados tenha sido feita pelos membros da família agricultora ou empresários rurais, no caso das AGRs não familiares.

Para Wilkinson e Mior (1999) a agroindústria familiar é uma alternativa de inserção, destas unidades de produção, em mercados onde as *commodities* cedem lugar para produtos artesanais e orgânicos detentores de um preço-prêmio. Os autores também criticam a categorização da agroindústria familiar como parte de um “novo rural” que as classifica como atividades não-agrícolas. Para eles, “longe de fazer parte do novo rural, estas atividades são tão antigas quanto à agricultura familiar [...]” (WILKINSON; MIOR, 1999, p. 29).

Segundo Bastian et al. (2014), uma agroindústria é uma unidade de produção onde o processo de transformação de matérias primas agrícolas e a comercialização dos alimentos e produtos é feita pelas(os) agricultoras(es). Estas experiências ocorrem em áreas onde a agricultura familiar é consolidada, que alinha os conhecimentos técnicos históricos na elaboração de produtos diversificados. Para Gazolla, Niederle e Waquil (2012) as agroindústrias familiares atendem a necessidade de criação de mecanismos inovadores e sustentáveis para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, estratégia que aumenta sua capacidade de reprodução social.

Segundo Mior (2007), os aspectos que caracterizam a agroindústria familiar, são a gestão dos meios de produção e decisões administrativas tomadas pela família; predominância da força de trabalho familiar ou de poucos contratados; localização do estabelecimento no meio rural; máquinas e equipamentos de menor escala; matéria-prima de origem da própria unidade de produção ou de vizinhos; processos de transformação artesanais; possibilidade de associação de várias famílias com laços familiares ou não e crescente internalização das legislações sanitárias, ambientais e fiscais.

Segundo Gazolla, Niederle e Waquil (2012) as características básicas das agroindústrias familiares são o objetivo de adicionar valor as matérias-primas produzidos pelas próprias unidades de produção; produção de alimentos transformados que carregam valores sociais, culturais e ecológicos de uma determinada região; trabalham com menor escala de produção; alimentos são elaborados tanto para consumo da família quanto para venda; quando destinados para os mercados seguem principalmente para cadeias curtas e mercados de proximidade social e territorial; buscam a regulamentação fiscal, porém tem uma relação controversa com as instituições reguladoras, devido a operarem de modo

diferenciado em relação a produção industrial *stricto sensu*. Todas estas estratégias de organização aumenta a capacidade de permanência das agroindústrias nos mercados.

Para Maluf (2004) o processo de agregação de valor aos produtos agrícolas auxilia as famílias a manter sua segurança alimentar e a aumentar sua renda promovendo um ambiente propício a reprodução social destas experiências. Para ele as agroindústrias familiares geram aumento de renda e diversificação da produção das famílias agricultoras, que vendem seus alimentos nos circuitos locais e regionais de comercialização. O autor salienta ainda a importância de a família transformar suas próprias matérias primas, de forma individual ou associativa, para que haja maximização dos rendimentos.

Guimarães e Silveira (2007) afirmam que as agroindústrias familiares rurais são caracterizadas não somente por sua produção, mas também pelas relações sociais criadas pelo processo de comercialização, em que os alimentos assumem uma dimensão simbólica e histórico-cultural. Os autores afirmam que a homogeneização do termo agroindústria familiar é um equívoco, visto que existem pelo menos três tipos de processamento de alimentos nos espaços rurais: a) a agroindústria caseira, que não tem um espaço específico para o processamento dos alimentos voltados basicamente ao autoconsumo familiar; b) a agroindústria familiar artesanal, que tem um espaço específico e utiliza técnicas artesanais de produção, já vendendo pequenos excedentes; c) a agroindústria familiar de pequeno porte, que tem um espaço específico para o processamento dos alimentos e utiliza procedimentos industriais, sendo a pequena escala de produção o único diferencial das grandes unidades agroindustriais. A produção acessa vários mercados e já internalizou os pressupostos da legislação alimentar em seus processos de reprodução social.

Para Wilkinson (2002) os mercados acessados pelas agroindústrias familiares podem ser interpretados como um prolongamento das relações familiares, já que geralmente a confiança em uma determinada unidade de produção vem de uma reputação de qualidade local, adquirida através da frequência das relações, confiança, vizinhança e parentesco. O autor afirma que estes atores sociais estão imersos nestes circuitos de comercialização, o que pode dificultar o aumento da escala de produção, por exemplo, pois a produção e o gerenciamento de maiores quantidades implicam numa extensão para mercados além da rede social estabelecida. Este movimento

pode tornar as experiências agroindustriais imunes às pressões externas, sejam elas de natureza regulatória (fora ações punitivas de fiscalização) ou mercadológica.

Existe, no entanto, grande dificuldade por parte das experiências de agroindustrialização de formalizar sua produção, devido a grande quantidade de regulamentos institucionais desenvolvidas por agências reguladoras do Estado. Estas regras são baseadas na padronização do sistema agroalimentar hegemônico e requer que as agroindústrias familiares se adequem a diversas normas sanitárias, fiscais, jurídicas, ambientais, entre outras. Gazolla et al. (2016) identificaram que além da dificuldade em atender aos regulamentos, o custo da implementação da formalização institucional chega a aproximadamente 9% do custo total das experiências, sendo que somente o custo da certificação dos alimentos orgânicos fica em torno de 6% se for no formato auditado e cerca de 3,5% no formato de certificação participativa.

Para Gazolla (2012), a relação entre as instituições reguladoras e as agroindústrias é controversa, pois ao mesmo tempo apoiam e fiscalizam as unidades produtivas. A maior parte da legislação sobre agroindústrias diz respeito a regulamentações sanitárias vegetais e animais, assim como sobre a idoneidade dos insumos utilizados nas unidades de produção. A fiscalização é importante para garantia da boa qualidade dos alimentos e prevenção da saúde humana, entretanto, a rigidez das normas sanitárias geralmente não se adapta a realidade social das agroindústrias, o que pode ser um entrave ao desenvolvimento das experiências, principalmente quando são aplicadas sanções como fechamento das agroindústrias e multas, por exemplo. Para o autor a legislação tem evoluído no sentido de beneficiar as(os) agricultoras(es) para que possam formalizar suas agroindústrias nas esferas sanitária, ambiental, jurídica, fiscal, entre outras.

Neste contexto, as políticas públicas e programas de fortalecimento das agroindústrias familiares são de suma importância, dado que elas ajudam a criar e consolidar estes empreendimentos, principalmente através da orientação técnica, crédito para montar instalações, obter maquinário e equipamentos. No Brasil o principal programa de fomento a estas experiências é o Pronaf Agroindústria ofertando crédito rural e o Programa de Agroindustrialização Familiar (PAF), que apoiava as iniciativas em várias frentes, contudo, foi extinto juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016. Na Região Sul do país, os programas Fábrica do Agricultor no Paraná, Desenvolver em Santa Catarina e Programa de

Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul são iniciativas que apoiaram processos de constituição e formalização das AGFs. As políticas de incentivo a construção social de mercados também são importantes para a consolidação das agroindústrias familiares, sendo a formação de feiras municipais e outros espaços, como feiras em exposições, imprescindíveis para que as famílias agricultoras comercializem seus alimentos e produtos (GAZOLLA; SCHNEIDER; BRUNORI, 2018).

Swensson e Tartanac (2020), afirmam que as compras públicas são iniciativas importantes e que compõe grande parte da renda das famílias agricultoras que agroindustrializam alimentos. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fazem parte dos mercados consumidores de alimentos de boa parte das agroindústrias familiares. Roberta Sonnino (2019), argumenta que as compras públicas têm grande potencial em promover e desenvolver as dietas sustentáveis em escolas, hospitais e outros setores públicos.

Assim, o consumo de alimentos locais ou regionais de agroindústrias, comercializados diretamente ou por meio de cadeias curtas, é a resposta de uma parcela da população que não está satisfeita com a proposta do sistema alimentar hegemônico, e uma oportunidade para promover o desenvolvimento regional endógeno. O comércio alimentar entre o rural e o urbano pode fortalecer uma região de forma que esta fique menos vulnerável as instabilidades da demanda externa e tenha maior dinamismo em seus mercados internos. Estes fatores conjugados, podem criar um ambiente propício ao desenvolvimento endógeno e o aumento da agregação de valor local dos alimentos.

Além do processamento de alimentos, realizado pelas agroindústrias familiares, existem outras estratégias de (re)qualificação alimentar. Algumas delas são expressas pelas redes agroalimentares alternativas formadas por alimentos ecológicos, regionais e artesanais, da agricultura familiar, com indicações geográficas e selos de qualidade e procedência, alimentos da agroindústria familiar comercializados por cadeias curtas, inovações produzidas pelas(os) agricultoras(es), entre outras. Cada um destes processos de agregação de valor alimentar tem características distintas e complexas que são encontradas em diversas culturas e diferentes países.

O Quadro 14 traz as principais estratégias de qualificação alimentar encontradas na literatura. Isso, não quer dizer que não existam outras estratégias de agregação de valor aos alimentos, já que a revisão da literatura e do chamado 'estado da arte' geralmente não apreendem todas as literaturas existentes em uma determinada área de conhecimentos. Importante ressaltar, que os termos qualificação alimentar e (estratégias) de agregação de valor são usados como sinônimos neste trabalho, já que os dois termos são citados na literatura (nacional e internacional) para designar processos sociais que visam gerar melhorias nos alimentos, no sentido de que estes possuam maiores valores sejam sociais, ambientais, econômicos, preços, culturais, entre outros, quando circulam nos mercados alimentares e são adquiridos pelas(os) consumidoras(es) (ILBERY; BULLER; KNEAFSEY, 2008; NIEDERLE, 2013; GOODMAN, 2003; BRUNORI et al., 2018; BENINI; JÚNIOR, 2019).

Quadro 4 - Principais estratégias de agregação de valor e qualificação alimentar encontradas na revisão da literatura

- Contestação da cultura do consumo e demanda por alimentos mais saudáveis;
- Consumidores que demandam por dietas sustentáveis;
- Encurtamento das cadeias de produção-distribuição-consumo dos alimentos;
- Alimentos diferenciados e específicos provenientes das agroindústrias familiares;
- Alimentos ecológicos com diferenciais ambientais de qualidade (preço premium);
- Alimentos e produtos provenientes da agricultura familiar (alimentos coloniais do Sul);
- Os saberes e a artesanidade dos processos de produção de alimentos;
- Indicações geográficas de lugar e modo de produção;
- Inovações produtivas e tecnológicas das(os) agricultoras(es);
- As transformações que as matérias primas sofrem em alimentos mais elaborados (físicas, químicas, biológicas, entre outras);

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão da literatura (2021).

Roberta Sassateli (2015) demonstra que a gênese da discussão sobre a qualificação alimentar são as várias críticas feitas à cultura do consumidor globalizado, principalmente devido ao caráter desumanizante que vem acompanhado do processo de racionalização do sistema agroalimentar hegemônico. Os alimentos fornecidos pelas cadeias globais formam um tipo de negócio baseado em quatro princípios: eficiência em poupar tempo; ênfase na produção em escala; padronização para replicação previsível e controle das tecnologias. Esse tipo de negócio é formado pelas praças de alimentação dos *shopping centers*, *drive thru* e restaurantes *fast food* que focam na quantidade em detrimento da qualidade e oferecem produtos padronizados, os quais são moralmente e nutricionalmente vazios.

Este contexto leva os indivíduos a confrontos morais que podem desencadear a contestação do modo de consumo hegemônico (não só de alimentos, mas de bens e serviços em geral). Assim, começam a surgir novos padrões de consumo mais éticos

e críticos, que são refletidos em novas práticas, as quais indicam que os campos do consumo estão sendo contestados e abrem as portas para o chamado consumo alternativo. Esta transição lenta e silenciosa, porém, consistente e duradoura, está relacionada ao temor dos métodos industriais de produção-consumo de alimentos (ultra processados, industrializados) (SASSATELI, 2015). Esses consumidores politizados, também são responsáveis pela requalificação dos sistemas alimentares, reposicionando outros atores e seus conjuntos de práticas.

Através da contestação do sistema agroalimentar hegemônico surge uma “virada da qualidade” (*quality turn*) caracterizada por Goodman (2003) como a crescente relevância de alimentos de “qualidade” e inovações institucionais associadas, incluindo *marketing* direto, cadeias curtas de abastecimento de alimentos, sistemas alimentares locais e a legitimação renovada de práticas alimentares artesanais e cozinhas regionais. Essa “virada pela qualidade” é atribuída as maiores preocupações das(os) consumidoras(es) com a segurança alimentar, maior transparência nas práticas de produção, rastreabilidade dos alimentos e outras modalidades de garantia de qualidade.

O aumento da procura por produtos orgânicos ou provenientes do comércio justo (*fair trade*) são exemplos de uma revolução cultural expressa principalmente pela demanda. Da mesma forma, o incentivo ao consumo ético também é uma estratégia de *marketing* para o lado da oferta, que aproveita a onda de diferenciação dos produtos fornecidos pelos mercados hegemônicos. A ética e moral do consumo reclassificam os alimentos que são “bons para comer” e incluem critérios que vão além do valor nutricional, considerando também o impacto ambiental, animal, político, social, entre outros. Este movimento promove o aumento da procura por dietas sustentáveis e saudáveis (SASSATELI, 2015; TRICHES, 2020).

Segundo Roberta Sonnino (2019), outra estratégia de agregação de valor aos alimentos são a emergência das dietas sustentáveis, que é aquela com baixo impacto ambiental nos recursos presentes e futuros do planeta, que respeita a biodiversidade, os ecossistemas e o bem-estar animal. A expansão do movimento de dietas sustentáveis é um dos fatores que impulsiona a mudança de comportamento das consumidoras e consumidores. Além disso, é uma dieta nutritiva, acessível e culturalmente apropriada com objetivo de promover uma vida saudável para todas e todos. As dietas sustentáveis têm diversidade de tipos de alimentos, são balanceadas

conforme as necessidades energéticas; tem alto consumo de tubérculos, cereais integrais, frutas e vegetais (especialmente os de agricultoras(es) locais, diminuindo o impacto dos transportes); tem redução de carnes, açúcares, gorduras e sal, além do consumo moderado de derivados de leite; usam nozes e sementes, peixes, óleos e gorduras com ômega 3:6 e lançam mão da água ao invés de outras bebidas.

Triches (2020, p. 883) observa que o conceito de dietas sustentáveis ainda está em construção, tanto teórica quanto empiricamente. O primeiro trabalho a utilizar este termo foi publicado em 1986 por Joan Dye Gussow e Katherine L. Clancy no *“Journal of Nutrition Education”*, no qual as autoras argumentaram que além da atenção à saúde humana e educação nutricional dever-se-ia conscientizar as(os) consumidoras(es) sobre a preservação dos recursos naturais do planeta. Dessa forma, as dietas sustentáveis estariam relacionadas a agricultura sustentável, considerando a sustentabilidade como a habilidade de “qualquer coisa capaz de se manter dentro de sistemas naturais em um futuro previsível”. Para a autora, uma agricultura sustentável é aquela que tem capacidade de produzir alimentos e fibras sem desperdício, conservando o solo, a água e a energia fóssil.

A sustentabilidade poderia ser medida por critérios como o uso da terra, a emissão de gases do efeito estufa e a biodiversidade do ambiente em questão. Para a FAO (2010, p. 10), as dietas sustentáveis “são aquelas com baixo impacto ambiental que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para uma vida saudável das gerações futuras”. Além disso, as dietas sustentáveis protegem e respeitam a biodiversidade dos ecossistemas, oferecendo alimentos culturalmente aceitáveis, nutricionalmente adequados e seguros, acessíveis e justos sob o ponto de vista econômico e otimizadores dos recursos naturais e humanos disponíveis. Esta definição reconhece o papel da nutrição para uma vida saudável e a necessidade de preservar e otimizar o uso dos recursos naturais ao longo do tempo.

Triches (2020) afirma que as diversas dimensões das dietas sustentáveis foram pautadas em quatro domínios: saúde, economia, sociedade e meio ambiente. Para a definição da FAO (2010) cabe ainda a agricultura como quinto domínio determinante para a formação das dietas sustentáveis. Estas dimensões são interconectadas e o bom funcionamento de uma depende da outra. As dietas sustentáveis têm potencial para redesenhar os sistemas agroalimentares de forma a

prevenir um impacto ambiental irreversível, além de preservar a saúde das pessoas ao longo do tempo (SONNINO, 2019; TRICHES, 2020).

O encurtamento das cadeias de produção-distribuição-consumo também é outra estratégia relevante de agregação de valor aos alimentos relevante. Neste sentido, a comercialização de alimentos ecológicos geralmente é feita por cadeias curtas de abastecimento, onde a venda é feita diretamente pelo(a) agricultor(a) ou por meio de um ator local (até um intermediário), que atua em parceria e cooperação com agricultoras(es) e consumidoras(es) para ajudar na construção dos mercados. As cadeias curtas diminuem os custos de transação relacionados aos elos da cadeia de processamento e distribuição, o que aumenta o valor agregado dos alimentos ecológicos; além disso, o comércio local é mais sustentável pois utiliza menos combustíveis fósseis para transporte e promove o desenvolvimento endógeno ao fomentar o comércio e circulação de riquezas locais e regionais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017)

Segundo Sousa (2019), as(os) consumidoras(res) que buscam cadeias curtas prezam pela confiança, preservação do meio ambiente, produção artesanal e respeito as(aos) agricultoras(es). O autor afirma que é importante para elas(es) manter um contato próximo com as(os) agricultoras(res) refletindo o respeito pelo seu trabalho, assim como contribuir de forma coletiva para o desenvolvimento regional. Ele também demonstrou que a preservação da paisagem local e a continuidade de tradições e costumes é importante para estas(es) consumidoras(es) e consumidoras(es), (as)os quais buscam as cadeias curtas através da venda direta, lojas de produtos locais ou iniciativas comunitárias de contribuição mensal para financiamento da produção, as chamadas *Community Supported Agriculture* (CSA), ou Comunidades que Sustentam a Agricultura.

A comercialização através de cadeias curtas é uma resposta as preocupações causadas pela industrialização alimentar que emergiu com a urbanização e globalização. As cadeias curtas têm funções que a industrialização centralizada não consegue prover, como benefícios mútuos entre consumidoras(es) e agricultoras(es), preços justos e alimentos de qualidade; estreitamento das relações sociais; preservação ambiental; aspectos nutricionais dos alimentos levados em conta, além de e promoverem o desenvolvimento local (BELETTI; MARESCOTTI, 2020).

Os alimentos fornecidos pelas cadeias curtas têm conformidade com os princípios da segurança alimentar local, seguem os hábitos alimentares e culturais da população do território, permite a facilidade de acesso e oferecem a possibilidade de adquirir alimentos estacionais, os quais nutrem o corpo humano conforme a necessidade específica de cada período do ano. Dessa forma, o encurtamento das cadeias gera benefícios ambientais, nutricionais, econômicos e sociais na medida em que aumenta o valor agregado dos alimentos e produtos agrícolas comercializados pela agricultura familiar (GAZOLLA; SHCNEIDER, 2017).

Neste sentido, se destaca a produção de alimentos das agroindústrias familiares, consideradas estratégias de agregação de valor por processam matérias-primas e fibras transformando-as em alimentos elaborados e maior valor comercial. As características de produção dos alimentos da agricultura familiar refletem diversas outras estratégias, como a produção tradicional e artesanal, o comércio por cadeias curtas e a valorização dos elementos das cozinhas regionais, que refletem o saber-fazer único de cada localidade. Um exemplo disso é o alto nível de comercialização de farinha de mandioca em agroindústrias familiares da Região Norte do Brasil, em contrapartida com o grande volume de vendas de embutidos na Região Sul, ambos alimentos típicos da culinária de cada região (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012).

Assim, os alimentos produzidos pelas agroindústrias familiares podem ser considerados de qualidade distinta, pois diversas vezes são preparados para o autoconsumo das famílias agricultoras. Por isso existe grande diferença entre os alimentos produzidos pelas agroindústrias familiares das não familiares, enquanto uma busca produzir para nutrição e autoconsumo, a outra busca produzir para comercialização. Isso fica evidente no trabalho de Bastian et al. (2014), o qual identificou que cerca de 93% de toda farinha de mandioca e cerca de 63% dos embutidos são produzidos por agroindústrias familiares, alimentos estes que servem primordialmente para a alimentação da família.

Dessa forma os alimentos das agroindústrias familiares têm diferenciais de qualidade porque sua lógica de produção é ligada a nutrição da família e estes valores são incorporados nos alimentos que são comercializados. Assim, muitos(as) consumidores(as) não se importam em comprar alimentos de agroindústrias que não são formalizadas frente a legislação sanitária, pois sabem a procedência e confiam no modo de produção empregado pelas famílias agricultoras (BASTIAN et al., 2014).

Alimentos com diferenciais ambientais também se colocam como uma das estratégias de agregação de valor alimentar, pois exigem um modo de produção agrícola que não utilize agroquímicos e práticas danosas ao meio ambiente. Dessa forma, as novas exigências das consumidoras e consumidores tornaram-se uma oportunidade de diversificação produtiva para as agroindústrias familiares. Dentro disso, e das demais mudanças em torno das redes agroalimentares alternativas que vem ocorrendo nos sistemas alimentares, surgem os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs).

Os SAFEs englobam as características da agricultura familiar que produz e processa seus produtos, com as preocupações em relação ao meio ambiente. Estas práticas de produção sustentáveis têm base em processos ecológicos que utilizam menos produtos químicos como defensivos e fertilizantes, além de preocupar-se com consumo de água e qualidade do solo. Gazolla, Lima e Brignoni (2018 p. 242) definem o SAFE como: “um tipo específico e um misto de sistemas familiares de produção de alimentos, produtos e matérias primas *in natura* e de transformação agroindustrial de produtos agropecuários, possuindo como base processos ecológicos [...]”.

A agricultura de base ecológica, pode ser definida como um modo de produção que propõe a inserção de práticas de cultivo sustentáveis; práticas que utilizem os recursos naturais com eficiência, sem impactar no estoque disponível para gerações futuras. Este modo de agricultura propõe reflexões teóricas fornecidas de diferentes campos da ciência a fim de criar princípios, conceitos e metodologias que subsidiem a transição do atual sistema agroalimentar para agroecossistemas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A produção ecológica é baseada em uma agricultura com culturas diversas em um mesmo espaço e sem o uso de agroquímicos, o que possibilita a auto-organização do agroecossistema. Dessa forma, o valor agregado dos produtos ecológicos é expresso pelo preço prêmio que as(os) consumidoras(es) estão dispostas(os) a pagar pela qualidade ambiental ímpar dos alimentos. A qualidade ambiental destes alimentos pode ser informada as(aos) consumidoras(es) através de selos institucionais que demonstram que aquele alimento é orgânico/ecológico. No caso das agroindústrias ecológicas, estas devem, além de possuir a formalização em várias legislações alimentares, também dispor da certificação orgânica de suas práticas de produção e de elaboração alimentar, o que complexifica os processos para

famílias agricultoras (BENINI JÚNIOR, 2019; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018; ANDERSON et al., 2021).

Segundo Gazolla (2012), o preço-prêmio pode ser definido como o valor acima da média de preços que as(os) consumidoras(es) estão dispostas(os) a pagar por um alimento ou produto, devido a um atributo específico deste, como por exemplo, alimentos ecológicos, orgânicos, agroecológicos, da agricultura familiar e suas agroindústrias, artesanais, coloniais etc. Este movimento auferir valores agregados maiores para suas(seus) produtoras(res), como evidenciado por Grisa et al., (2011), ao identificar que programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ofereciam um incentivo de até 30% para os alimentos produzidos com manejo ecológico.

Se por um lado, a certificação e selos aumentam o valor agregado dos alimentos e produtos ecológicos, por outro, estes acabam por gerar mais custos de produção as unidades ecológicas, especialmente no formato auditado por terceiros. Embora também seja verdadeiro que muitas unidades de produção da agricultura e das agroindústrias familiares comercializam seus alimentos ecológicos sem selos e certificações orgânicos (informais), o que é possível pelas relações sociais aproximadas dos atores em cadeias curtas de abastecimento, como por exemplo, as feiras existentes em todo o Brasil (GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012; GAZOLLA, 2012).

Apesar do aumento nos custos a conformidade ecológica das agroindústrias pode ser atrativa e rentável para as famílias agricultoras, principalmente devido à valorização da produção sustentável regional. A tendência entre as(os) consumidoras(es) de buscar alimentos produzidos de maneira confiável e que expressem os valores e cultura do local onde vivem é crescente, visto que alimentos regionais, geralmente de agricultoras(es) familiares, atendem qualidades que superam as normas de produção padronizada estabelecidas pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Outra estratégia de valorização dos alimentos é sua procedência de famílias agricultoras. Segundo Abramovay (1998), a agricultura familiar tem grande relevância para o desenvolvimento rural e regional, fator evidenciado na dinamização dos sistemas agrários de países desenvolvidos. Pontua ainda a importância das relações sociais como vetor da organização dos mercados agrícolas regionais, o protagonismo

da família no processo de produção e gerenciamento das unidades e a constante inovação que as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar empregam. A produção de alimentos feita pela agricultura familiar se destaca, neste contexto, por trazer as características que são enraizadas pela cultura regional e produzidos, em grande parte, de maneira artesanal.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura familiar é um dos atores dos sistemas alimentares que tem resistido ao modelo dos impérios alimentares. Para o autor, ela é importante pois utiliza os recursos de forma sustentável, sendo orientada para sobrevivência do grupo social. As famílias agricultoras são importantes na construção de novos sistemas alimentares devido ao seu estilo de produção agrícola, mais ligado aos ritmos naturais do meio ambiente. Além disso, grande parte da sua produção é feita de maneira artesanal, fator que preserva a identidade dos alimentos e mantém saberes camponeses e receitas ancestrais, passadas de geração em geração. Dessa forma, as famílias agricultoras geralmente comercializam sua produção em mercados locais e regionais, fomentando o desenvolvimento endógeno e causando menores impactos ambientais relacionados ao transporte.

Neste contexto, consumidoras(es) que valorizam a agricultura familiar aceitam pagar maiores valores por alimentos produzidos por este grupo. O espaço rural inaugura uma nova era onde passa a ser considerado lugar de descanso, qualidade de vida e alimentação de boa qualidade. Isso é refletido não só na maior procura por alimentos da agricultura familiar, mas também pela maior popularidade do turismo rural, eco turismo, rotas gastronômicas, serviços de hotel pousada, fazendas e as próprias agroindústrias (ecológicas ou não). Este seria o “novo rural” composto por atividades não agrícolas e impulsionado por pequenos mercados específicos, locais e regionais, muitos ligados a alimentação saudável (SCHNEIDER, 2007).

A artesanidade do processo de produção dos alimentos da agricultura familiar também é uma estratégia de qualificação alimentar que agrega valor aos alimentos. Para Cruz e Schneider (2010, p. 26), os alimentos e produtos artesanais, geralmente, estão imersos no modo de vida tanto das famílias agricultoras quanto das(os) consumidoras(es) e que são enraizados socialmente por meio de características históricas e culturais que moldam o saber-fazer local. Para Cruz (2020, p. 10) “a artesanidade está fortemente vinculada à noção de tradição” e diz respeito

a processos anteriores a Revolução Industrial, quando os alimentos eram feitos manualmente, com pouca ou nenhuma mecanização.

Neste sentido, o processamento dos alimentos era feito pelas famílias para seu autoconsumo, com matérias-primas, técnicas e ferramentas próprias. Apesar disso, a autora destaca que existem alimentos produzidos de forma artesanal que não tiveram uma longa tradição histórica para embasar suas técnicas, sendo considerados artesanais pela pequena escala e pela não automatização dos processos e não necessariamente por fazer parte de uma cultura tradicional (CRUZ, 2010).

Segundo Mior (2005), o processamento de alimentos geralmente é feito nas cozinhas das famílias agricultoras pelas mulheres, sendo o valor agregado destes alimentos ligado a produção manual gerada pelo saber-fazer das agricultoras, passado de geração em geração. Essa atividade artesanal evidencia a existência de aspectos culturais ligados aos hábitos alimentares regionais e locais. Além da venda, o processamento de alimentos volta-se para o autoconsumo das famílias, fato demonstrado por Demetrio et al. (2021a), que afirmam que as agroindústrias consomem cerca de 35% de sua produção, possuindo papel destacado na garantia da segurança alimentar e nutricional do próprio grupo doméstico.

Para Domit e Cruz (2019, p. 1) os alimentos artesanais são produzidos seguindo “boas práticas agropecuárias e de fabricação”, com escala restrita e utilizando técnicas de processamento manuais ou com mecanização parcial. A característica principal da artesanidade é o domínio das técnicas de processamento manual, as quais são responsáveis pela agregação de valor a estes alimentos. Dessa forma, a produção artesanal é aquela onde a família agricultora detém os meios para o processamento e trabalha ativamente em todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até a venda do produto. Vale destacar, que nos processos artesanais de produção, os conhecimentos das(os) agricultoras(es) são o “fator de produção” mais importante enquanto estratégia de agregação de valor aos alimentos.

A identificação dos alimentos da agricultura familiar, ecológicos e regionais pode ser feita por meio de indicações geográficas (IGs) que são outra estratégia de agregação de valor alimentar que as agroindústrias podem acionar. Segundo Cerdan (2013), são mecanismos eficientes de qualificação alimentar, pois ligam a origem ao desenvolvimento territorial. Dessa forma, a aplicação das indicações geográficas e selos de indicação de qualidade ou procedência geram inúmeros benefícios para

agricultoras(as), entre eles o aumento do valor agregado, valorização das terras, aumento de empregos e facilitam da presença de produtos típicos em mercados locais. Além disso, as IGs possibilitam a inserção de agricultoras(es) de regiões menos favorecidas nos mercados, estabilizam a demanda pelo aumento da confiança das(os) consumidoras(es) e promovem os produtos típicos de uma região, resultando em inúmeros benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Fernandez-Zarza et al. (2021) afirmam que os selos de qualidade surgiram principalmente para proteger alimentos e produtos com indicações geográficas contra cópias e substituições, basicamente garantindo a qualidade de produtos com indicações geográficas. O Acordo de Lisboa (1958, s/p) marcou o início da regulamentação sobre as indicações geográficas, e as conceituou como: “denominação geográfica de um país, região ou de uma localidade que serve para designar um produto dele originário cuja qualidade ou características são devidas exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e os fatores humanos”, sendo a definição de IGs mais utilizada recentemente. Para Casabianca et al. (2013), as indicações geográficas são permeadas pelas noções de *terroir* e tipicidade, que são noções complexas ligadas a um determinado espaço geográfico e comunidades humanas com seus sistemas de produção de alimentos próprios.⁴

Assim, o *terroir* marca a originalidade de um produto ou alimento, devido aos itinerários sociotécnicos que constituíram o saber-fazer de determinada comunidade, assim como a reputação que é construída com o passar do tempo. O termo tipicidade, pode ser considerado como uma “assinatura” instrumental, e se refere a propriedade e pertencimento de saberes que distinguem os alimentos ou produtos de outros tipos similares. Estas propriedades são descritas por características técnicas, sociais, culturas e, sobretudo, no saber-fazer de uma determinada comunidade. A noção de tipicidade ligada ao *terroir* formam as bases para as indicações geográficas (CASABIANCA et al, 2013).

A contribuição das indicações geográficas para a agregação de valor alimentar está associada a valorização da produção regional e da preferência de

⁴ Os autores definem *terroir* como: “[...] um espaço geográfico delimitado, onde uma comunidade humana construiu no curso da história um saber intelectual coletivo de produção, fundado em um sistema de interações entre um meio físico e biológico e um conjunto de fatores humanos, no qual os itinerários sociotécnicos construídos revelam uma originalidade, conferem uma tipicidade e aferem uma reputação para um produto originário deste *terroir*.” (CASABIANCA et al, 2013 p. 149).

consumir alimentos com identidade territorial. A constituição das referências típicas de um território é formada em conjunto entre as famílias agricultoras e consumidoras(es) que, ao realizar operações de troca frequentes estabelecem relações de confiança e proximidade. Dessa forma, a valorização da produção de alimentos regionais e locais estimula o comércio, garante maiores ganhos as(aos) agricultoras(es) através do valor agregado das indicações geográficas e fomenta o desenvolvimento endógeno ao apoiar a circulação de riquezas regionalmente (CASABIANCA et al., 2013; NIEDERLE, 2013).

As novidades (inovações) produzidas pelas famílias agricultoras também agregam valor a seus alimentos e produtos. Segundo Gazolla (2012), as inovações produzidas pelas famílias agricultoras podem ser de quatro tipos: produtivas, quando novos processos de produção e novos alimentos são inventados pelas famílias; tecnológicas, quando há a adequação ou criação de novas máquinas, equipamentos ou utensílios; de canais de comercialização, quando as famílias agricultoras acessam ou criam novos canais; e organizacionais, quando existe a formação de organizações sociais como cooperativas ou associações entre as(os) agricultoras(es).

As inovações produtivas e tecnológicas são criadas internamente, enquanto as novidades organizacionais e de canais de comercialização são externas às agroindústrias. Dessa forma, novidades podem ser novos produtos com especificidades, alimentos diferenciados (artesanais ou orgânicos, por exemplo), retro inovações (reutilização de conhecimentos familiares) e processos produtivos diferenciados. Já as novidades tecnológicas são ligadas ao uso de novas máquinas, utensílios, equipamentos, técnicas produtivas e processos tecnológicos diferenciados. Os fatores que levam as famílias agricultoras a procurar por inovações podem ser internos ou externos às unidades de produção, sendo multidimensionais e institucionais. Assim as inovações podem ser desencadeadas por conhecimentos históricos reinventados, novas práticas de trabalho e alteração nos recursos disponíveis nos agroecossistemas. O contato com outras agroindústrias, instituições, organizações privadas e diferentes atores sociais também podem influenciar a transformação de processos ou a criação de novos alimentos e produtos.

Um ambiente institucional favorável com incentivo de políticas públicas e programas de crédito pode fortalecer a produção de novidades, da mesma forma, um ambiente institucional hostil (normas sanitárias rígidas e sanções) pode inibir a

geração de inovações por parte das famílias agricultoras. A inovação pode surgir da recontextualização de conhecimentos passados de geração em geração ou da criatividade das(os) agricultoras(es) ao inventar novos alimentos e produtos. A agregação de valor está relacionada com a inovação no sentido da criação de um alimento ou produto que seja diferenciado (novo, recriado ou feito com um processo produtivo ecológico), assim este diferencial pode atrair consumidoras(es) de uma determinada região e por agregar maiores valores na hora da comercialização.

Segundo Gazolla (2013), os alimentos produzidos pelas agroindústrias passam por transformações físicas, biológicas, químicas e enzimáticas que tornam mais visíveis a agregação de valor destes alimentos. Este processo se dá através da transformação de fibras, matérias-primas e alimentos que passam pelo processamento agroindustrial, o qual modifica seus elementos químicos, nutricionais e organolépticos. São exemplos destes processos o leite que se torna queijo, as frutas que se tornam doces e a carne que é transformada em embutidos. Essas transformações sofridas durante o processamento dos alimentos aumentam seu valor econômico devido a elaboração das matérias-primas, o que aumenta o valor agregado dos alimentos que podem ser comercializados a maiores preços, gerando mais renda para as famílias agricultoras.

Em relação aos processos de desenvolvimento, a relação com as agroindústrias pode ocorrer a partir da aglomeração destas em alguns locais regiões e territórios. As teorias do desenvolvimento regional endógeno afirmam que um determinado local pode ter mais sucesso em seu desenvolvimento se houver fatores que atraiam mais empresas e investimentos, a fim de gerar emprego, ocupações e renda. A aglomeração de organizações com interesses e mercados comuns pode gerar um ambiente de cooperação que amplia a capacidade de geração de valor agregado aos produtos desta região, sendo um processo de desenvolvimento orientado para a agregação de valor sobre a produção e consumo regional. Esse movimento resulta em uma retenção do excedente econômico gerado pela economia local, levando a um aumento da capacidade de geração de emprego, produto e renda local ou regional (MARINI et al., 2012; AMARAL FILHO, 2001).

Estudos, como o de Garcia (2006), já evidenciaram que processos de endogeneização no interior dos países são fundamentais para que a organização territorial exerça um papel ativo como fator gerador do desenvolvimento regional.

Quando as decisões, relacionadas ao destino dos produtos, o uso dos recursos, compra de insumos e os meios de financiamento são tomadas regionalmente, fortalecem o desenvolvimento endógeno. O referido autor, afirma que a aglomeração de produtores gera externalidades positivas incidentais locais.

Ainda sobre o ponto de vista do desenvolvimento, focalizando a noção de sustentabilidade, as agroindústrias contribuem para o redesenho dos agroecossistemas, possibilitando a transição para modos de produção agrícola ecológicos. Para Caporal e Costabeber (2002), as estratégias que orientam a reformulação do sistema agroalimentar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável consideram três níveis. O primeiro nível engloba as dimensões ecológica, econômica e social; o segundo nível leva em conta as dimensões cultural e política e o terceiro nível considera a dimensão ética. As agroindústrias familiares ecológicas desempenham papéis em cada um destes níveis, ao preservar o meio ambiente, ser uma estratégia de aumento de renda e inserção social de grupos vulneráveis; expressar a cultura alimentar da região e promover o engajamento político de agricultoras(es) e consumidoras(es); e, oferecer alimentos de boa qualidade, feitos com princípios éticos e da economia solidária.

Além disso, as agroindústrias (ecológicas) podem auxiliar no alcance de oito (8) dos dezessete (17) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: erradicação da pobreza, ao possibilitar a inserção de agricultoras e agricultores vulneráveis nos mercados (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável, ao aumentar a oferta de alimentos saudáveis aos consumidores e aos próprios agricultores (ODS 2); igualdade de gênero, considerando que alimentos regionais podem ser produzidos por mulheres (ODS 5); promoção do trabalho digno e crescimento econômico sustentável, devido a capacidade de gerar ocupações e renda (ODS 8); fomento da indústria, inovações e infraestrutura, devido a capacidade inclusão, constituição de agroindústrias rurais e geração de oportunidades (ODS 9); cidades e comunidades sustentáveis, ao promover a formação de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11); consumo e produção sustentáveis, ao despertar a responsabilidade social e ambiental de agricultoras(es) e consumidoras(es) (ODS 12); e, por fim, ação contra a mudança climática global, ao consumir menos combustíveis fósseis, empregar métodos de produção agrícola com menos insumos químicos e mais sustentáveis ambientalmente (ODS 13) (BELETTI; MARESCOTTI, 2020).

Portanto, as agroindústrias desempenham diversos papéis nos processos de desenvolvimento regional, por exemplo, fomentar os conhecimentos, habilidades, serviços, reduzir custos de diversas atividades e conseqüentemente aumentar a capacidade de produção e comercialização de alimentos, pelas cadeias curtas e mercados locais e territoriais. As agroindústrias geram movimentação econômica local, emprego, ocupações, renda e abastecem com alimentos de boa qualidade a população consumidora urbana. Assim, elas fortalecem as atividades econômicas, sociais e ambientais, gerando processos de desenvolvimento regional endógeno e sustentável nos locais que elas estão imersas (MALUF, 2004).

A próxima seção apresenta reflexões a partir da economia feminista sobre os papéis desempenhados pelas mulheres nas sociedades, tanto no cunho produtivo quanto reprodutivo, além de discutir as desigualdades de gênero evidenciadas pela literatura.

3.3 Mulheres rurais: lutas por reconhecimento e autonomia

Esta seção aborda as desigualdades vivenciadas pelas mulheres na sociedade moderna e como foram realizados enfrentamentos a esta situação estrutural. São feitas reflexões a partir da contribuição da Economia Feminista, a qual promove uma análise do que foi definido como trabalho produtivo e reprodutivo a fim de incluir sua mensuração em estudos financeiros. Também é abordada a questão do trabalho das mulheres agricultoras, considerando a divisão sexual do trabalho nas famílias e a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados.

Para Adriana Piscitelli (2009), a discriminação e atribuição de espaços sociais e papéis diferenciados para as mulheres foi realizado pelo pressuposto de haver distinções corporais entre os sexos, especialmente ligadas as capacidades reprodutivas. Dessa forma, é comum vincular atividades de cuidados nos espaços domésticos às mulheres, pois dentro deste entendimento, sua capacidade de conceber e gerar filhas(os) faz com que sua principal função seja considerada a maternidade e o cuidado com a família. A partir dessa classificação, as desigualdades de gênero são naturalizadas.

A autora salienta que os hábitos e os aprendizados sobre os comportamentos considerados femininos ou masculinos não são naturais ou biológicos, mas oriundos da cultura, do lugar, da classe social e do momento histórico onde os indivíduos estão

inseridos. Dessa forma, o termo sexo refere-se a diferenças biológicas como hormônios e genes, por exemplo, e a palavra “gênero” refere-se a cultura, a psicologia, sociologia e todos os aprendizados passados aos indivíduos desde seu nascimento. Para Joan Scott (1995, p. 72) a palavra gênero passou a ser empregada visando “uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual.”

A construção da categoria de análise gênero foi um esforço conjunto de várias pesquisadoras e pesquisadores que, através de críticas e reflexões, reformularam o conceito. Segundo Scott (1995), a terminologia permitiu expor e analisar as estruturas de poder que criam a hierarquia entre homens e mulheres como elemento que constitui as relações sociais. Dessa forma, símbolos culturais (Eva e Maria como representações simbólicas), conceitos normativos (limitação binária fixa), organizações sociais (parentesco, mercados, educação, economia, política etc.) e a identidade subjetiva são permeadas pela diferenciação de gênero.

Piscitelli (2009) explica que o desenvolvimento do conceito de gênero foi formulado pelo pensamento feminista, a partir de lutas que contribuíram na elaboração de crítica aos papéis sociais estabelecidos. Esses estudos apontaram para a construção social da diferenciação sexual, que propagada desde a primeira infância, onde os meninos têm estímulos para desenvolver sua agressividade e as meninas são estimuladas a “se comportar”. A expectativa social do cumprimento destes papéis faz com que meninos que tenham atitudes femininas e, vice-versa, sejam considerados indivíduos “desviantes”.

A fim de corresponder a essas expectativas, as relações sociais públicas, tanto no meio urbano quanto no meio rural, formaram-se através de interações primordialmente masculinas. Isso significa que aos homens ficou reservado o papel social na esfera pública, como representantes dos interesses de suas famílias. Esse foi um dos fatores que contribuiu para a hierarquia de poder existente nos núcleos familiares. Para as mulheres ficou reservada a esfera privada, onde suas atividades estavam ligadas aos trabalhos domésticos, alimentação da família, cuidado das(os) filhas(os) e idosas(os). Estes papéis foram perpetuados pela divisão sexual do trabalho, que estipulou de atividades distintas para homens e mulheres (PISCITELLI, 2009; BEARD, 2018; HIRATA et al., 2009).

A divisão sexual do trabalho estabeleceu os “trabalhos de homem” e os “trabalhos de mulher”. Aos primeiros foram atribuídos cargos de liderança devido a sua suposta natureza forte, determinada e viril; e, as mulheres foram associadas a atividades de cuidado e ensino devido a sua suposta natureza amável, paciente e dócil. Assim, a participação delas na sociedade, sobretudo em termos políticos, se faz através de lugares subordinados aos homens, aos quais ficaram reservados espaços de decisão e poder, o que tornou as mulheres excluídas da esfera pública (HIRATA; KERGOAT, 2007; HIRATA et al., 2009).

Para Piscitelli (2009), além dos espaços de decisão e poder, a dominação da sociedade por estruturas múltiplas de poder, baseadas na figura masculina excluiu grande parte das mulheres dos relatos da historiografia oficial e da reflexão teórica. Desse modo, a elas ficaram reservados os espaços das atividades de cunho reprodutivo, que não geram valor monetário e, ao sexo masculino, as de cunho produtivo, que geram valor monetário e têm maior prestígio social, também chamadas de atividades econômicas (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT et al., 2009).

O processo de exclusão sofrido pelas mulheres ao longo da história foi colocado em evidência acadêmica pelo surgimento das formas de organização social que eclodiram nas décadas de 1960 e 1970. A avalanche de movimentos sociais fez com que antigos paradigmas fossem repensados, influenciando os processos da produção de conhecimento. As profundas desigualdades entre homens e mulheres são a razão da existência da teoria feminista, nas quais as discussões centrais são a submissão das mulheres e a dominação masculina em todas as esferas da sociedade (PINTO, 2010).

Segundo Celi Regina J. Pinto (2010), o movimento feminista do século XIX, buscava a igualdade de direitos civis, políticos e educativos para as mulheres. O desejo das mulheres que representavam a gênese do pensamento feminista era: o reconhecimento de que elas eram, de fato, seres racionais e que poderiam ser muito mais do que cuidadoras e empregadas domésticas. O pensamento feminista evoluiu passando por várias reformulações e desmembrando-se em vertentes que ficaram conhecidas como ondas.

A primeira onda do feminismo (séculos XIX e XX) é caracterizada pela luta do direito ao voto e ao trabalho; na segunda onda do feminismo (1950 – 1990) começam os estudos sobre a condição das mulheres e o patriarcado; a mais recente, a terceira

onda do feminismo é datada a partir dos anos de 1990 até a atualidade, sendo caracterizada pela inclusão plural dos feminismos do terceiro mundo, das mulheres negras, indígenas, agricultoras que apontam questões de classe, raça e gênero. No Brasil, a primeira onda do feminismo foi liderada por Bertha Lutz que aportou o ideal libertário feminista. Ela lutou pelo direito ao voto e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira do Progresso Feminino (1927) e, desde então, o movimento feminista brasileiro vem crescendo e aumenta a efervescência pela conquista de direitos (PINTO, 2010; HOLLANDA, 2018).

Para Flávia Biroli (2017) as teorias feministas lançam um novo olhar sobre a divisão sexual do trabalho, a violência doméstica, o controle sobre os corpos e a noção de liberdade e subordinação aplicada às mulheres. Desse modo, essas reflexões podem levar a uma nova compreensão dos papéis sociais estabelecidos pela modernidade, assim como do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres nos agregados familiares e a dependência financeira dos esposos, que grande parte das mulheres ainda têm.

Nancy Fraser (2016) afirma que a construção de um “salário família” coloca os homens como o tipo de trabalhador ideal e chefe da família. O salário deste trabalhador foi considerado como o principal meio de sustento da família, transformando a contribuição financeira das mulheres como suplementar. Esta estrutura organizacional das finanças familiares reforçaram a autoridade dos homens, além de desconsiderar o trabalho não remunerado. Para a autora, o feminismo da segunda onda ampliou o que seria entendido como injustiças cometidas contra as mulheres, integrando a economia, a cultura e a política em uma análise sistematizada da subordinação das mulheres.

Para Federici (2019), o trabalho doméstico, desempenhado gratuitamente pelas mulheres, se diferencia dos outros, pois entra no campo da manipulação disseminada e da violência sutil, perpetuada pelo capitalismo contra a classe trabalhadora. Para a autora, é verdade que toda classe trabalhadora é explorada pelo capitalismo, entretanto, o trabalho assalariado é reconhecido e passa certa impressão de “justiça”, pois ter um salário faz parte de um contrato social. A diferença do trabalho doméstico está na imposição social e na transformação de uma tarefa em um atributo natural da *psique* e personalidade femininas e não um trabalho.

Essa foi a forma do capitalismo fazer com que as mulheres aceitassem trabalhar sem remuneração: transformar o trabalho doméstico em algo que é definido como da natureza das mulheres, que traz plenitude a elas, sendo inevitável. Da mesma forma, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem normalizado a crença de que estas atividades não são “trabalho”, impedindo que as mulheres lutem contra ele, e que sejam ridicularizadas quando lutam. Ser dona de casa não é um traço biológico com o qual as mulheres nascem, “tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários” feitos por uma mãe que não é remunerada a fim de preparar as mulheres para desempenhar este papel, além de convencê-las de que a família é a maior dádiva que ela pode esperar da vida (FEDERICI, 2019, p. 43).

A análise sobre o trabalho das mulheres, feita pelas ciências econômicas frequentemente desconsidera o trabalho doméstico e de cuidados. Esta análise, muito baseada nos pressupostos da economia neoclássica, não acha importante considerar o trabalho que não é remunerado e não tem valor de troca, realizado majoritariamente pelas mulheres. Assim, as atividades delegadas às mulheres permanecem invisíveis nas análises econômicas, não só pelo caráter androcêntrico da economia, mas também pela falta de interesse de contrapor conceitos, modelos e paradigmas consolidados (CARRASCO, 2006).

Cristina Carrasco (2006) afirma que mesmo quando há interesse em analisar o trabalho delegado às mulheres são utilizados métodos desenvolvidos para analisar a relação mercantil de trabalho baseado no comportamento dos mercados, um instrumento que entra em conflito com o do trabalho das mulheres, realizado no âmbito doméstico e do cuidado. Os pressupostos da teoria neoclássica simplificam e estereotipam a natureza das mulheres, suas relações sociais e motivações econômicas. Dessa forma, elas são tratadas como esposas e mães dentro de uma família nuclear considerada harmoniosa, onde têm atividades menos lucrativas e dependem de seus esposos, os quais assumem o papel de “homem econômico”.

Para Liana Bohn e Eva Yamila A. S. Catela (2017), o trabalho doméstico (ou reprodutivo) se tornou marginal e até mesmo inexistente no que se considera como ambiente econômico. Dessa forma, as questões ligadas ao gênero na economia tiveram maior foco na discussão das diferenças de remuneração entre homens e mulheres e como explicá-los pela lógica dos mercados. Com isso, as discussões que

saiam da esfera produtiva, que referiam as atividades que não poderiam ser mensuradas através da remuneração, não eram consideradas econômicas, mas sociais.

A Economia Feminista critica um sistema pautado em relações de poder assimétricas, que foi institucionalizado por processos sócio-históricos os quais acabaram por tornar invisível o trabalho de cuidados, exercidos principalmente pelas mulheres. Os questionamentos levantados são relativos à possibilidade de participação delas em espaços públicos, às atividades desempenhadas, às condições de estabilidade (ou não) nestas atividades, os salários, da dupla jornada, à discriminação que sofrem no ambiente de trabalho, bem como abusos e assédios. Essa perspectiva de análise se preocupa com os tipos de trabalhos (público e privado, produtivo e reprodutivo), a fim de buscar mudanças na divisão sexual do trabalho estabelecida pelas estruturas sociais (FERNANDEZ, 2018).

O trabalho doméstico é socialmente imposto às mulheres. Sobre essa análise a Economia Feminista infere quais os impactos destas obrigações nos processos de desenvolvimento. Também propõe atualizações dos métodos e práticas econômico-financeiras para que desconsiderem o trabalho doméstico e de cuidados em suas análises, buscando visibilizá-lo. A economia é parte da vida social e cotidiana e não deve ser reservada para especialistas, mas ser acessível a toda população, por sua importância nas mais diversas esferas do dia a dia e, principalmente, na configuração do trabalho remunerado e não remunerado (FIDA, 2020).

Karl Polanyi (2000) afirma que as relações humanas nunca foram puramente econômicas, mas permeadas por elementos sociais, culturais e étnicos por estarem imbricadas no tecido social. O autor afirma que somente na formação das sociedades de mercado modernas que o conceito de *homo oeconomicus* surgiu, transformando seres humanos em meros maximizadores de utilidade. A luta para melhoria de condições individuais e o espírito de autopreservação gerou solidão e individualismo, mas, de forma alguma, a melhoria mútua de condições sociais para todos os indivíduos. Além disso, nem todas as trocas passam pela lógica dos mercados, pois existem atividades da “economia informal” que são atravessadas pelas relações sociais.

Para as mulheres do campo a desigualdade de gênero se apresenta de várias formas. A distribuição desigual do trabalho pode ser considerada uma dessas formas,

já que elas têm uma dupla jornada diante das diversas atividades que desempenham nas unidades de produção agrícolas. Elas trabalham nas hortas, cuidam de animais, participam do trabalho nas lavouras, fazem os serviços domésticos e de cuidados, além de atuar no processamento dos produtos para assegurar a alimentação da família e para venda (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A partir de 1970 os estudos sobre as mulheres agricultoras ganharam visibilidade, juntamente com os estudos feministas e de gênero, impulsionados principalmente por movimentos sociais de mulheres. Dessa forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) incorporou o lema das mulheres, devido as inúmeras mobilizações que ocorreram pelo mundo todo, declarando 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”.

No mesmo período, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA, 1970) concluiu que existia grande dificuldade em medir o grau de participação das mulheres rurais nos trabalhos agrícolas através dos censos pois suas atividades produtivas se confundiam com atividades para autoconsumo. Paul Singer e Felícia Madeira (1973) demonstraram que grande parte da força de trabalho feminina dos espaços rurais se dedicava a agricultura de autoconsumo, devido a maior facilidade de conjugar as atividades domésticas com o cuidado às hortas da família.

Em 1976, Maria Ignez Paulilo dedicou sua dissertação de mestrado a investigação do trabalho das agricultoras de Valparaíso, noroeste do estado de São Paulo. A autora identificou que o trabalho delas era considerado subsidiário ao dos homens, sendo suas funções principais as domésticas, de sexualidade e reprodução, socialização de crianças e cuidado de idosos e enfermos, sendo os homens considerados os chefes da família. Paulilo (1987) afirmou que o trabalho rural feminino era considerado “leve” enquanto o masculino era classificado como “pesado”.

No entanto, a autora afirma que o “peso” do trabalho não é definido pela sua dificuldade ou pela quantidade de horas dispendidas, mas pela hierarquia familiar, em que o trabalho dos homens é considerado como principal fonte de renda e o das mulheres complementação ou “ajuda”. Apesar da distinção de nomenclatura, seu estudo identificou que as mulheres desempenhavam atividades tão desgastantes quanto os homens, no entanto, tinham uma significativa diferença em seu pagamento,

que poderia ser até menos da metade do valor pago aos homens⁵. Segundo a autora, nos espaços rurais a maior parte força de trabalho feminina se dedicava a agricultura para autoconsumo onde existe a possibilidade de conjugar as atividades produtivas com o trabalho doméstico (pela proximidade das hortas da residência, por exemplo)⁶.

Ellen e Klaas Woortmann (1997), em um estudo etnográfico sobre a lógica da lavoura dos sítiantes sergipanos, identificaram que a hierarquia doméstica camponesa assume o pai como patrão, sendo a esposa e as(os) filhas(os) subordinadas(os) a ele. O “pai-patrão” é o dono e o administrador dos meios de produção, além de deter o controle dos processos de trabalho dos demais membros da família. Esse estudo demonstra que grande parte da autoridade do pai é legitimada pelo seu saber-fazer em relação aos tipos de solo e cultivos, técnicas agrícolas e administração de culturas e criação de animais. Dessa forma, o saber coloca a figura dele como autoridade detentora do governo do trabalho e o restante da família como auxiliar, sendo constituída a noção de que as atividades desempenhadas pelos homens são trabalho, enquanto as desempenhadas pelas mulheres e demais membras(os) da família são ajuda.

Maria Emília L. Pacheco (1997), em sua análise acerca dos sistemas de produção agrícola agroflorestal do Norte e Centro-Oeste do país, discorre sobre o trabalho das mulheres ao redor da residência, frequentemente invisibilizado, mas de grande importância para o autoconsumo da família. A autora afirma que nos quintais as mulheres cuidam de animais, roçam as hortas e produzem alimentos saudáveis que podem ser comercializados. Também Emma Siliprandi (2000), em sua abordagem sobre as contribuições do ecofeminismo para criação de políticas ambientais, discorre sobre o papel das mulheres rurais na produção sustentável de alimentos saudáveis, sem insumos químicos e que enriquecem a dieta alimentar da família e da comunidade, além de demonstrar a importância das agricultoras em movimentos sociais que lutam pela preservação do meio ambiente.

⁵ Segundo o IBGE (2018) o salário das mulheres agricultoras é em média R\$ 882,00, enquanto dos agricultores é, em média, R\$ 1.373,00, mensais.

⁶ Segundo Paulilo (2016) a agricultura de autoconsumo é importante não só para a manutenção da alimentação da família, mas também para a acumulação de capital do setor industrial, o qual precisa manter o preço dos alimentos baixos para continuar a pressão sobre os salários dos operários. Dessa forma, o baixo preço dos alimentos permite acumulação do capital para as indústrias e mantém o baixo o rendimento do capital investido em unidades de produção agrícola, incentivando a formação e reprodução de unidades não capitalistas, além de pressionar o rendimento das famílias agricultoras para baixo.

Valdete Boni (2005) expõe que as unidades de produção geralmente são chefiadas pelos homens, sendo eles quem delegam as demais atividades para as(os) demais membras(os) da família. Na separação entre trabalho produtivo e reprodutivo (ou “pesado” e “leve”), o chefe da família fica encarregado da produção e a esposa e suas(seus) filhas(os) ficam a cargos de serviços “auxiliares”. Sônia F. Schwendler (2009) afirma que a decisão sobre o que produzir, bem como a venda e o acesso aos mercados frequentemente é feito pelos homens, cabendo às mulheres atividades restritas à esfera privada, onde vão produzir os bens e prestar serviços aos familiares. A autora destaca ainda que mesmo quando as mulheres desempenham atividades classificadas como produtivas nas unidades de produção agrícola, na maioria das vezes, não cabe a elas decidir sobre o modo de produção que será empregado, sobre as negociações de compra de insumos ou venda de produtos e sobre créditos e financiamentos.

Anita Brumer (2004), em estudo sobre as agricultoras do Rio Grande do Sul, demonstra que na divisão sexual do trabalho agrícola as mulheres, crianças e jovens assumem uma posição subordinada e têm seu trabalho classificado como “ajuda” mesmo quando executam as mesmas atividades que os homens. A autora afirma que aos homens destinam-se as atividades como lavrar, derrubar árvores, cortar lenha, fazer cercas e o uso de maquinário agrícola, como o trator. Já às mulheres destinam-se as atividades domésticas, o trato de animais (como galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha de vacas e a limpeza e cuidado do quintal (que incluem a horta, pomar e jardim). Apesar disso, elas não estão isentas de trabalhar nas colheitas, buscar água em lugares distantes e carregar as(os) filhas(os) durante a execução destas tarefas.

Assim como Paulilo (1987), Brumer (2004) afirma que a distinção entre trabalhos “pesados” e “leves” não é definido pelas características ou dificuldade de execução das tarefas, mas pela posição ocupada na hierarquia familiar. Dessa forma, a autora explica que as tarefas executadas no espaço produtivo (destinadas para venda) frequentemente são consideradas um esforço coletivo, nas quais são invisibilizadas as contribuições das mulheres. O contato com extensionistas, bancos, sindicatos e cooperativas majoritariamente é feito pelos homens; pois à elas é acesso a conhecimentos tecnológicos suficientes para administrar a unidade de produção e geralmente não administram os recursos gerados pela venda da produção.

Os diversos estudos sobre as mulheres rurais, acima citados, foram realizados em várias regiões brasileiras com agricultoras de diferentes classes sociais e graus de participação em movimentos sociais. O que eles têm em comum é a observação da divisão sexual do trabalho nesses distintos contextos, onde as mulheres ficam responsáveis por atividades domésticas e de cuidados, e a posição subalterna na composição da renda da família, na qual elas seriam as auxiliadoras dos homens, que são os gestores da renda e da produção. Os estudos sobre as famílias agricultoras da atualidade demonstram que os papéis sociais de gênero pouco se alteraram com o passar do tempo.

Sônia de Souza M. Menezes e Maria G. de Almeida (2013), em um estudo sobre o sertão sergipano, identificaram que a divisão familiar do trabalho é comandada pelos homens. Neste contexto, as mulheres são responsáveis por processar os produtos agrícolas em alimentos e seu lugar está restrito a casa. As atividades delas apenas se expandiam em alguns períodos, através da “ajuda” as atividades do esposo nas roças e campos. Além disso, o estudo relatou que houve um processo de exclusão delas da confecção de queijos coalhos quando esta atividade se mostrou rentável e passou para as fábricas, que ficavam fora do ambiente doméstico.

Renata Menasche et al. (1996), em estudo realizado com famílias produtoras de leite do Sudoeste do Paraná, identificaram que geralmente “leite é coisa de mulher”, sendo elas as responsáveis pelas atividades relacionadas a ordenha. Esta divisão de trabalhos é passada de geração em geração, sendo tradição das famílias dar uma novilha como dote quando as filhas se casam. O leite e seus derivados cumprem uma importante função para o autoconsumo das famílias, o que justifica a maior participação das mulheres nesta atividade. As autoras e autores observaram que somente quando o leite passa a ter maior importância comercial que a força de trabalho masculina se envolve mais na atividade e que a gestão dos recursos gerados pela comercialização do leite e seus derivados, salvo raros casos, é feita pelos homens. Além disso, a pesquisa evidenciou que os homens reconhecem menos o trabalho desempenhado pelas filhas e que consideram os filhos seus principais ajudantes.

Paulilo (2016) afirma que as mulheres e moças trabalham tanto quanto os homens nas unidades de produção agrícola e a dificuldade de mensuração de seu trabalho se dá principalmente porque as atividades agrícolas de autoconsumo são

consideradas uma extensão do trabalho doméstico, mesmo quando é feita a venda de excedentes. A autora afirma que a inserção das mulheres em atividades produtivas não reconfigura os papéis atribuídos a elas na unidade familiar, pelo menos não em curto prazo. Isso acontece porque o trabalho das mulheres, mesmo quando gera valores monetários, é configurado como “ajuda” e continua visto como subsidiário ao trabalho do homem.

Segundo Maria Catarina C. Zanini e Miriam de Oliveira Santos (2013) na Região Sul a autoridade familiar tem traços de centralidade do poder na figura masculina e segue a mesma estrutura de divisão sexual do trabalho, onde às mulheres cabe a administração da casa e o trabalho que elas realizam na lavoura é considerado como “ajuda”. Este fator desencadeia a emigração feminina, que pode ser simbólica quando continuam residindo nos espaços rurais, mas não trabalham em atividades agrícolas; ou física, quando deixam os espaços rurais em busca de melhores oportunidades nas cidades (WEDIG et al., 2021).

Apesar disso, Zanini e Santos (2013) identificaram um movimento de transformação da estrutura familiar dos espaços rurais do sul do Brasil. Segundo as autoras, isso se deve a maior escolaridade das mulheres, influências de veículos de informação, acesso a direitos como aposentadoria e posse de terra, a mecanização do campo (que diminui a participação das mulheres em atividades agrícolas), diminuição do número de filhas(os), mudanças nas tradições da religião católica, de grande influência para as mulheres pesquisadas. Estes fatores levam a maior participação das mulheres em espaços públicos, além de maior politização, autonomia e empoderamento, mas não diminuem a carga de trabalhos domésticos e de cuidados a terceiros, dos quais elas continuam responsáveis.

Delma Neves e Leonilde Medeiros (2013) afirmam que quando as mulheres têm maior participação ou protagonismo nos espaços produtivos podem emergir tensões relacionadas a sua mobilidade social, pois sua inclusão em atividades produtivas nem sempre significa que a divisão sexual do trabalho se altera. Seja pelo peso de atender expectativas sociais relacionadas aos papéis sexuais ou pela falta de colaboração dos demais membros da família, geralmente, ocorre o acúmulo de tarefas e a dupla jornada de trabalho. Para Heredia e Cintrão (2006), a dupla jornada de trabalho, alinhada a falta de infraestrutura de grande parte dos espaços rurais, torna ainda mais difícil o trabalho delas.

Segundo Pacheco (1997, p. 30) o trabalho das mulheres na agricultura familiar é “frequentemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais”, pois considera-se que ocupam o espaço da casa e realizam o trabalho doméstico. Essas afirmações geralmente são justificadas pelos pressupostos ideológicos que guiam as definições presentes nos Censos Agropecuários, uma visão que descarta o trabalho não remunerado. Ainda segundo a autora “a condição de ‘membro não remunerado da família’ expressa uma desigualdade de gênero”. Ela explica que, apesar da estatística não demonstrar a participação das mulheres em atividades agrícolas, os estudos etnográficos têm mostrado que elas desempenham diversas atividades nas unidades de produção, além de sua participação nas tarefas ligadas a casa que se estendem aos quintais, hortas e a criação de animais, as quais frequentemente geram renda para família.

A desvalorização do trabalho das mulheres fica evidente quando se percebe que várias pesquisas o identificam como “ajuda” ao trabalho do esposo. Essa desvalorização e complementariedade acaba por deixar a cargo delas atividades que não geram renda, ou que geram pouca renda, e fazem com que seus esforços sejam invisibilizados. A invisibilidade do trabalho das mulheres é uma questão que precisa ser debatida, pois mesmo quando elas não contribuem financeiramente para o agregado familiar, suas atividades transformam a remuneração do esposo em um meio de vida e reprodução da família (BONI, 2005; SCHMITZ, 2014).

Os quintais onde as mulheres geralmente trabalham, ficam ao redor das casas, onde são cultivados os alimentos que são definidos como “miudezas” e criados os animais da família. Os quintais são espaços de enriquecimento da dieta alimentar da família, tratamento de doenças através das ervas medicinais e complementação de renda através da venda de excedentes. Além disso, eles são áreas de aprendizado intergeracional, inserção de novas culturas, trabalho produtivo e áreas de uso múltiplo. São espaços frequentemente considerados uma extensão dos lares onde as mulheres desempenham atividades consideradas reprodutivas, entretanto, eles podem adquirir outros significados se devidamente orientados e valorizados como parte significativa do sistema de produção agrícola (PACHECO, 1997).

Milena Demetrio, Simão Ternoski e Marcio Gazolla (2021), identificaram que as agricultoras geralmente participam como associadas da produção através da Nota do Produtor Rural, mas raramente como titulares. Da mesma forma, o Fundo

Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2020) evidenciou que as mulheres participam ativamente da produção, entretanto, a comercialização destes produtos na maioria das vezes é registrada em nome do marido, através do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Esta invisibilidade levou ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, a criar as Cadernetas Agroecológicas, um caderno com quatro colunas onde as agricultoras anotam toda sua produção de forma rápida e simples. Através das Cadernetas Agroecológicas foi possível pôr em evidência que 879 agricultoras do semiárido produziram cerca de R\$ 1.376.127,39 em seus quintais, em um período de seis meses. Em termos de produção unitária, tem-se que as 879 agricultoras do estudo geraram em torno de R\$ 1.565,56 cada uma. Deste montante, cerca de R\$ 500 mil corresponde a relações econômicas não monetárias: consumo, doação ou troca.

Estas relações, por não envolverem transações monetárias, são simplesmente desconsideradas da análise. Dessa forma, uma enorme quantidade de trabalho desempenhado pelas mulheres fica invisível. As anotações que as agricultoras fizeram nas cadernetas durante este período possibilitou identificar que uma parte considerável da produção das mulheres é formada por produtos de pouco valor agregado, que por não serem contabilizados, tornavam sua contribuição irrisória na economia familiar (FIDA, 2020).

Elisabeth Cardoso, Laeticia Jalil e Sarah Moreira (2020), acompanharam 299 cadernetas agroecológicas que se desenvolveram a partir do CTA-ZM, em 16 estados e 4 regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) entre 2016 e 2018. Segundo as autoras a média de produção mensal das agricultoras foi de R\$ 820,00 a R\$ 940,00, equiparando-se ao salário-mínimo nacional da época. As autoras afirmam que a lógica econômica mercantil é a grande responsável pela invisibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres. Dessa forma, as cadernetas agroecológicas se mostram como uma ferramenta eficiente para lançar luz sobre as atividades não monetárias realizadas por elas, como consumo, doação e troca. Ao considerar estas atividades, é possível fazer mudanças no planejamento das unidades de produção agrícola e, ao mesmo tempo, levantar reflexões às agricultoras sobre a importância delas não só nas atividades reprodutivas, mas também produtivas.

Fernanda Sucupira (2016) também afirma que a contribuição econômica das mulheres agricultoras se oculta nas relações de troca, doações e autoconsumo. Além disso, a autora reafirma a invisibilidade do trabalho das agricultoras nos roçados e campos, por ser considerado como ajuda e argumenta que a gestão do tempo das mulheres do campo é difícil, devido a grande quantidade de tarefas que precisam desempenhar. Apesar disso, elas têm se organizado em grupos capazes de criar oportunidades de renda e abrir canais de comercialização através de coletivos, cooperativas agroecológicas e feiras livres.

A autora evidencia que além de serem canais de comercialização que podem garantir maiores rendimentos às agricultoras, as feiras livres, cooperativas e coletivos são espaços de socialização e visibilidade para a produção feminina. A construção social de mercados é vista pelas mulheres como espaços de resistência, inclusão, cultura, lazer, aprendizagem e troca de experiências entre elas. Nestes eventos é comum rodas de conversas, onde elas debatem sobre desigualdade de gênero, violência, saúde, políticas públicas e outros assuntos ligados à sua militância. As agricultoras que participam destas organizações sociais contam que sua vida passa por mudanças devido a inclusão social proporcionada, principalmente, pela comercialização.

Outra experiência de transformação dos espaços rurais iniciada pelas mulheres, foi relatada por Iza Layana C. Galdino et al. (2017) na Vila Rural de Santa Clara/PR, onde as agricultoras se tornaram agentes de mudança em seu território ao constituir uma cadeia curta de abastecimento de alimentos oriundos de seus quintais agroecológicos. A venda para a comunidade e clientes da cidade, feita a partir do canal de comercialização instituído por elas representa 54% da venda total das famílias agricultoras. As(os) autoras(es) afirmam que as mulheres conquistaram seu espaço na economia da unidade familiar, desenhando um mercado voltado para a comunidade local que foi firmado em relações de confiança e de suma importância para estimular processos de desenvolvimento da região.

Iracilda Pimentel Carvalho (2004), analisou o contexto das mulheres de agroindústrias do Distrito Federal, as quais eram responsáveis pela gestão, produção e distribuição dos produtos. A autora aponta que os principais objetivos para criação das agroindústrias foram a busca de autonomia financeira, a conscientização diante de problemas financeiros, maior desenvoltura nas relações sociais e uma recusa a

permanecer em papéis definidos socialmente. Elas passaram a administrar seus recursos produtivos e a serem reconhecidas como trabalhadoras rurais ativas. A atitude de se tornar proprietária de uma agroindústria e apostar em seus produtos (bolos, doces, biscoitos, frutas cristalizadas, temperos e hortaliças) subverteu a posição atribuída a elas, de forma que muitas passaram a ser as provedoras do lar e da família ao invés do marido. Apesar disso, a autora não identificou reconfiguração da divisão sexual do trabalho doméstico, de forma que as mulheres desempenhavam uma dupla jornada.

Valdete Boni (2005) em sua pesquisa sobre as relações de trabalho das mulheres nas agroindústrias do oeste de Santa Catarina, pôde concluir que estes empreendimentos contribuem para a permanência das mulheres e das(os) jovens nos espaços rurais, além de propiciar o retorno daquelas(es) que haviam saído. Entretanto, a autora argumenta que a carga de trabalho das mulheres aumentou consideravelmente, pois a estrutura de divisão sexual do trabalho não se alterou. Dessa forma, as mulheres dão conta de grande parte do trabalho produtivo realizado nas agroindústrias e do trabalho reprodutivo feito no lar. Segundo a autora isso acontece devido à proximidade das agroindústrias e das residências, o que geralmente substitui o trabalho nas roças e campos. Poucas mulheres participam da comercialização dos produtos ou negociações, quando há entrada de grandes quantidades de dinheiro estas são geridas pelos homens. Além disso, a autora afirma que poucas mulheres percebem a agroindústria como um canal de emancipação, mas isso não é debatido nas unidades familiares.

Renata Kempf (2017) analisou as relações de gênero de uma agroindústria comunitária do município de Pranchita/PR, que era gerida por sete mulheres e se mostrou uma importante fonte de renda para as famílias envolvidas. Para a autora, a agroindústria trouxe a possibilidade de reconfiguração dos espaços domésticos com a inserção das mulheres em atividades convencionalmente masculinas (como gestão de recursos financeiros e comercialização), além de pôr em evidência o trabalho das agricultoras, frequentemente invisibilizado ou tratado como complementar. A agroindústria se mostrou como uma forma viável de diversificação dos meios de vida das famílias agricultoras, além de se apresentar como possibilidade de protagonismo das agricultoras e diminuição da desigualdade de gênero através do empoderamento feminino.

Diocélia Antônia Soares do Nascimento (2017) estudou as mulheres das agroindústrias de dendê do município de São Domingos do Capim/PA. A autora analisou as agroindústrias que estavam em nome das mulheres, objetivando compreender a relação entre trabalho e autonomia. Dessa forma, ela identificou que não houve mudança na estrutura da divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, de forma que o volume de trabalho de todas as mulheres ligadas a produção de dendê aumentou. Apesar disso, com a titularidade do contrato houve reconhecimento do trabalho agrícola e maior participação das mulheres na esfera pública, seja indo ao banco para negociações, envolvimento com trâmites legais ou no contato com extensionistas. Este processo levou a maior autonomia das mulheres e inclusão em atividades outrora consideradas masculinas.

Vanessa Lutke e Cassiane da Costa (2019) analisaram a participação de agroindústrias rurais do município de Santana do Livramento/RS gerenciadas por mulheres nos mercados institucionais, a fim de relacionar a propriedade da agroindústria com o empoderamento feminino. Elas apontam que as agroindústrias contribuem para o empoderamento das mulheres, entretanto, como a divisão sexual do trabalho não se altera, elas acabam assumindo uma dupla jornada. Além disso, as autoras apontam ainda que a propriedade e o gerenciamento das agroindústrias trazem grande satisfação a elas, mas que o acesso aos mercados institucionais poderia ser aperfeiçoado. As autoras afirmam que os mercados institucionais alinhados as agroindústrias são importantes ferramentas de empoderamento feminino, visto que as mulheres passam a assumir funções de gestão de renda e produção o que aumenta sua autonomia e autoestima, apesar de aumentar também sua carga de trabalho.

Os estudos aqui citados têm algo em comum: na maior parte das vezes a agroindústria não reconfigura os papéis de gênero das famílias agricultoras e, quando as mulheres estão à frente dos empreendimentos ou muito envolvidas na produção, há o acúmulo de tarefas, pois as atividades do lar e de cuidados continuam de sua responsabilidade. Neste sentido a inserção delas nas atividades produtivas se assemelha ao que acontece com as mulheres das cidades pois, apesar de representar um avanço na autonomia e empoderamento que vem através da gestão da renda e da maior participação em espaços públicos, acaba por sobrecarregá-las pela dupla jornada e não as emancipar de fato (FEDERICI, 2019).

Para Beatriz Alásia de Heredia e Rosângela Cintrão (2006), as dificuldades de infraestrutura e carência de políticas públicas que contemplem as mulheres rurais brasileiras são insuficientes frente a demanda e as desigualdades que elas enfrentam. O empoderamento das mulheres agricultoras e a luta pela diminuição das desigualdades de gênero é um assunto bastante presente em movimentos sociais, tanto rurais quanto urbanos. Heredia e Cintrão (2006), Celecina M. Veras Sales (2007) e Alexandra Filipak (2017) afirmam que uma das principais conquistas das mulheres rurais foi o de ter sua profissão de trabalhadora rural reconhecida a partir da Constituição de 1988, passando a se identificarem como agricultoras (e não como donas de casa, por exemplo). Esse reconhecimento foi fruto da articulação de movimentos sociais de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Filipak (2017) afirma que as políticas públicas para mulheres rurais foram constituídas em consonância com os movimentos sociais, destacando o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), de grande importância para que as agricultoras pudessem obter a documentação necessária para requerer sua aposentadoria; políticas de inclusão e participação social que promoveram cidadania; acesso à terra através da titulação conjunta das terras da reforma agrária, crédito fundiário e ações fundiárias. A autora também aponta para a importância de políticas de inclusão produtiva como incentivo a assistência técnica, organização produtiva, crédito (PRONAF Mulher), infraestrutura e programas de acesso a mercados (PAA e PNAE).

A autora explica que as políticas públicas do período analisado (2003-2015) dialogavam com as reivindicações dos movimentos sociais de mulheres do campo. Através destas ações, baseadas primordialmente na crítica feminista da invisibilidade do trabalho das mulheres, foi possível desnaturalizar desigualdades de gênero vivenciadas pelas agricultoras, demonstrando uma necessidade de se considerar o desenvolvimento rural levando em conta a participação delas. Entretanto, a autora pontua que as instabilidades políticas do país demonstram o caráter frágil das políticas públicas para mulheres rurais brasileiras, e expõe que muitas dessas políticas em curso foram extintas em 2016, no cenário de retomada do poder público por governos conservadores.

O processo de valorização do trabalho das agricultoras é necessário, principalmente, devido as vulnerabilidades que elas enfrentam no campo estão

expostas a violências, privação de direitos como herança e acesso à terra, e para a promoção da igualdade de gênero no meio rural. Portanto, é imprescindível que haja a valorização do trabalho e do papel político das mulheres no que diz respeito a sua atuação nos sistemas agroalimentares.

Dentro dos SAFEs, por exemplo, é necessário compreender as contribuições das mulheres na agregação de valor econômico aos alimentos e outras atividades por elas desempenhadas, como a participação social. Quando se fala sobre sistemas de produção e consumo sustentáveis percebe-se que a participação e agencia das mulheres tem aumentado significativamente. Na maioria dos casos, a transição ecológica feita na agricultura familiar, é operacionalizada por mulheres, bem como são exemplos, serem consumidoras politizadas de produtos orgânicos ou mesmo iniciarem dinâmicas de agroindustrialização dos alimentos nas famílias, tanto para autoconsumo como para venda de excedentes nos mercados (SILIPRANDI, 2015; SOUSA 2019).

Em outros casos, o saber-fazer ecológico das mulheres é passado de geração em geração, configurando-se como saberes intergeracionais que dão maior importância à preservação ambiental e o respeito a todas as formas de vida. As agricultoras produzem alimentos que são livres de aditivos químicos para suas famílias e oferecem estes alimentos as(os) consumidoras (es). As atividades desempenhadas pelas mulheres promovem a manutenção da família e do sistema de produção agrícola, contribuindo com estratégias de preservação da biodiversidade e produção de alimentos saudáveis. Para Siliprandi (2015, p. 101) as mulheres trabalham no “preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades (incluindo a transformação de produtos e o artesanato)” mas somente são reconhecidas aquelas atividades que são consideradas parte de seu papel social como esposa e mãe.

As agricultoras desempenham atividades fundamentais para o desenvolvimento rural e regional. Além do trabalho produtivo realizado nas lavouras, criação de animais e nas hortas que garantem a segurança alimentar das famílias elas transmitem para as seguintes gerações conhecimentos sobre manejo agroecológico, seleção de sementes, reprodução de plantas e usos de ervas medicinais. As mulheres rurais não são apenas importantes para o núcleo familiar, no que diz respeito a atividades domésticas e de cuidados, mas também para a comunidade ao passo que

são atores sociais ativos na produção, processamento e comercialização de alimentos (FAO, 2011).

Elas têm contribuições significativas na agricultura dos países em desenvolvimento. Segundo a FAO (2011) elas representam 43% da força de trabalho agrícola nesses países. No Brasil as mulheres correspondem a 24,2% da população economicamente ativa rural e suas contribuições para o desenvolvimento rural e regional são ligadas a produção agrícola sustentável, aumento de oferta de alimentos saudáveis e com identidade territorial, aumento dos rendimentos da família ao processar matérias-primas da unidade de produção e a manutenção do campo através de atividades de cuidado, consideradas como não produtivas (NOBRE; HORA, 2017).

As referências teóricas citadas demonstram que os estudos de gênero nos espaços rurais existem há, pelo menos, quatro décadas. Todos os caminhos já percorridos pelas pesquisadoras e pesquisadores citados podem contribuir para encontrar semelhanças e diferenças no caso dos Sistemas Agroindústrias Familiares Ecológicos (SAFEs) do Sudoeste do Paraná, no que diz respeito a sua dinâmica de divisão sexual do trabalho e participação das agricultoras na agregação de valor aos alimentos. Além disso, os estudos demonstram a importância de se criar e popularizar ferramentas de mensuração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, como se propõe neste estudo, a fim de construir uma sociedade mais igualitária.

4 AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SAFES DO SUDOESTE PARANAENSE

Neste capítulo serão analisados os dados econômico-financeiros levantados nos 12 Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs) investigados na Região Sudoeste do Paraná. Ele cumpre com o primeiro objetivo da pesquisa: a) Mensurar o valor agregado dos alimentos ecológicos fabricados em agroindústrias familiares de diferentes cadeias de produção e comercialização. Através deste objetivo é possível responder a primeira parte do problema de pesquisa: quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região?

A abordagem utilizada para análise é o método do valor agregado, onde através da análise dos custos, valor agregado e rendas é possível determinar o desempenho econômico dos SAFEs. Esta análise, focada no sistema produtivo das agroindústrias, corresponde a etapa quantitativa da metodologia.

A primeira etapa apresenta os custos das unidades de produção, agregados em três grandes grupos conforme a metodologia do valor agregado. A segunda etapa apresenta a produção bruta das experiências, evidenciando a importância da agroindustrialização para geração de renda das famílias. A última etapa apresenta o valor agregado dos SAFEs bem como indicadores econômicos de viabilidade e custo de oportunidade.

4.1 Os custos de produção dos safes

Esta seção busca apresentar e analisar os custos de produção (custo total, consumo intermediário, depreciações e divisão do valor agregado) dos doze SAFEs, tanto de um ponto de vista agrícola quanto agroindustrial.

Os custos produtivos dos SAFEs são apresentados na Tabela 2. Estes custos são decompostos, conforme o método do valor agregado, em: custo total (CT), consumo intermediário (CI), divisão do valor agregado (DVA) e depreciação (D). Em média, os SAFEs investigados possuem um custo total de R\$ 133.283,59 por ano, que representa 42,09% da produção bruta. Isso demonstra que, em média, as experiências têm viabilidade econômica, pois seu custo total é menos da metade da produção bruta.

Nota-se que o consumo intermediário (CI) é o grupo que mais concentra os custos da unidade de produção. Este grupo de custos apresenta, em média, R\$

73.697,58, que correspondem a 62,61% dos custos totais, sendo os valores variáveis (de 25,23 a 93,53%) conforme a atividade agroindustrial do SAFE. Mesmo sendo o conjunto que mais apresenta custos, o consumo intermediário das unidades de produção investigadas é menor do que os custos da agricultura brasileira que, segundo Conterato et al., (2013), era de 78% dos custos totais em 2006, e, segundo o Censo Agropecuário 2017 é de 74,54% atualmente (IBGE, 2017).

Isso evidencia que a agroindustrialização de alimentos ecológicos é menos dispendiosa em gastos com insumos e tecnologias de produção, possuindo ligação direta com maiores sobras econômicas ao final do ano contábil para as famílias, indo de acordo com o que alguns autores na literatura internacional têm denominado de uma agricultura mais econômica (com menos *squeeze*) (PLOEG, 2008).

Os SAFEs da Região Sudoeste do Paraná apresentam menor valor absoluto de CI médio do que de SAFEs investigados em estudos anteriores, como no caso do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Gazolla, Lima e Brignoni (2018)⁷, na Região Norte daquele estado o consumo intermediário dos SAFEs era de R\$ 111 mil reais, cerca de 58,31% dos custos totais. Isso demonstra que as experiências paranaenses investigadas têm menor dependência de insumos e tecnologias externos a unidade de produção. Mesmo assim, pode-se afirmar que os custos dos SAFEs são menores do que da agricultura modernizada, corroborando com a literatura sobre o tema, que afirma que as práticas da agricultura ecológica podem ser mais econômicas (PLOEG, 2008).

Tabela 2 - Custos produtivos dos SAFEs: total (CT), consumo intermediário (CI), divisão do valor agregado (DVA) e depreciação (D), em 2019/2020

SAFE	CT (R\$)	CT/PB (%)	CI (R\$)	CI/CT (%)	DVA (R\$)	DVA/CT (%)	D (R\$)	D/CT (%)
1	132.227,88	43,07	91.194,60	68,97	27.151,33	20,53	13.881,95	10,50
2	82.950,51	38,98	48.285,20	58,21	29.739,69	35,85	4.925,62	5,94
3	27.996,02	48,32	22.861,90	81,66	2.259,62	8,07	2.874,51	10,27
4	326.571,51	22,91	82.382,00	25,23	222.982,61	68,28	21.206,90	6,49
5	305.618,50	49,24	285.845,00	93,53	971,92	0,32	18.801,58	6,15
6	22.576,23	41,25	12.868,00	57,00	6.689,04	29,63	3.019,20	13,37
7	77.214,23	28,47	50.525,00	65,43	21.035,06	27,24	5.654,17	7,32
8	352.375,33	60,13	115.880,00	32,89	211.904,00	60,14	24.591,33	6,98

⁷ É preciso destacar que as experiências investigadas no RS foram do ano de 2015, dessa forma existe um intervalo de 5 anos entre os dados. Para trazer à realidade atual seria necessário corrigir estes valores por algum índice de preços, devido a inflação. Entretanto, optou-se por manter os valores originais, com esta ressalva metodológica, como forma de evidenciar os processos de agregação de valor no Sudoeste paranaense, apenas a título de comparação com os valores de outras regiões.

9	97.664,90	33,07	51.600,00	52,83	35.181,90	36,02	10.883,00	11,14
10	85.668,26	30,85	63.031,12	73,58	17.960,66	20,97	4.676,48	5,46
11	75.435,83	75,23	49.972,00	66,24	20.958,10	27,78	4.505,73	5,97
12	13.103,86	33,56	9.926,20	75,75	330,33	2,52	2.847,33	21,73
Total	1.599.403,08	505,10	884.371,01	751,32	597.164,26	337,35	117.867,80	111,33
Média	133.283,59	42,09	73.697,58	62,61	49.763,69	28,29	9.822,32	9,28

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

O maior valor de consumo intermediário encontra-se no SAFE 5, que trabalha com mel e leite, sendo as rações para os animais o maior custo (cerca de R\$ 285 mil reais por ano). Neste caso, a atividade leiteira tem custos maiores do que a atividade agroindustrial, que apresenta um custo de R\$ 18.801,58. Já a experiência que apresenta menor consumo intermediário é o SAFE 12 (R\$ 9.926,20), que produz hortaliças minimamente processadas. Dessa forma, o SAFE apresenta custos menores, pois estes são proporcionais a sua pequena escala de produção.

A divisão do valor agregado fica em segundo lugar nos custos. Este grupo corresponde, em média, a 28,29% do custo total (R\$ 49.763,69). Ao contrário do consumo intermediário, o DVA dos SAFEs da região investigada apresenta valores mais altos do que os observados na região Norte do Rio Grande do Sul, que era em média 17,1% dos custos totais (R\$ 19.559,17). No DVA estão contidos os custos com as entidades, organizações, pagamentos de força de trabalho, Estado e atores sociais com os quais os SAFEs “dividem” a sua produção bruta total. No DVA cabem, por exemplo, despesas com taxas de cooperativas e associações, os empréstimos, financiamentos, impostos, licenças e pagamento de funcionários (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

Os maiores valores de DVA foram observados no SAFE 4, que produz hortaliças minimamente processadas. Neste SAFE a divisão do valor agregado era de R\$ 222.982,61, representando 68,28% do custo total. Outra unidade de produção com alto valor de DVA é o SAFE 8, que produz hortifrutí, geleias e molhos, esta experiência apresentou um DVA de R\$ 211.904,00 (60,14% do CT). Ambos os SAFEs participam de cooperativas para venda dos alimentos, sendo que o custo para participar desta organização social é de R\$ 185.286,22 (SAFE 4) e R\$ 175.800,00 (SAFE 8), o que representa, respectivamente 13,50% e 30% da produção bruta destas agroindústrias. O menor valor de DVA foi encontrado no SAFE 12, cerca de R\$ 330,00, isso acontece pelo baixo volume de comercialização para programas de compras públicas, sendo o

maior custo no DVA desta experiência é o pagamento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que fica em torno de R\$ 134,37 por ano.

Na Região Sudoeste, onze das doze unidades de produção investigadas fazem parte de cooperativas ou associações que os auxiliam a participar de mercados institucionais como PNAE e PAA. Dessa forma, pode-se inferir que os SAFEs paranaenses têm maior DVA devido a importância destas instituições para seu acesso aos mercados e do alto volume de alimentos comercializadas através delas, o que lhes acarreta custos maiores. Apesar disso, segundo evidências da pesquisa de campo (2021), as cooperativas e associações são imprescindíveis para a organização destas experiências, pois além de garantir acesso a mercados, as cooperativas também estabelecem diretrizes de produção e preços, promovem cursos de capacitação, prestam assistência técnica e são um espaço de socialização e troca de saberes entre as famílias.

Por fim, o menor conjunto de custos é a depreciação, que representa em média 9,28% dos custos totais, R\$ 9.822,32 em termos absolutos. A depreciação diz respeito a perda de valor pelo uso, obsolescência ou desgaste físico das instalações, maquinário e infraestrutura das agroindústrias com o passar do tempo. O maior valor de depreciação foi encontrado no SAFE 8, cerca de R\$ 24 mil reais, que representa 6,9% do custo total, que é explicado pela grande quantidade de maquinário utilizado na unidade de produção, tanto na produção *in natura* quanto para a agroindústria.

Já os menores valores de depreciação foram encontrados no SAFE 3 e no SAFE 12, com R\$ 2.874,51 e R\$ 2.847,33, respectivamente. O SAFE 3 também produz hortaliças minimamente processadas como o 12 e, ambos, utilizam instalações, maquinários e infraestruturas relativamente mais baratos que o restante das unidades de produção. Dessa forma, a obsolescência dos equipamentos utilizados é menor do que de outras unidades de produção que utilizam maquinários mais sofisticados.

Em geral os custos das experiências pesquisadas são equilibrados e bastante parecidos com estudos anteriores que utilizaram a mesma metodologia e iniciativas (em agroindústrias), porém, em regiões diferentes. A maior diferença encontrada foi o alto valor da divisão do valor agregado que, nas unidades de produção paranaenses, era mais do que o dobro dos SAFEs do Rio Grande do Sul. A próxima seção traz os dados do valor agregado e das rendas agroindustriais dos SAFEs.

4.2 Produção bruta, valor agregado e rendas agroindustriais dos safes

Nesta seção serão apresentados os dados de valor agregado e das rendas agroindustriais dos SAFEs, possibilitando a análise dos rendimentos brutos e líquidos auferidos nas experiências. Através dos dados desta seção será possível demonstrar a importância econômica e financeira destas unidades de produção agrícola para o território onde estão inseridas.

A Tabela 3 apresenta a produção bruta (PB) das unidades da produção, decompostas em renda agrícola e renda não agrícola. A renda agrícola é oriunda das atividades ligadas a produção de alimentos *in natura*, da agroindústria e do autoconsumo. Já a renda não agrícola é formada por rendas externas a unidade de produção, que podem ser aposentadoria, salários de outras atividades, arrendamentos e financiamentos. A produção bruta dos SAFEs é, em média, R\$ 353.988,62, sendo a maior de R\$ 1.425.278,62 (SAFE 4) e a menor produção de R\$ 39.042,00 (SAFE 12), demonstrando que entre as experiências estudadas existe grande diferença de rendimentos.

Intrigante é que ambos os SAFEs supracitados, produzem hortaliças minimamente processadas. Os fatores explicativos de sua produção tão randômica estão em dois elementos, basicamente: disponibilidade de força de trabalho e escala de produção. O número de membros da família que trabalham na atividade agrícola no SAFE 4 é de cinco pessoas, as quais trabalham cerca de 12 mil horas por ano. Já o SAFE 12 dispõe da força de trabalho de apenas duas pessoas, que trabalham cerca de 4 mil horas por ano. A escala de produção e de comercialização é bem maior no SAFE 4. As duas experiências produzem brócolis, por exemplo, sendo que o SAFE 4 comercializa 19.200 unidades por ano, enquanto o SAFE 12 vende cerca de 1.200 unidades por ano.

Tabela 3 - Produção bruta (PB) decomposta em renda agrícola e renda não agrícola

SAFE	Produção bruta (R\$)	Renda agrícola (R\$)	Renda agrícola (%)	Renda não agrícola (R\$)	Renda não agrícola (%)
1	306.987,10	298.292,00	97,17	8.695,10	2,83
2	212.817,93	194.943,93	91,60	17.874,00	8,40
3	57.940,00	55.440,00	95,69	2.500,00	4,31
4	1.425.278,62	1.425.278,62	100,00	0,00	0,00
5	620.614,00	607.640,00	97,91	12.974,00	2,09
6	54.731,40	52.931,40	96,71	1.800,00	3,29
7	271.220,00	271.220,00	100,00	0,00	0,00
8	586.000,00	586.000,00	100,00	0,00	0,00

9	295.300,00	295.300,00	100,00	0,00	0,00
10	277.665,40	274.469,40	98,85	3.196,00	1,15
11	100.266,99	85.052,00	84,83	15.214,99	15,17
12	39.042,00	13.042,00	33,41	26.000,00	66,59
Soma	4.247.863,44	4.159.609,35	1.096,15	88.254,09	103,85
Média	353.988,62	346.634,11	91,35	7.354,51	8,65

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

O que se nota nas experiências pesquisadas é que a renda agrícola perfaz a maior parte da produção bruta dos SAFEs, representando 91,35%. As rendas não agrícolas encontradas na investigação representam 8,65% da produção bruta e tem origem em salários de membros da família que trabalham fora da unidade, aposentadoria, arrendamentos e financiamentos. Os financiamentos e empréstimos são considerados como uma renda não agrícola, pois são uma entrada de recursos na unidade de produção via instituições bancárias, apesar disso, na divisão do valor agregado é feita a saída deste recurso, para que no computo financeiro geral haja entradas e saídas destes valores durante o período analisado (anual).

Quatro dos doze SAFEs (4, 7, 8 e 9) não possuem rendas não agrícolas, dependendo exclusivamente da renda agrícola para continuar suas atividades. Estes SAFEs produzem hortaliças minimamente processadas (4), hortifruti e derivados de cana-de-açúcar (7), hortifruti molhos e geleias (8) e morangos (9). Eles comercializam por cadeias curtas de abastecimento e mercados institucionais, o que confirma a literatura sobre agroindústrias familiares e SAFEs, a qual evidencia que a maior parte do comércio dos alimentos é feito em mercados locais e regionais. Para estas experiências, que dependem totalmente da renda agrícola, as cadeias curtas são muito importantes representando uma estratégia de agregação de valor, pois agem no sentido de eliminar intermediários e adicionar maiores níveis de valor agregado para as famílias, como apresentado na seção teórica deste trabalho (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

A decomposição da renda dos SAFEs é apresentada na Tabela 3, em três parcelas (*in natura*, autoconsumo e da agroindústria). Observa-se que a produção da agroindústria gera a maior renda destas unidades de produção (em média R\$ 258.049,23) representando 68,61% da produção bruta. Em alguns SAFEs a produção da agroindústria representava quase 100% da produção bruta, isso foi observado principalmente nas experiências que produzem hortaliças minimamente processadas,

hortifruti e panificados. No caso do mel, das hortaliças e hortifruti toda a produção é processada de alguma forma, desde a separação e lavagem dos alimentos até o ato de colocá-las em embalagens com rótulos. Dessa forma, estes alimentos são considerados como parte da produção da agroindústria e não da produção *in natura*.

Na maioria dos casos a produção da agroindústria é a que gera maiores ganhos para as famílias. Este achado da pesquisa corrobora com os estudos de Mior (2007) e Wilkinson e Mior (1999), os quais afirmam que as agroindústrias geram maiores níveis de renda para as famílias, principalmente através do preço-prêmio que vem da produção ecológica e artesanal, enquanto uma estratégia de agregação de valor aos alimentos. Além disso, como exposto por Guimarães e Silveira (2007), Ferreira e Alves (2013) e Gazolla e Schneider (2017), o comércio por cadeias curtas gera relações de proximidade que fidelizam as(os) consumidoras(es), sendo outra estratégia importante de agregação de valor aos alimentos agroindustrializados.

A produção *in natura* é menor que da agroindústria nas experiências investigadas, representando, em média, 24,34% da produção bruta (R\$ 82.810,72). Este valor difere, em termos relativos, de estudos anteriores onde a produção *in natura* correspondia a quase 30% da produção bruta, cerca de R\$ 49 mil reais por ano (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018). O SAFE que apresenta maior produção *in natura* é o SAFE 5, que trabalha com mel e leite. Neste caso a produção de leite representa 94,63% da produção bruta do empreendimento (cerca de R\$ 575 mil). Já os SAFEs 4, 9 e 12 não possuem produção *in natura*, pois são especializados em hortaliças, morangos e hortifrúti. Nestas experiências, a produção agroindustrial representa 99,79%, 98,98% e 44,79% da produção bruta, respectivamente.

Tabela 4 - Decomposição da renda agrícola em produção *in natura*, agroindústria e autoconsumo

SAFE	Produção Bruta	<i>In natura</i> (R\$)	<i>In natura</i> (%)	AGR (R\$)	AGR (%)	Auto-consumo (R\$)	Auto-consumo (%)
1	306.987,10	219.056,00	73,44	74.436,00	24,95	4.800,00	1,61
2	212.817,93	22.910,61	11,75	164.583,32	84,43	7.450,00	3,82
3	57.940,00	3.440,00	6,20	46.000,00	83,69	6.000,00	10,82
4	1.425.278,62	0,00	0,00	1.422.278,62	99,79	3.000,00	0,21
5	620.614,00	575.000,00	94,63	19.800,00	3,26	12.600,00	2,07
6	54.731,40	19.575,00	36,98	29.756,40	56,22	3.600,00	6,80
7	271.220,00	37.920,00	13,98	230.300,00	84,91	3.000,00	1,11
8	586.000,00	66.600,00	11,37	512.200,00	87,41	7.200,00	1,23
9	295.300,00	0,00	0,00	292.300,00	98,98	3.000,00	1,02

10	277.665,40	17.475,00	6,37	253.994,40	92,54	3.000,00	1,09
11	100.266,99	31.752,00	37,33	44.700,00	52,56	8.600,00	10,11
12	39.042,00	0,00	0,00	5.842,00	44,79	7.200,00	55,21
Soma	4.247.863,44	993.728,61	292,05	3.096.590,74	813,53	69.450,00	95,10
Média	359.222,29	82.810,72	24,34	258.049,23	67,77	5.787,50	7,89

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

O autoconsumo das unidades de produção pesquisadas representa, em média, 7,93% da produção bruta (R\$ 5.787,50), com grande variação de uma experiência para a outra. O SAFE 5 foi o que apresentou maior nível de autoconsumo, cerca de R\$ 12 mil por ano, já os SAFEs 4, 7, 9 e 10 foram os que apresentaram menores valores de autoconsumo, cerca de R\$ 3 mil reais por ano. Estes valores demonstram que para a região estudada o autoconsumo não representa grande parte da produção bruta das unidades de produção, diferente da média nacional de autoconsumo das agroindústrias familiares que gira em torno de 35,8%, e da média da Região Sul do país, que é de 61,46% da produção bruta total (DEMETRIO et al., 2021a).

A Tabela 5 apresenta os dados de valor agregado bruto (VAB), valor agregado líquido (VAL) em relação a produção bruta dos SAFEs. A partir destes dados é possível extrair o valor da renda agroindustrial de cada SAFE, a qual permite verificar o quanto da produção bruta sobra para uso das famílias, acumulação ou reinvestimentos no sistema agroindustrial, depois de descontados os vários custos discutidos na seção anterior. Após diminuir o consumo intermediário da produção bruta, tem-se que os SAFEs conseguem adicionar, em média, um valor agregado bruto de R\$ 280.291,04 por ano. Isso significa que após o desconto do CI resta, em média, 73,25% de VAB em relação a produção bruta. Este valor está um pouco acima das experiências investigadas no norte do Rio Grande do Sul, onde o VAB médio é de 69,79% (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

Tabela 5 - Valor agregado bruto (VAB) e líquido (VAL) dos SAFEs

SAFE	Valor Agregado Bruto (VAB)				Valor Agregado Líquido (VAL)			
	PB (R\$)	CI (R\$)	VAB (R\$)	VAB (%)	VAB (R\$)	D (R\$)	VAL (R\$)	VAL%
1	306.987,10	91.194,60	215.792,50	70,29	215.792,50	13.881,95	201.910,55	65,77
2	212.817,93	48.285,20	164.532,73	77,31	164.532,73	4.925,62	159.607,11	75,00
3	57.940,00	22.861,90	35.078,10	60,54	35.078,10	2.874,51	32.203,60	55,58
4	1.425.278,62	82.382,00	1.342.896,62	94,22	1.342.896,62	21.206,90	1.321.689,72	92,73
5	620.614,00	285.845,00	334.769,00	53,94	334.769,00	18.801,58	315.967,42	50,91

6	54.731,40	12.868,00	41.863,40	76,49	41.863,40	3.019,20	38.844,20	70,97
7	271.220,00	50.525,00	220.695,00	81,37	220.695,00	5.654,17	215.040,83	79,29
8	586.000,00	115.880,00	470.120,00	80,23	470.120,00	24.591,33	445.528,67	76,03
9	295.300,00	51.600,00	243.700,00	82,53	243.700,00	10.883,00	232.817,00	78,84
10	277.665,40	63.031,12	214.634,28	77,30	214.634,28	4.676,48	209.957,80	75,62
11	100.266,99	49.972,00	50.294,99	50,16	50.294,99	4.505,73	45.789,26	45,67
12	39.042,00	9.926,20	29.115,80	74,58	29.115,80	2.847,33	26.268,47	67,28
Soma	4.247.863,44	884.371,01	3.363.492,43	878,96	3.363.492,43	117.867,80	3.245.624,62	833,69
Média	353.988,62	73.697,58	280.291,04	73,25	280.291,04	9.822,31	270.468,72	69,47

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

A experiência que apresenta maior VAB é o SAFE 4, o qual depois de descontado o consumo intermediário apresenta R\$ 1.342.896,62 de valor agregado bruto, cerca de 94,22%. Em segundo lugar está o SAFE 8, que tem um VAB de R\$ 470.120,00, o que representa 80,23% da produção bruta. Já a unidade de produção com menor VAB foi o SAFE 12, seguido do SAFE 3, com R\$ 29.115,80 e R\$ 35.078,10, respectivamente. Entretanto, apesar de apresentarem o menor VAB absoluto estas experiências ainda conseguem agregar 74,58 e 60,54% de VAB, valor que se aproxima da média geral dos SAFEs.

Em termos relativos o SAFE 5 é o que apresenta menor VAB, em torno de 54% da produção bruta. Isso significa que o consumo intermediário desta experiência é bastante elevado, e, de fato, este indicador representa 93,53% do seu custo total, conforme demonstrado pela Tabela 1. Esta unidade de produção tem como linha de exploração principal o leite, sendo a ração dos animais seu maior e mais sensível custo, pois uma mudança na alimentação dos animais pode acarretar menor produtividade. Dessa forma, por mais que o VAB seja menor relativamente, o valor agregado líquido dessa experiência acaba compensando pelo baixo nível de depreciação.

O modo de trabalho do SAFE 5 remete a teoria da mercantilização de Ploeg (1993), a qual afirma que quanto mais modernizada a agricultura mais dependente de recursos externos a unidade de produção será. Isso ocorre porque processos que antes eram realizados na própria unidade de produção são terceirizados, gerando uma crescente divisão do trabalho que multiplica as relações de mercantilização. Dessa forma as famílias agricultoras acabam se tornando mais dependentes de

insumos externos, como no caso do SAFE 5, que depende diretamente do mercado de rações.

O VAL refere-se ao valor agregado líquido, depois de descontados os custos de depreciação dos bens de capital e da infraestrutura rural. Em média o valor agregado líquido dos SAFEs pesquisados corresponde a 69,47% da produção bruta (R\$ 270.468,47). Este valor é considerado alto quando comparado com unidades de produção ecológicas estudadas por Gazolla et al. (2018), as quais apresentavam um VAL de 57,8%. Também é alto se comparado com a atividade não ecológica, que apresentava um VAL médio de 20%. Isso mostra que os SAFEs têm capacidade de gerar um valor agregado maior se comparadas as atividades da agricultura modernizada, como evidenciado pelo referencial teórico deste trabalho (PLOEG, 2008; BRUNORI et al., 2018; HENNING, 2010; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

As atividades que apresentaram maior valor agregado líquido relativo à produção bruta foram: hortaliças minimamente processadas (SAFE 4: 92,73%), hortifruti e derivados de cana (SAFE 7: 79,29%), morangos (SAFE 9: 78,84%), hortifruti, molhos e geleias (SAFE 8: 76,03%) e panificados (SAFE 10: 75,62%). Observa-se que as mesmas linhas de produção em outros SAFEs não apresentaram o mesmo nível de valor agregado líquido. O sucesso destas experiências na geração do VAL pode ser relacionado com suas horas de trabalho, força de trabalho disponível e baixos valores de consumo intermediário e depreciação frente a produção bruta gerada.

A Tabela 5 apresenta os dados da renda agroindustrial (RAI), que é o resultado econômico que efetivamente resta às famílias agricultoras depois de descontados todos os custos de produção (CI, D e DVA). Observa-se que a RAI destas experiências é, em média, R\$ 220.705,03, representando 57,91% da produção bruta dos SAFEs. Este percentual de RAI é alto se comparado a outros estudos, como o de Gazolla, Lima e Brignoni (2018), que apontava uma RAI de R\$ 105.712,18 com percentual da produção bruta de 49,57%, em média. Além disso, a renda destas experiências também é maior do que a da agricultura modernizada, que gira em torno de 30% (CONTERATO et al., (2013).

Entretanto, a RAI destas experiências ainda não alcança a média das agroindústrias ecológicas investigadas por Lima et al. (2014) no norte gaúcho, as quais apresentavam uma RAI de 73% da PB. A unidade de produção com maior

percentual de RAI é o SAFE 4 (R\$ 1.098.707,11), como evidenciado anteriormente, este SAFE possui um alto valor de produção bruta e custos relativamente baixos, esta experiência tem uma RAI de 77,09% da produção bruta.

A segunda maior renda agroindustrial pode ser observada no SAFE 8, o qual apresenta cerca de R\$ 233 mil reais, entretanto, este valor representa apenas 40% da produção bruta, devido ao alto valor de DVA apresentado por esta experiência. Em terceiro lugar, está a RAI do SAFE 7: R\$ 194.005,77, esta renda agroindustrial representa cerca de 70% da produção bruta, evidenciando maior agregação de valor aos alimentos.

Tabela 6 - Valor agregado líquido e renda agroindustrial dos SAFEs

SAFE	VAL (R\$)	DVA (R\$)	RAI (R\$)	RAI (%)
1	201.910,55	27.151,33	174.759,22	56,93
2	159.607,11	29.739,69	129.867,42	61,02
3	32.203,60	2.259,62	29.943,98	51,68
4	1.321.689,72	222.982,61	1.098.707,11	77,09
5	315.967,42	971,92	314.995,50	50,76
6	38.844,20	6.689,04	32.155,17	58,75
7	215.040,83	21.035,06	194.005,77	71,53
8	445.528,67	211.904,00	233.624,67	39,87
9	232.817,00	35.181,90	197.635,10	66,93
10	209.957,80	17.960,66	191.997,14	69,15
11	45.789,26	20.958,10	24.831,16	24,77
12	26.268,47	330,33	25.938,14	66,44
Soma	3.245.624,62	597.164,26	2.648.460,36	694,90
Média	270.468,72	49.763,69	220.705,03	57,91

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

Os menores valores de renda agroindustrial foram encontrados nos SAFEs 11, 12 e 3 com R\$ 24.831,16, R\$ 25.938,14 e R\$ 29.943,98, respectivamente. Estas unidades de produção trabalham com panificados (11) e hortaliças minimamente processadas (12 e 3). O que se observa é que estas experiências têm altos valores de consumo intermediário, chegando a 81% dos custos no caso do SAFE 3. O alto consumo intermediário pode demonstrar certa dependência de insumos externos dos mercados, fator que impacta diretamente na RAI, como comentado anteriormente. Dessa forma, para que haja maximização dos rendimentos é necessário que as

famílias transformem suas próprias matérias primas com recursos internos das unidades (PLOEG, 1993; MALUF, 2004).

Alinhado a isso, estas unidades de produção têm um baixo nível de produção bruta, que pode ser explicado pela escassez de força de trabalho. Isso faz com que as agroindústrias ecológicas possuam baixa escala de produção, corroborando também com a literatura sobre agroindústrias de que bons rendimentos são auferidos a partir de uma escala mínima de operação. Além disso é preciso salientar que os mercados acessados por estas experiências ainda são pequenos e, em vários casos, ainda estão sendo construídos, pois algumas agroindústrias ainda são recentes, por exemplo, o SAFE 3 iniciou em 2017, o SAFE 10 em 2018 e o SAFE 12 em 2016 (MALUF, 2004; MIOR, 2007; GAZOLLA; NIEDERLE; WAQUIL, 2012).

Apesar destas unidades de produção apresentarem as menores rendas agroindustriais em relação as demais, os SAFEs 12 e 3 ainda apresentam porcentagem de RAI frente a produção bruta acima de 50%, o que é pouco comum, por exemplo, em atividades agropecuárias modernizadas. Como discutido anteriormente, o que se percebe é que a produção agrícola ecológica alinhada a agroindustrialização e ao comércio por cadeias curtas pode gerar um alto nível de valor agregado, por um lado. De outro, estes recursos impactam diretamente no dinamismo da economia regional, visto que estas famílias agricultoras também vão utilizar os seus recursos financeiros para adquirir bens, produtos e serviços ajudando a movimentar os processos sociais e econômicos de desenvolvimento regional (WILKINSON, 2002; MALUF, 2004; LIMA et al., 2014; DEMETRIO et al., 2021a).

Além disso, os processos de sustentabilidade dos alimentos ecológicos e a produção saudáveis contribui para alcançar alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao aumentar a oferta de alimentos saudáveis os SAFEs contribuem para o ODS 2: erradicação da fome e promoção da agricultura sustentável. Ao fomentar a economia local e gerar novas oportunidades para os jovens no campo, eles também contribuem para o ODS 8: trabalho digno e crescimento econômico sustentável. Quando trabalham com sinergia junto as instituições públicas, estas unidades de produção estão contribuindo para a formação de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11). Ao incentivar o consumo e produção sustentáveis, estas experiências despertam a responsabilidade social e ambiental de agricultoras(es) e consumidoras(es) (ODS 12). Por fim, ao consumir menos

combustíveis fósseis, empregar métodos de produção agrícola com menos insumos químicos e mais sustentáveis ambientalmente, os SAFEs contribuem para a transição dos sistemas agroalimentares, ação necessária contra as mudanças climáticas globais (ODS 13) (BELETTI; MARESCOTI, 2020).

Os SAFEs apresentam uma inegável importância social, econômica e ambiental para a Região Sudoeste do Paraná e podem ser considerados uma estratégia de desenvolvimento regional endógeno devido aos processos de geração de ocupações rurais e renda e ao incentivo ao comércio local e regional (AMARAL FILHO, 2001; MARINI et al., 2012; DEMETRIO et al., 2021b). A próxima seção traz dados do valor agregado decompostos por diferentes indicadores, como área total disponível (ha) e *per capita*. Além disso, discutirá os indicadores de viabilidade econômica, custo de oportunidade da força de trabalho e os canais de comercialização e mercados construídos pelos SAFEs.

4.3 Valor agregado por área e *per capita*, ponto de nivelamento, nível de reprodução simples e cadeias curtas de abastecimento

Esta seção apresenta os dados de valor agregado e renda agroindustrial por área e *per capita*, além de indicadores econômicos como ponto de nivelamento (PN), nível de reprodução simples (NRS), mercados e cadeias curtas de comercialização que são construídas pelos SAFEs estudados.

A Tabela 6 apresenta os dados da produção bruta, valor agregado bruto, líquido e da renda agroindustrial por hectares, realizando uma espacialização das medidas de desempenho econômico por área de terra. Em média, os SAFEs possuem, por hectare, uma produção bruta de R\$ 50.542,18, um valor agregado bruto de R\$ 42.785,81, um valor agregado líquido de R\$ 41.455,78 e uma renda agroindustrial de R\$ 33.665,26. Estes valores são maiores do que apresentados em estudos anteriores sobre os SAFEs (GAZOLLA et al., 2016; GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018) que apresentaram uma RAI/ha média de R\$ 1.424,68 e R\$ 7.649,23, respectivamente. Isso demonstra que as unidades de produção estudadas têm maiores rendimentos espaciais, o que sugere um melhor aproveitamento da terra. Apesar disso, é importante observar que os dados apresentam grande dispersão, variando de uma RAI/ha de R\$ 1.113,50 até R\$ 183.117,85.

Os dados demonstram que nem sempre uma maior superfície de área útil significa maiores valores agregados e renda. Os SAFEs 1, 5 e 10, que têm a maior

área, não são aqueles que têm maior valor agregado por hectare. Já o SAFE 4, com apenas 6 hectares, apresenta uma renda agroindustrial 30 vezes maior do que o SAFE 1, que tem quase 5 vezes mais superfície agrícola disponível. A explicação para isso é que nem sempre toda a área de terras das unidades é usada para produção de matérias primas que serão depois elaboradas agroindustrialmente. É comum nestas áreas maiores as famílias agricultoras possuírem lavouras, leite a pasto ou outras atividades agrícolas e primárias. Outro fator explicativo, é que agregação de valor é diferente por tipo de alimento, necessitando-se avaliar as dinâmicas específicas por produto e compará-las.

Além disso, é importante salientar que o SAFE 4 é especializado em hortaliças minimamente processadas, enquanto o SAFE 1 pode ser considerado como diversificado, pois tem diversas linhas de exploração. Isso confirma a hipótese apresentada por Gazolla, Lima e Brignoni (2018) de que unidades de produção diversificadas geram maior renda e valor agregado, desde que minimizados alguns custos (consumo intermediário) e haja sinergia entre as cadeias produtivas (por exemplo, restos vegetais da agroindústria podem ser usados como adubação de lavouras, hortas ou pomares).

Tabela 7 - Produção bruta, valor agregado bruto, líquido e renda agroindustrial por hectare

SAFE	Ha	PB/ha (R\$)	VAB/ha (R\$)	VAL/ha (R\$)	RAI/ha (R\$)
1	29,04	10.571,18	7.430,87	6.952,84	6.017,88
2	12,10	17.588,26	13.597,75	13.190,67	10.732,84
3	9,60	6.035,42	3.653,97	3.354,54	3.119,16
4	6,00	237.546,44	223.816,10	220.281,62	183.117,85
5	31,00	20.019,81	10.799,00	10.192,50	10.161,15
6	9,60	5.701,19	4.360,77	4.046,27	3.349,50
7	3,00	90.406,67	73.565,00	71.680,28	64.668,59
8	7,26	80.716,25	64.754,82	61.367,58	32.179,71
9	2,50	118.120,00	97.480,00	93.126,80	79.054,04
10	25,00	11.106,62	8.585,37	8.398,31	7.679,89
11	22,30	4.496,28	2.255,38	2.053,33	1.113,50
12	9,30	4.198,06	3.130,73	2.824,57	2.789,05
Soma	166,70	606.506,17	513.429,77	497.469,31	403.983,16
Média	13,89	50.542,18	42.785,81	41.455,79	33.665,26

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

Outro fato observado é de que os SAFEs 4, 7 e 9 apresentam os maiores valores de renda agroindustrial por hectare (R\$ 183.117,85; R\$ 64.668,59; R\$ 79.054,04), sendo também os que têm menor área: 6 ha, 3 ha e 2,5 ha, respectivamente. Isso confirma o exposto por Ploeg (2008) e Lima et al. (2014), que

sistemas produtivos de base ecológica podem agregar valor à produção mesmo quando há pouca superfície agrícola disponível, já que, em média, as unidades de produção investigadas apresentam uma área de 13,8 hectares e uma renda agroindustrial de R\$ 33.658,61 por hectare.

No estudo de Gazolla, Lima e Brignoni (2018), a produção bruta média era de R\$ 15.182,00/ha e a RAI em torno de 7,5 mil reais por hectare, cerca de 50% da PB/ha. Esses dados apontam que as experiências investigadas no presente estudo apresentam maiores valores absolutos de produção bruta e de renda agroindustrial. Entretanto, em termos percentuais eles ficam aproximados, pois neste estudo a RAI por média por hectare representa 66,60% da PB/ha. Isso pode ser explicado pela diferença das linhas de exploração das unidades da Região Sudoeste, já que a maioria das experiências se desenvolvem a partir de atividades como hortifruti, morangos, mel e panificados e sendo diversificados. Assim, a diversificação produtiva existente nos SAFEs, é considerada uma estratégia importante de agregação de valor aos alimentos ecológicos como discutido no referencial teórico (MALUF, 2004).

Segundo Lima et al. (1995), a disponibilidade de área cultivável e força de trabalho disponível são fatores determinantes para um bom resultado econômico das unidades de produção. Isso ocorre porque a agricultura é uma atividade que depende de espaço para seu desenvolvimento, além disso, o trabalho da família aplicado socialmente a atividade agroindustrial é que gera valor. Outros fatores como a disponibilidade de tecnologia, máquinas, equipamentos e instalações mais adequados podem influenciar a produtividade de experiências que apresentam a mesma área disponível, como é o caso do SAFE 8, que possui menos área do que os SAFEs 3, 6 e 11 e mais que o dobro de RAI.

A Tabela 8 mostra os dados sobre a agregação de valor e renda agroindustrial *per capita*. Este indicador é importante, na medida que este método de aferição de resultados econômicos considera que somente o trabalho humano socialmente aplicado a um processo produtivo agroindustrial é capaz de gerar valor, conforme postulado básico marxista clássico. Quando se coteja *per capita* os valores econômicos tem-se quanto cada membro do grupo doméstico gerou de riqueza (R\$), a partir do seu trabalho social (horas trabalhadas anualmente).

O valor agregado *per capita* é feito com base na unidade de medida da Unidade de Trabalho Homem (UTH), a qual considera as horas trabalhadas por cada

membro da família no decorrer do ano. Esta medida considera que uma (1,0) UTH é referente a uma (1,0) pessoa trabalhando oito (8) horas por dia, durante 300 dias, que seria a média aproximada de dias trabalhados na agricultura por ano (LIMA et al, 1995). Dessa forma, se um dos membros da família trabalha 16 horas por dia este membro representa duas UTHs, pois trabalha por duas pessoas; se trabalha quatro horas por dia representa 0,5 UTH. Esta medida é importante, pois, na agricultura as famílias frequentemente se auto exploram do ponto de vista da sua força de trabalho, labutando diariamente mais horas do que trabalhadores urbanos (LIMA et al., 1995; CHAYANOV, 1974).

Tabela 8 - VAB, VAL e RAI per capita

SAFE	Pessoas	UTH Total	VAB per capita (R\$)	VAL per capita (R\$)	RAI per capita (R\$)
1	3	3,11	69.751,11	65.264,02	56.487,83
2	2	2,44	67.500,61	65.479,84	53.278,94
3	4	5,50	6.377,84	5.855,20	5.444,36
4	5	5,16	260.125,25	256.017,38	212.824,62
5	4	3,66	91.404,51	86.270,97	86.005,60
6	3	3,00	13.954,47	12.948,07	10.718,39
7	3	3,63	65.391,11	63.715,80	57.483,19
8	4	2,25	208.942,22	198.012,74	103.833,19
9	4	5,29	46.089,83	44.031,58	37.377,80
10	3	4,75	45.186,16	44.201,64	40.420,45
11	4	3,00	16.422,85	14.951,59	8.108,13
12	3	1,75	16.637,60	15.010,55	14.821,79
Soma	42	43,33	907.783,57	871.759,39	686.804,29
Média	3,5	3,61	75.648,63	72.646,62	57.233,69

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

Dessa forma, tem-se que, em média, que os SAFEs possuem 3,5 pessoas por unidade de produção, que representam cerca de 3,61 UTHs, variando entre 1,75 e 5,50 UTHs, conforme a disponibilidade de força de trabalho e horas trabalhadas/ano. Como nem todos os membros da família trabalham em atividades agrícolas, em alguns casos, como no SAFE 12, o número de membros da família é maior do que os UTHs. Já no SAFE 3 e no SAFE 9 a família é composta por 4 membros que representam 5,50 e 5,29 UTHs, respectivamente, corroborando com a tese clássica de Chayanov (1974) sobre a auto exploração da força de trabalho na agricultura familiar.

Este aspecto evidencia o potencial que a força de trabalho possui na agricultura familiar em adicionar valor econômico aos processos produtivos, demonstrando também que nestas experiências a produtividade do trabalho é maior.

Dessa forma, tem-se que, em média, a força de trabalho das unidades estudadas geram em torno de 72 mil reais por ano, variando entre 15 e 256 mil reais. As diferenças entre SAFEs são explicadas pela diversidade de cadeias produtivas, diferentes níveis de tecnologia, áreas exploradas, recursos para investimento, preços dos alimentos na comercialização, dentre outros fatores.

Também se observa que os indicadores econômicos *per capita* são maiores do que por área, visto que se dividida a RAI pelo número de membros da família ela fica em torno de 57 mil, enquanto a RAI por hectare fica em torno de 33 mil. Isso acontece porque a disponibilidade de força de trabalho destas unidades de produção é baixa, se comparado com a disposição de terra. Achados como estes também podem ser encontrados nos estudos de Gazolla, Lima e Brignoni (2018), em que a RAI média por hectare era em torno de 7,5 mil e a RAI *per capita* girava em torno de 33 mil reais.

A Tabela 9 apresenta o ponto de nivelamento e o nível de reprodução simples das experiências investigadas. Segundo Gazolla, Lima e Brignoni (2018 p. 243), o ponto de nivelamento refere-se à quantidade da produção bruta necessária para cobrir os gastos com DVA e CI, valores que são também chamados de “custos variáveis”. Dessa forma, o ponto de nivelamento é obtido através da subtração do DVA e do CI da produção bruta [PN = PB - (DVA + CI)].

Em média, os SAFEs possuem um ponto de nivelamento em torno de 230 mil reais, isso significa que estas experiências precisam deste valor para cobrir pelo menos seus “custos variáveis” e garantir a continuidade de sua operação. As experiências estudadas apresentavam altos valores de consumo intermediário (68,21% dos custos totais) o que eleva bastante o ponto de nivelamento em relação a outros estudos, os quais mostraram um PN médio de em torno de 50 mil reais por ano, cerca de 30% dos valores da produção bruta (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018).

Tabela 9 - Ponto de Nivelamento e Nível de Reprodução Simples

SAFE	PN (R\$)	PN (%)	NRS (R\$)	RAI/NRS (%)
1	188.641,17	61,45	40.138,31	22,97
2	134.793,04	63,34	31.624,13	24,35
3	32.818,48	56,64	71.357,00	238,30
4	1.119.914,01	78,58	66.978,28	6,10
5	333.797,08	53,78	47.517,28	15,09

6	35.174,37	64,27	38.922,00	121,04
7	199.659,94	73,62	43.787,25	22,57
8	258.216,00	44,06	29.191,50	12,50
9	208.518,10	70,61	68.600,03	34,71
10	196.673,62	70,83	61.626,50	32,10
11	29.336,89	29,26	39.732,50	160,01
12	28.785,47	73,73	22.704,50	87,53
Soma	2.766.328,17	740,17	562.179,64	777,26
Média	230.527,35	61,68	47.064,53	64,65

Fonte: Banco de Dados Agregado (2021).

Estes valores variam entre as unidades de produção de acordo com suas cadeias produtivas, por exemplo, o SAFE 12 possui um PN de R\$ 28.785,47 reais por ano, o que corresponde a 73,73% dos valores da produção bruta que são necessários para cobrir os gastos com DVA e CI. Este SAFE é o que tem menor produção bruta (R\$ 39.042,00). Este exemplo confirma o exposto por Gazolla et al. (2016) e Gazolla, Lima e Brignoni (2018) de que pontos de nivelamento mais altos fazem com que os SAFEs tenham valor agregado mais baixo, consequentemente, resultando em renda menores.

Entretanto, não foi apenas entre os SAFEs de produção bruta mais baixa que o PN encontrado foi alto. O SAFE 4, que é a experiência de maior valor agregado e RAI da amostra pesquisada, também apresentou um PN alto. Esta unidade de produção gasta mais de um milhão de reais por ano com custos em consumo intermediário e divisão do valor agregado, o que representa cerca de 78,58% do valor da produção bruta destinado a cobrir estes gastos. Apesar disso, a experiência ainda se mostra de grande rentabilidade, pois sua RAI é de R\$ 1.098.707,11, cerca de 70% da produção bruta.

A unidade de produção com menor ponto de nivelamento relativo é o SAFE 11, o qual apresenta um PN de 29,26% da produção bruta que é usado para cobrir os custos variáveis. Apesar disso, este sistema produtivo não apresenta uma renda agroindustrial elevada, esta corresponde a apenas 24,77% da produção bruta, gerando uma riqueza em torno de 20 mil reais por ano. O SAFE 8 também apresenta um ponto de nivelamento baixo se comparado as outras experiências, seu desembolso com DVA e CI ficam em torno de 250 mil reais por ano, o que representa 44% da produção bruta destinada a cobrir estes dois custos. Esta unidade de

produção apresenta um bom indicador de desempenho, visto que sua RAI gira em torno de 230 mil reais por ano.

A Tabela 8 também apresenta o nível de reprodução simples. Segundo Lima et al. (1995 p. 53), o NRS é a renda mínima necessária para a reprodução social da família agricultora, sendo que esta renda precisa garantir que as necessidades básicas da família (como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, por exemplo) sejam satisfeitas. O nível de reprodução simples é calculado a partir do indicador do custo de oportunidade do trabalho urbano: o salário-mínimo⁸ dividido pelas UTHs da unidade de produção ($NRS = SM/UTHs$). Este indicador é importante para comparar teoricamente os rendimentos das famílias agricultoras com os de trabalhadoras(es) urbanas(os) que tem como referência o salário-mínimo.

O indicador do nível de reprodução simples das experiências investigadas demonstrou que, caso as unidades de produção remunerassem sua força de trabalho, seria necessário dispendir em torno de 47 mil reais por ano em salários. Estes valores variam entre R\$ 22.704,50 e R\$ 71.357,00, devido à grande dispersão de dados encontrada nos níveis de produção bruta das experiências.

Algumas unidades de produção (SAFE 3, 6 e 11) não seriam capazes de remunerar sua força de trabalho, devido os seus baixos valores de produção bruta. A unidade de produção que encontraria mais problemas para remunerar sua força de trabalho seria o SAFE 3, que precisaria de 238,3% da sua produção bruta para remunerar o trabalho familiar. Já a unidade de produção com melhor situação para remunerar a força de trabalho é o SAFE 4, que usaria apenas 6,1% de sua produção bruta para este feito.

Entretanto é importante salientar que estes dados não são indicadores de viabilidade econômica, visto que representam apenas o custo de oportunidade da força de trabalho em relação ao salário de trabalhadoras(es) urbanos. Dessa forma, o NRS é apenas uma simulação analítica, pois os membros da família não recebem salários por seu trabalho, mas reproduzem-se com base no que sobra de renda agroindustrial.

Portanto, o indicador econômico a se observar é a renda agroindustrial, pois esta demonstra qual é o nível de renda que a família dispõe depois de cumprir com

⁸ O salário-mínimo considerado foi o de 2019 (R\$ 998,00), período de referência da coleta de dados da pesquisa. Fonte: [Salário-Mínimo - histórico completo | Debit](#).

as obrigações dos custos de produção. Esta renda geralmente é reinvestida no processo produtivo, além de ser usada de diversas maneiras nas necessidades familiares ou acumulada em forma de economia (por exemplo, poupança) ou capital/patrimônio na unidade de produção.

Os mercados construídos pelas famílias agricultoras estão expostos na Tabela 9. O comércio feito pelos SAFEs baseia-se essencialmente por cadeias curtas. As cadeias curtas de abastecimento são definidas por Schneider (2016 p. 12) como “a expressão dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo”. Estas novas formas resgatam a identidade e procedência dos alimentos, desfeita pela dinâmica das cadeias longas.

A eliminação, ou diminuição, dos intermediários nas relações de troca possibilita a reaproximação entre produtores(as) e consumidores(as). Dessa forma, novos critérios são incorporados aos alimentos além do preço, como “valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais.” (SCHNEIDER, 2016 p. 12). Assim, os(as) consumidores(as) sabem exatamente a procedência do alimento, a forma como ele foi produzido e, idealmente, pagam diretamente às famílias agricultoras, que retém a maior parcela do valor do alimento vendido.

De acordo com as entrevistas os mercados foram classificados em quatro tipos, com base na abordagem proposta por Schneider (2016), o qual propõe uma classificação para os mercados da agricultura familiar em convencionais (exemplo seria as *commodities*), institucionais (exemplos: PNAE, PAA), de proximidade social (exemplo: feiras) e territoriais (exemplo: cooperativas, empresariais). Além da tipologia de Schneider (2016), usou-se a noção teórica de Gazolla e Aquino (2021), sobre a emergência dos mercados alimentares digitais para criar um tipo ideal analítico destes mercados também junto aos SAFEs, conforme consta na Tabela 10.

Tabela 10. Canais de comercialização e mercados construídos pelos SAFEs

SAFE	Mercados e canais de comercialização							
	Mercados institucionais	%	Mercados de proximidade	%	Mercados digitais	%	Mercados territoriais	%
1	PNAE	80	Feira	10	WhatsApp	10	-	-
2	PNAE	15	Venda com entrega	80	Site da cooperativa Sicredi	5	-	-
3	PNAE/PAA	20	-	-	-	-	Supermercados	80
4	PNAE	25	Venda no SAFE	2,5	WhatsApp	2,5	Supermercados	70
5	-	-	Venda no SAFE	10	-	-	Empresa/Cooperativa	90
6	PNAE	60	-	-	Grupo de WhatsApp	20	-	-
7	PNAE	25	Feira	50	WhatsApp	5	Supermercados	20
8	PNAE	40	-	-	WhatsApp	50	Restaurante	10

9	PNAE	10	Venda no SAFE	15	WhatsApp	15	Supermercados/ Sorveteria	60
10	PNAE/PAA	70	Feira	30	-	-	-	-
11	PNAE	60	Feira/ Venda no SAFE	35	WhatsApp	5	-	-
12	PNAE/PAA	70	Venda no SAFE	5	WhatsApp	5	Supermercados/ Restaurante	20

Fonte: Elaborado com dados da Pesquisa de Campo (2021) com base em Schneider (2016) e Gazolla e Aquino (2021).

Esta pesquisa admitiu como mercados de proximidade a venda em feiras, a venda com entrega programada e a venda feita no SAFE. Os mercados de proximidade são aqueles formados com base em relações de reciprocidade, interconhecimento e confiança. Estes mercados valorizam mais a qualidade dos alimentos do que o lucro em si, sendo as trocas realizadas preferencialmente no local. Eles são socialmente construídos e característicos de comunidades rurais ou pequenos municípios, onde as trocas estão imersas em relações de amizade e confiança (SCHNEIDER, 2016).

A denominação de mercados locais foi utilizada para descrever a venda feita para supermercados, restaurantes, sorveterias, empresas privadas e cooperativas, que são intermediários entre as famílias agricultoras e consumidoras(es) e adicionam elementos como concorrência, controle de preços e oferta e demanda nas relações de troca. Os mercados locais e territoriais têm características parecidas com os mercados de proximidade, mas os agentes passam a considerar o lucro como um dos principais objetivos da relação. Para Schneider (2016), a maior diferença entre eles é que o segundo mercado admite um intermediário que distribui os alimentos, de forma que estes já não ficam restritos ao local.

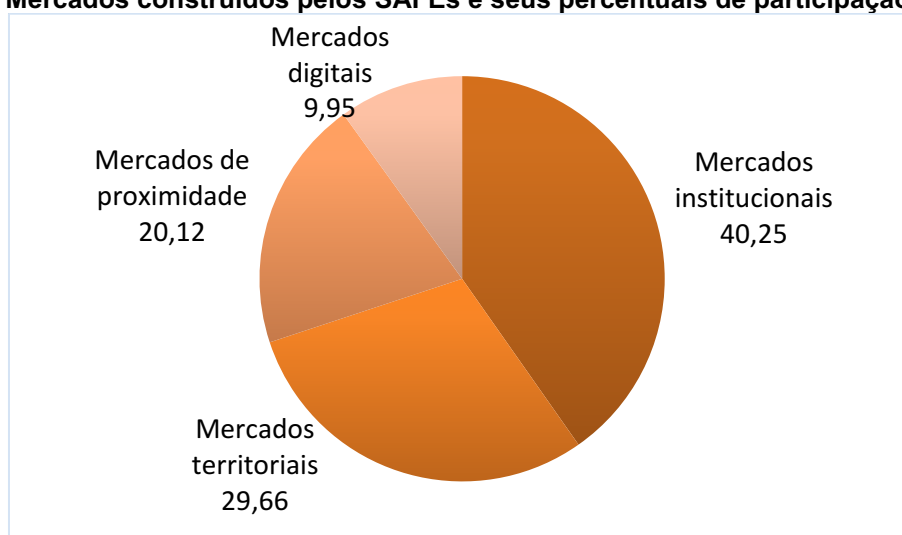
O terceiro tipo de mercado identificado pela pesquisa foram os mercados públicos ou institucionais, onde o agente de troca passa a ser o Estado ou uma organização pública não-governamental. São mercados de alto nível de regulamentação e fortemente orientados pela demanda, estes mercados são criados para atender a merenda escolar, instituições de saúde e cuidado e famílias em situação de vulnerabilidade social. Neste campo foram incluídos os sistemas de compras públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SCHNEIDER, 2016).

Além destes, a pesquisa também identificou a presença de mercados digitais. Segundo Gazolla e Aquino (2021), os mercados digitais são caracterizados como um canal de comercialização que está imerso nos mercados de proximidade. Sua

diferença principal é que a interface de relação não é somente social, mas também, tecnológica ou sociotécnica. Sendo assim as transações entre os atores sociais são feitas mediante dispositivos baseados nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Esta nova modalidade é uma novidade que emergiu principalmente por conta da pandemia do Covid-19, sendo uma alternativa construída pelas famílias agricultoras para se conectar com os(as) consumidores(as) em meio ao isolamento social. Esta pesquisa considera as vendas feitas pelo aplicativo de mensagens WhatsApp e o site elaborado pela Cooperativa Sicredi, como exemplos de mercados digitais.

A distribuição entre os quatro tipos de mercados está disposta no Gráfico 1. Nele é possível observar que os mercados institucionais são o principal canal de comercialização das agroindústrias, representando 40,25% das vendas totais realizadas. Onze das doze agroindústrias investigadas acessam mercados institucionais como PNAE e PAA, sendo que o SAFE 1 destina 80% de sua produção para estes canais. Estes dados corroboram com a literatura sobre dietas sustentáveis, a qual afirma que as compras públicas desempenham um importante papel, tanto para o desenvolvimento da agricultura ecológica quanto para o aumento da oferta de alimentos de boa qualidade para a população consumidora e urbana (SONNINO, 2019).

Gráfico 1 - Mercados construídos pelos SAFEs e seus percentuais de participação relativa (%)



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Os mercados territoriais são o segundo canal de comercialização mais acessado pelos SAFEs. Este grupo perfaz 29,66% das vendas totais e é formado por empresas privadas e cooperativas que fazem a conexão entre os SAFEs e as(os)

consumidoras(es). Cinco das doze agroindústrias comercializam para supermercados, sendo que quatro delas destinam mais de 50% de suas vendas para estes agentes. O SAFE 5 é o que mais comercializa para mercados territoriais, chegando a vender 90% de sua produção para este canal. Segundo a literatura sobre agroindústrias, a venda para intermediários pode diminuir a autonomia das famílias agricultoras em relação ao preço, que passa a ser estipulado pelo(a) comprador(a), além disso, o valor agregado da venda direta é maior, pois nesta modalidade ele é dividido com o agente intermediador (PLOEG, 2008; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Mesmo assim, os mercados territoriais possuem maior potencial de *scale up* dos SAFEs, pois podem ampliar vendas dentro das dinâmicas territoriais, bem como para fora do território, atuando como um “motor” comercial do desenvolvimento das agroindústrias ecológicas. Isso é muito importante, já que os mercados institucionais se encontram em situação de desmantelamento em nível de Estado e os mercados de proximidade social (cadeias curtas), muitas vezes, são mercados muito específicos, pequenos e sem escala viável que possa melhorar substancialmente os níveis de valor agregado e de vida das famílias que os constroem (SABOURIN, 2020; SCHNEIDER, 2016).

Em terceiro lugar estão os mercados de proximidade, que são as feiras e as vendas diretas feitas com entregas às(aos) consumidoras(es) e busca de alimentos no próprio SAFE. Estes canais possuem 20,12% das vendas dos SAFEs e são acessados por nove das doze agroindústrias investigadas. O SAFE 2 destina 80% de sua produção para este canal, sendo a agroindústria que mais comercializa em mercados de proximidade. A sua venda é feita diretamente para as(os) consumidoras(es) e o casal faz a entrega dos alimentos 3 vezes por semana. Já o SAFE 7 destina 50% de sua produção para este canal, mas faz a venda direta através da feira, que também é um mercado de proximidade muito importante para a reprodução das famílias agricultoras.

Para Sucupira (2016), as feiras são muito importantes para as mulheres agricultoras, pois, além de auferir maiores rendimentos devido a eliminação dos intermediários, nestes espaços elas podem se organizar politicamente, ter um espaço de socialização e visibilidade, trocar experiências e conversar sobre diversos assuntos como desigualdade de gênero, violência, saúde etc. Além disso, as feiras dos diversos tipos que existem no Brasil (de produtor, ecológicas, mistas, coloniais etc.) são

historicamente a principal forma de construção de mercados de proximidade social no Brasil (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Os mercados digitais são acessados pela maioria dos SAFEs investigados e se mostram um canal de comercialização em desenvolvimento, embora, ainda sejam muito baseados em plataformas de redes sociais que é um tipo específico de mercado alimentar digital (NIEDERLE et al., 2021). Eles representam 9,95% das vendas dos SAFEs e são acessados por nove das doze experiências pesquisadas. O SAFE 8 destina 50% de sua produção para vendas feitas através do aplicativo WhatsApp, sendo a agroindústria que mais utiliza este canal. O SAFE 6, por sua vez, comercializa 20% de sua produção pelo aplicativo, mas, o que chama atenção é que a família tem um grupo com cerca de 60 consumidoras(es), as(os) quais fazem encomendas semanais. Para Gazolla e Aquino (2021), os mercados digitais foram uma estratégia adotada pelas famílias agricultoras para se conectar com as(os) consumidoras(es) durante a pandemia, mas sua consolidação é relacionada com as novas convenções de qualidade, valorização do trabalho da agricultura familiar e dos alimentos ecológicos regionais.

O que se pode observar das experiências investigadas é que todas acessam pelo menos dois canais de comercialização, mesmo que destinem uma pequena parte de sua produção para o segundo canal, preocupando-se em não ficar reféns apenas de um canal, o que lhes diminuiria sua autonomia comercial e de gestão, como Schneider (2016) aborda em seus estudos. O crescente acesso a canais digitais foi outro achado da pesquisa, que corroborou com estudos sobre a inventividade das famílias agricultoras diante da pandemia, mostrando que as agroindústrias investigadas se esforçaram para acompanhar as novas tendências da tecnologia (GAZOLLA; AQUINO, 2021). Os dados também demonstram que a maioria dos SAFEs têm certa dependência dos mercados institucionais, o que pode prejudicá-los em caso de corte de verbas ou suspensão de programas (desmantelamento), como foi o caso da diminuição de repasses para o PAA a partir de 2013 (SIMONETTI, et al., 2021).

A diminuição de intermediários também foi notada em vários casos, em 9 SAFEs o comércio foi realizado por cadeias curtas, evidenciando o valor agregado da comercialização. As horas trabalhadas das famílias agricultoras em comercialização perfazer cerca de 12,47% das horas totais trabalhadas e geram um valor agregado

médio de R\$ 28.220,96 anuais. Este valor também pode ser interpretado como uma economia de custos, pois, uma vez que foram eliminados os intermediários foram adicionadas mais horas de trabalho para as famílias. Estas horas envolvem as encomendas, a separação dos alimentos, a rota das entregas e o tempo de abastecimento e manutenção dos veículos.

Portanto, pode-se afirmar que os altos níveis de valor agregado e renda líquida que foram encontrados nos SAFEs pesquisados se devem a algumas das estratégias de agregação de valor discutidas no capítulo 3, teórico. Entre elas pode-se observar: o comércio por cadeias curtas, que auferir maiores ganhos às famílias agricultoras ao diminuir ou eliminar os intermediários; a produção ecológica que gera um preço prêmio relacionado aos atributos de preservação ambiental e saudabilidade dos alimentos; as transformações alimentares (física, biológica e química, etc.) dos alimentos que passam pelo processamento, como no caso dos panificados e massas; a artesanidade da produção que é imersa em características locais da alimentação e a produção feita pela agricultura familiar, cada vez mais valorizada entre as(os) consumidoras(es) urbanas(os), que reconhecem as famílias agricultoras como produtoras de comida de verdade, que contribui para uma vida mais saudável.

5 A PARTICIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS NOS SAFES

Neste capítulo serão analisadas as entrevistas feitas com as agricultoras dos 12 Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs) da Região Sudoeste. O capítulo busca atingir os seguintes objetivos: b) Analisar a trajetória histórica das mulheres na constituição das agroindústrias familiares ecológicas; c) Averiguar a atuação das mulheres nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos das agroindústrias familiares; e d) Verificar se as atividades das mulheres agricultoras, nas agroindústrias familiares de alimentos ecológicos, contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e para a sua autonomia.

Através destes objetivos será possível responder a segunda parte do problema de pesquisa apresentado: qual a atuação das mulheres agricultoras no processo de agregação de valor dos alimentos? A abordagem utilizada para análise é o método da História de Vida Tópica, que tem como foco a criação das agroindústrias. O método foi aplicado através de entrevistas semiestruturadas que também visaram captar as atividades desempenhadas pelas agricultoras no dia a dia dos SAFEs. Além disso, neste capítulo serão apresentados os dados do calendário de força de trabalho, o qual mostra as horas trabalhadas no ano por gênero e por atividade. Esta análise, focada no sistema reprodutivo dos SAFEs, corresponde a etapa qualitativa da metodologia da pesquisa.

A primeira seção apresenta a história de vida das agricultoras com foco na criação das agroindústrias. A segunda apresenta a atuação das agricultoras nos processos de agregação de valor, com ênfase na divisão de tarefas e horas trabalhadas por gênero (ainda com dados do método do valor agregado) e, a última promove uma discussão sobre a transformação dos papéis de gênero (ou não) através da inclusão das agricultoras em atividades produtivas e públicas/institucionais.

5.1 Trajetória das agricultoras na constituição dos safes

Esta seção apresenta a história de vida tópica de cada uma das agricultoras interlocutoras da pesquisa, explicando como se deu o processo de criação dos SAFEs e como elas contribuíram para sua consolidação, nas dimensões da produção, comercialização e acesso a mercados, formalização, legislações alimentares e ambientais, sociais e de gestão. Serão apresentadas as atividades das famílias antes da criação da agroindústria, quem teve a ideia e iniciativa de começar os processos

de agroindustrialização e se tiveram auxílio de algum órgão externo ou organização para constituir sua unidade de processamento agroindustrial.

Os 12 SAFEs investigados têm histórias bastante diferentes, mas que se parecem em alguns aspectos. A maior parte das famílias investigadas buscava uma alternativa de geração de renda e maior inserção nos mercados alimentares, também houve casos em que elas se cansaram da vida nos espaços urbanos e decidiram mudar drasticamente sua rotina para ter maior qualidade de vida e segurança. O ponto em comum destas unidades de produção é a preocupação com a sustentabilidade, cuidado com a natureza, com as(os) consumidoras(es) e com a família.

Através da conversa com as agricultoras foi possível captar diversas nuances do seu trabalho, do seu dia a dia, na “*lida*” com as plantas e panificados e no seu amor pelo que fazem, seja na horta ou nas cozinhas. Todas elas se mostraram orgulhosas de fornecer alimentos de boa qualidade para a merenda escolar das crianças e contaram que suas(seus) clientes, ao longo dos anos, se tornaram amigas(os) e que “*um ajuda o outro*” (ENTREVISTADA SAFE 2: Coronel Vivida, 2021), confirmando o que a literatura fala sobre as relações de proximidade e valores sociais compartilhados que são desenvolvidos através das interações entre agricultoras(es) e consumidoras(es) em cadeias curtas alimentares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; SUCUPIRA, 2016).

A história de vida típica das mulheres entrevistadas será apresentada no Quadro 5 a seguir, onde se resumem os principais acontecimentos de sua participação da criação dos SAFEs. Nesta etapa buscou-se caracterizar as agricultoras entrevistadas, apresentando sua idade, escolaridade e se tem filhas(os). A partir daí conta-se a história dos SAFEs por meio do olhar delas, que falaram sobre as atividades que desempenharam no processo de criação das agroindústrias e o que fazem atualmente.

Quadro 5 - História de vida das agricultoras dos SAFEs

SAFE 1	A agricultora tem 48 anos, concluiu o ensino médio e tem e um filho de 19 anos. Iniciaram as atividades em 2018, antes disso moravam em Curitiba, sendo ele marceneiro e ela vendedora de uma grande loja de móveis. Naturais de Chopinzinho, os dois tinham planos de voltar para o interior quando fossem idosos, mas ao serem assaltados na capital e notarem que o filho, na época com 8 anos, não tinha liberdade para brincar na rua e passava pouco tempo com os pais, decidiram voltar antes. O casal então vendeu a casa que tinha em Curitiba e comprou uma área em sua cidade natal e construiu uma nova moradia, que logo seria a sede da agroindústria. Desde o início, os planos foram de produzir alimentos orgânicos, devido à preocupação com a saúde da família e para atender aos mercados locais. Começaram as atividades com
--------	---

	<p>vacas de leite e panificados e posteriormente, passaram a também produzir morangos, geleias, molhos e frutas.</p> <p>Ela tomou a iniciativa de entrar em contato com as instituições, fez cursos de formação na área, acessou os mercados institucionais através do PNAE e fazia a produção dos alimentos. As compras de insumos para a cozinha foram e ainda são feitas por ela, e o financiamento que a família fez para montar a cozinha é em seu nome.</p> <p>A agricultora contou com o apoio da Associação das Mulheres Rurais – AMR do município e do IDR, que auxiliaram com cursos e com o projeto para a construção da cozinha da agroindústria familiar, conforme exigido pela legislação sanitária.</p> <p>Ela fez cursos de panificados e de queijos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.</p> <p>Atualmente a agricultora participa de todos os processos da agroindústria, desde a produção, gestão financeira e comércio. A renda é compartilhada e gerida pela agricultora e seu esposo em conjunto, e ela tem liberdade de usar o dinheiro como preferir.</p>
SAFE 2	<p>A agricultora tem 54 anos e estudou até a quarta série e tem 4 filhos, sendo 3 mulheres (26, 29 e 30 anos) e um homem (35 anos).</p> <p>O casal tem o sítio onde mora há 37 anos, herdado pelo esposo de seus pais. Antes de iniciar as atividades da agroindústria produziam leite.</p> <p>Devido a necessidade de pagar dívidas que contraíram, o seu esposo foi trabalhar em uma usina no estado do Mato Grosso, enquanto ela ficou sozinha cuidando das vacas de leite e trabalhando na lavoura para as fazendas da região. Na época, todos os 4 filhos já haviam deixado a propriedade e moravam na cidade com suas famílias.</p> <p>Assim, há 12 anos a agricultora teve a ideia de vender verduras e panificados e começou a produção sozinha. Ela contou que fazia as massas e montava as cestas de verduras em um carrinho de mão e caminhava 1 quilometro até chegar no asfalto onde o ônibus passava para levá-la até a cidade. Lá, ela tinha outro carrinho de mão que deixava em um salão de beleza. Então, colocava os alimentos no carrinho e seguia oferecendo seus produtos pelas lojas ao redor da rodoviária e no centro. As 18h da tarde, pegava outro ônibus e ia até a casa de sua filha onde, em outro carrinho de mão, continuava a venda pelos bairros.</p> <p>Ela disse que ficou trabalhando dessa forma por um bom tempo, até que seu marido voltou para casa. Eles conseguiram quitar as dívidas e compraram um carro, que facilitou muito as entregas. A agricultora contou que seu esposo era contra ela sair para vender os produtos, disse que ele tinha vergonha, mas que quando notou que dava resultado financeiro ele começou a atender os clientes e vender junto com ela.</p> <p>A agricultora começou a produção sem insumos químicos e disse que os venenos lhe fazem passar mal. Ela disse que foi difícil no início, pois a produção orgânica requer muito trabalho, mas quando as plantas estão saudáveis elas produzem muito bem.</p> <p>Os cursos de capacitação que a agricultora participou foram: panificados, plantas medicinais, queijos, manejo de alimentos, alimentos orgânicos, produção de adubo e organização da unidade de produção. A instituição provedora foi o SENAI.</p> <p>As atividades que ela desempenha hoje são mais ligadas a agroindústria de panificados e ao processamento das verduras e hortaliças, mas ela contou que também trabalha na produção primária, principalmente no plantar e colher.</p> <p>Hoje a agroindústria é o “<i>remédio</i>” da agricultora, como ela afirmou, pois sofreu de depressão e chegou a ter ataques epiléticos. Ela contou que o trabalho a curou e que mesmo que seja cansativo, lhe mantém ocupada e garante a independência financeira e o contato com outras pessoas, o que também lhe ajudou muito.</p> <p>A agricultora faz a gestão do dinheiro da agroindústria e dos processos de produção ligados aos panificados. A gestão da produção das hortaliças e verduras é compartilhada com o esposo.</p>
SAFE 3	<p>A agricultora tem 37 anos, estudou até o ensino médio, mas não o completou e tem 3 filhos, sendo duas meninas (16 e 13 anos) e um menino (5 anos).</p> <p>Iniciaram as atividades em 2017, antes ambos trabalhavam na cidade. Ela era zeladora de um restaurante e quando o filho mais novo nasceu, em 2016, encontrou dificuldades para continuar no mercado de trabalho, pois o filho pequeno demandava bastante cuidados. A partir daí começaram a planejar algo para tirar renda da terra que possuíam.</p>

	<p>Desde o início da produção, a família utilizou insumos biológicos devido à preocupação com a saúde. O casal decidiu iniciar as atividades com o cultivo e venda de verduras, foram juntos procurar um espaço para venda nos supermercados e realizaram a maior parte das atividades em conjunto.</p> <p>A agricultora se envolveu, especialmente, em assuntos como: encomendar códigos de barras e selos para os alimentos para começar a venda para os supermercados, além de trabalhar na produção primária e no processamento dos alimentos.</p> <p>Ela também buscou auxílio da EMATER para acessar o PRONAF Mulher ou o PRONAF Jovem, a fim de montar uma estufa para o cultivo de morangos, porém os técnicos lhe falaram que ela não conseguiria acesso aos programas e que os financiamentos deveriam ser feitos pelo Plano Safra.</p> <p>Ela participou de cursos sobre cultivo de batata doce e mandioca pelo IDR, porém não conseguiu fazer cursos sobre agroindústria devido a pandemia.</p> <p>A produção primária é feita por toda a família (o casal e as duas filhas), já o processamento dos alimentos é feito pela agricultora e suas duas filhas e a entrega dos alimentos é feita pelo esposo.</p> <p>A renda é familiar, no entanto, ela não tem acesso direto aos ganhos da agroindústria, o único dinheiro que ela tem para si é da produção de queijos (que não havia sido mencionada na época da coleta de dados financeiros).</p>
SAFE 4	<p>A agricultora tem 48 anos, estudou até a quinta série e tem duas filhas uma de 24 e outra de 17 anos.</p> <p>Começaram as atividades há 17 anos, mas antes já vendiam mandioca, tomate e ervilhas e até montaram uma fábrica de cadeiras artesanais. Na época o esposo dela conversou com um parente que já trabalhava com orgânicos e ele começou a fazer cursos, e desde então, a família atua na atividade.</p> <p>Segundo ela, iniciaram na agroindústria porque o rendimento é maior. No começo, não tiveram apoio de instituições.</p> <p>A agricultora participou de todos os processos de constituição da agroindústria, desde a construção das estufas, limpeza de terreno, produção primária e processamento até as partes burocráticas e administrativas. A única atividade que ela não desempenhou foi a entrega para fora da propriedade, mas quando alguém vem buscar os alimentos ela atende e vende.</p> <p>Ela não fez nenhum curso e não tem contato com instituições rurais e bancárias.</p> <p>Hoje ela e as filhas fazem a produção primária e o processamento, deixando tudo pronto para o esposo ou o genro fazerem as entregas/vendas. As funções são divididas dessa forma: a agricultora cuida da produção primária, do processamento, do trabalho doméstico e de cuidados e das refeições. O seu esposo cuida das entregas/vendas e da administração do dinheiro.</p> <p>As decisões de produção são tomadas em conjunto, mas o esposo é quem as executa. Ela não tem acesso fácil ao dinheiro da família, não mexe na conta bancária do esposo, quando precisa de dinheiro ela pede para ele.</p>
SAFE 5	<p>A agricultora tem 36 anos, cursou o ensino médio completo e tem dois filhos, um menino de 14 anos e uma menina de 18.</p> <p>Iniciaram a produção de mel há 28 anos, sendo que a agricultora participa mais ativamente da agroindústria há 15 anos. Sempre trabalharam com mel e leite. A agricultora já era produtora de leite antes de se casar, junto de seus pais.</p> <p>A criação da agroindústria foi de iniciativa de seu esposo, que já gostava de trabalhar com abelhas desde a época em que namoravam. Ela contou que participou de todas as etapas da criação da agroindústria, desde a confecção das caixas de abelhas até o processamento do mel e a administração dos recursos financeiros.</p> <p>O casal sempre trabalha junto em todas as atividades e as decisões de produção são tomadas em conjunto, entretanto, negociações financeiras e de vendas geralmente são feitas pelo esposo.</p> <p>Ela não participou de nenhum curso de capacitação, principalmente devido a pandemia, mas tem contato com o IDR que lhe ofereceu vídeo aulas de cursos on-line.</p> <p>A agricultora contou que a agroindústria representa para a família mais renda, mais oportunidade e um trabalho que faz bem para o meio ambiente, pois as abelhas são importantes para a natureza. Ela disse que é um trabalho que gosta muito de fazer e tem muita admiração pelas abelhas.</p>

	<p>A renda é indivisível, e ela expressou que tem liberdade para usar o dinheiro, quando precisa, da forma que achar melhor.</p>
SAFE 6	<p>A agricultora tem 40 anos, concluiu o ensino médio e tem uma filha de 21 anos que mora na propriedade.</p> <p>Iniciaram as atividades no SAFE há 8 anos, antes disso foram caseiros de uma fazenda e moraram um ano na cidade. Neste tempo, ela trabalhava como auxiliar de serviços gerais, merendeira e atendente de sala da APAE.</p> <p>Desde o início da criação da agroindústria, trabalharam com o plantio de verduras e hortaliças, mas comercializavam em pouca quantidade, pois não tinham acesso a programas institucionais, vendiam apenas diretamente para as(os) consumidoras(es) da cidade.</p> <p>Na formação do SAFE, a agricultora participou da produção primária, processamento, vendas e contato com instituições como o IDR e a prefeitura municipal para adequação frente a legislação alimentar, a fim de entrar nos editais de merenda escolar (PNAE).</p> <p>A agricultora já participou de cursos de capacitação pela Codesafa Cooperativa De Desenvolvimento Da Agricultura Familiar De Honório Serpa. A única atividade da qual ela não participa é a administração da renda, negociações bancárias (apenas acompanha o esposo por ser a primeira titular da conta) e algumas decisões em relação aos insumos, por não entender, segundo ela, sobre o processo de adubação da terra.</p> <p>A Codesafa é instituição que os auxilia a entregar os alimentos para a merenda escolar. Nessa entidade, os documentos estão em nome da agricultora para atender a cota necessária de mulheres nos programas institucionais.</p> <p>Não há divisão da renda da família, e a agricultora afirmou que tem liberdade para usar o dinheiro para o que for necessário. Quando compram bens de maior valor eles decidem juntos.</p>
SAFE 7	<p>A agricultora tem 41 anos, concluiu o ensino médio e tem uma filha de 19 anos que mora e trabalha na propriedade.</p> <p>Estão há 21 anos no ramo de hortifruti. Ela nasceu e foi criada no espaço rural e seu esposo morava na cidade. A terra da família veio como herança dos pais da agricultora. Ela sempre quis trabalhar com alimentos orgânicos e participar das feiras de produtoras(es) rurais. Para isso, participou de diversos cursos sobre produção orgânica e é bastante ligada a ideia de produzir alimentos saudáveis e livres de veneno para suas(seus) clientes e para sua família. Foi de sua iniciativa a criação da agroindústria, sendo ela a responsável pela sua criação e consolidação.</p> <p>A agricultora participa de todas as etapas do processo produtivo, sendo responsável, junto com sua filha, pela maior parte da produção primária e de todo o processamento da agroindústria. Além disso, a agricultora também comercializa na feira, enquanto seu esposo faz as entregas para os supermercados e para a merenda escolar. A venda direta também é feita por ela e sua filha.</p> <p>Ela já fez cursos sobre alimentos orgânicos e produção de adubo pela Rede Ecovida. A renda da família já foi unificada, mas há três anos ela pediu para que a parte da merenda escolar e da feira ficassem sob sua administração. Ela não contou o motivo dessa alteração, mas este período coincide com o tempo que a família começou a ser certificada pela Rede Ecovida, organização que tem como um dos seus princípios a igualdade de gênero nos espaços rurais.</p> <p>A agricultora salienta que, ao longo de sua experiência, observou que os espaços rurais se tornaram lugares com menos desigualdade entre homens e mulheres. Entretanto, ela afirmou que ainda recebe olhares admirados de homens quando está dirigindo seu trator, visto que essa ainda é uma tarefa atribuída, majoritariamente, a eles.</p> <p>Para ela, as novas gerações estão mudando a dinâmica de trabalho entre homens e mulheres nos espaços rurais, incluindo mulheres em assuntos que antes eram considerados apenas de homens (como, por exemplo, assistência técnica). Ela nota que essas mudanças vêm ocorrendo, mais intensamente, nos últimos 6 anos e espera que sigam mudando ainda mais.</p>
SAFE 8	<p>Esta agroindústria é bastante diferente das demais, pois este é um empreendimento começou que há menos de 2 anos e é colaborativo, são duas famílias associadas na</p>

	<p>produção de alimentos orgânicos. No entanto, as mulheres não trabalham no espaço rural. O contato foi feito com uma delas que contou a história da agroindústria, por sua perspectiva.</p> <p>Ela tem 27 anos, é formada em ciências contábeis e não tem filhos. O casal reside na zona urbana e ela exerce a profissão de contadora. Neste caso, ela não participa das decisões de produção, negociações financeiras e nem da produção, sua maior contribuição na agroindústria é no auxílio dos registros contábeis. Ela também participa na venda dos morangos produzidos pelo SAFE. Seu marido criou a agroindústria para incentivar a produção de orgânicos na região.</p> <p>Antes de iniciar as atividades do SAFE ele trabalhava na cooperativa Cresol. Ele é técnico agrícola e contador graduado. A área utilizada para o plantio é do sócio de seu esposo e antes de começarem a trabalhar na agroindústria eles criaram a associação. A renda é bem dividida, pois ela tem sua profissão independente da agroindústria, dessa forma eles dividem as contas da casa onde vivem, mas cada um controla seu próprio dinheiro.</p> <p>Apesar do pouco contato com a produção, ela afirma que a agroindústria é uma conquista e um empreendimento muito importante para a região e para a produção de alimentos saudáveis, que são livres de venenos. Sua fala carregava bastante orgulho do trabalho do esposo, demonstrando entender o significado da produção de alimentos saudáveis para o bem-estar da comunidade e do planeta.</p>
SAFE 9	<p>A agricultora tem 37 anos, estudou até a oitava série e tem duas filhas gêmeas de 17 anos.</p> <p>Iniciaram as atividades há 6 anos. Antes de trabalhar com os morangos a família tinha horta com produção de verduras.</p> <p>No início o casal trabalhava junto na agricultura, mas com o tempo o esposo começou a trabalhar de eletricitista e o trabalho na horta ficou puxado para ela sozinha, principalmente em dias de chuva. Por isso o esposo teve a ideia de montar estufas, que facilitavam o trabalho. Primeiro pensaram em plantar tomates, mas devido ao peso das caixas optaram pelo morango, que era mais fácil para ela trabalhar sozinha.</p> <p>Na criação da agroindústria a agricultora esteve envolvida na produção primária e no processamento dos morangos, sendo toda a parte administrativa, financeira e de vendas feita pelo esposo.</p> <p>As filhas também trabalham na produção dos morangos e dividem a responsabilidade do trabalho doméstico com a mãe. As decisões de produção são tomadas entre toda a família, as filhas têm muito interesse em aprender sobre a administração da produção, por isso são incluídas no processo.</p> <p>A agricultora fez cursos de capacitação pelo IDR.</p> <p>Para ela, a agroindústria representa mais reconhecimento e renda, ela percebe que a sua independência financeira aumentou. Para incentivar as filhas o casal paga um salário para que elas trabalhem na produção, além disso, elas sempre levam morangos para vender na escola e este dinheiro fica para elas.</p> <p>O casal tem uma conta conjunta no banco e uma conta separada só do esposo, que cuida de todas as negociações financeiras. Apesar disso, ela tem liberdade para usar o dinheiro como preferir, pois o dinheiro é de toda a família, como ela salientou.</p>
SAFE 10	<p>A agricultora tem 53 anos, ensino médio incompleto e uma filha de 22 anos. Ela iniciou a agroindústria sozinha há 3 anos, antes disso ela morava em Curitiba e era proprietária de uma empresa de segurança com seu ex-marido.</p> <p>Depois da separação ela viveu um tempo em Curitiba, trabalhou em uma agropecuária e depois em uma adega de vinhos, mas, nessa época, sua irmã que cuidava dos pais idosos teve diagnóstico de câncer e, por conta da doença, precisava de ajuda.</p> <p>Assim, a futura agricultora começou a trabalhar a noite em uma farmácia e de dia como diarista a fim de ter tempo livre nos finais de semana para viajar e prestar assistência à família. A irmã dela lutou oito anos contra o câncer, mas infelizmente faleceu. Quando isso aconteceu ela tomou a decisão de sair da capital para morar com os pais novamente e cuidar deles.</p> <p>Sua sobrinha foi quem lhe deu a ideia de começar uma agroindústria de panificados, dessa forma ela tomou a iniciativa e começou o empreendimento sozinha, realizando</p>

	<p>desde a busca por empréstimos, orçamentos de construção da cozinha até a produção, venda e administração.</p> <p>Ela teve apoio da prefeitura municipal, do IDR e da cooperativa Coofpato – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Pato Branco. Além do trabalho na agroindústria ela também trabalha com o pai na lavoura, com os animais da propriedade e a tirar leite.</p> <p>A agricultora fez cursos sobre panificados pelo Grupo Educacional Seduc Intec, em Curitiba.</p> <p>A agroindústria representa para a agricultora mais renda, autonomia, independência, reconhecimento do seu trabalho e um lugar de socialização com as pessoas.</p> <p>A renda da família é conjunta e administrada por ela, que consegue tirar da agroindústria o seu sustento, reinvestir no empreendimento e ajudar a filha que ficou morando em Curitiba para fazer faculdade.</p>
SAFE 11	<p>A agricultora tem 44 anos, estudou até a sétima série e tem três filhos: duas meninas (20 e 23 anos) e um menino (12 anos). Iniciaram as atividades há 10 anos, antes disso produziam leite.</p> <p>Ela foi convidada a participar do PNAE, dessa forma foi de sua iniciativa começar a produção de panificados, sendo ela responsável por todos os processos de criação da agroindústria.</p> <p>No começo ela fazia os panificados em uma lavanderia onde improvisou uma cozinha, mas quando aumentou a produção surgiram as demandas sanitárias e ela teve que construir uma cozinha adaptada para essa finalidade.</p> <p>A agricultora faz todo o processo produtivo, de gestão e de comercialização dos alimentos. Ela tem CNH e um carro que comprou junto com uma das filhas, que é a que trabalha com ela na produção (a outra filha mora na cidade com a família). Hoje a agroindústria representa para ela reconhecimento do seu trabalho, um lugar de socialização com outras pessoas e independência financeira.</p> <p>Ela fez curso de boas práticas na cozinha pelo SENAR. A agricultora afirmou que recebeu bastante incentivo da cooperativa Codesafa, que faz a intermediação da merenda escolar, do IDR que auxiliou no projeto da projeção da cozinha e da prefeitura que oferece os serviços da nutricionista que auxilia nas receitas e faz a vigilância sanitária.</p> <p>Seu marido continua na produção de leite e na lavoura, enquanto ela tem a agroindústria. Dessa forma, a renda da família fica dividida: ela tem o ganho da agroindústria para usar como quiser e ele tem o ganho da lavoura e do leite.</p>
SAFE 12	<p>A agricultora tem 43 anos, é graduada e pós-graduada e tem três filhos: dois meninos (13 e 17 anos) e uma menina (6 anos). Iniciaram suas atividades há 5 anos. Antes disso, ela era professora de português, inglês e educação infantil e ele trabalhava na Cooperativa de Crédito Sicredi.</p> <p>O casal se cansou da vida corrida da cidade e por isso decidiram ir para o interior, inicialmente como caseiros de um aviário em Santa Catarina, mas logo voltaram para o Paraná e construíram todas as instalações do sítio, que foi herdado pelo esposo.</p> <p>A agricultora participou de todos os processos de criação da agroindústria, e atua na produção primária, processamento, comércio e gestão financeira – que é feita em conjunto.</p> <p>No início trabalhavam com vacas de leite, mas tiveram muitas perdas e então, com ajuda do irmão da agricultora plantaram pepinos, mas também tiveram perdas devido ao clima da região.</p> <p>Atualmente trabalham com hortaliças minimamente processadas, verduras e mudas que são orgânicas. Além disso o casal também trabalha com mel e a agricultora faz queijos para venda e consumo, entretanto, como são atividades relativamente novas eles ainda não sabem quanto ganham com isso.</p> <p>A agricultora fez curso sobre formação de lideranças pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.</p> <p>A renda da família é unificada e, a compra de insumos e vendas é feita em conjunto pelo casal. As decisões de produção são orientadas pela Associação de Produtores Orgânicos de Coronel Domingos Soares (Aprocel), da qual eles fazem parte.</p>

	Hoje a agroindústria representa para a agricultora mais renda e um lugar de socialização com outras pessoas, além de ter mais autonomia e controle sobre o seu trabalho.
--	--

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A partir das entrevistas, observa-se que as agricultoras têm entre 27 e 54 anos, sendo a média de idade do grupo de 42 anos. Seis das 12 entrevistadas não concluíram o ensino médio, 4 delas pararam os estudos ainda no ensino fundamental e 2 chegaram ao ensino médio, mas não terminaram. A agricultora do SAFE 11 afirmou que não tinha acesso a transporte para ir estudar na cidade e, por conta disso, largou os estudos. Esse aspecto aponta para a dificuldade que as mulheres dos espaços rurais encontram para dar continuidade a seus estudos, como já evidenciado por Demetrio (2019) em estudo de agricultoras que participam em cadeias curtas (feirantes) em Guarapuava/PR. Apenas 4 das 12 mulheres concluíram o ensino médio e duas delas tinham formação em curso superior, mas uma delas não exerce a profissão de agricultora.

A participação das agricultoras na criação dos SAFEs se deu principalmente na produção primária (100%), processamento (100%), processos de registro/burocráticos (83,33%), administração (75%), acesso a mercados (66,66%), vendas (66,66%) e contato com instituições como IDR, associações e prefeituras (66,66%), além de cuidarem do trabalho doméstico e das refeições da família. Neste sentido, observa-se que o trabalho realizado pelas agricultoras vai além de atividades do espaço privado (trabalho doméstico), pois na maioria das vezes elas participaram também de atividades no espaço público.

Esse aspecto pode demonstrar uma tendência de mudança dos papéis sociais de gênero nos espaços rurais, pois Boni (2005), Paulilo (2016) e Schwendler (2009) observaram, em seus contextos de pesquisa, que a realidade das agricultoras, em muitos casos, era de total exclusão da gestão financeira e das atividades como contato com a assistência técnica, instituições e construção dos mercados.

No entanto, mesmo exercendo um conjunto de atividades no espaço público, em todos os casos elas eram responsáveis pelo trabalho doméstico. Isso indica que as agricultoras estão cada vez mais ativas na produção, processamento e administração dos recursos, entretanto, os homens não estão participando (ou participam pouco) das atividades ligadas a reprodução da família. Este fato é confirmado pelo Censo Agropecuário 2017, o qual mostra que as mulheres dedicam

cerca de 21,3 horas semanais para trabalho doméstico e de cuidados, enquanto os homens, 10,9 horas semanais (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2019).

Três, dos 12 SAFEs, foram criados por famílias que não eram residentes nos espaços rurais, mas decidiram se mudar para o campo em busca de maior qualidade de vida (neorurais). Esta busca pela vida no campo tem relação com a vontade de maior contato com a natureza, a reconexão com modos de vida ancestrais, produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e melhores níveis de saúde física e mental. As agricultoras entrevistadas demonstraram em suas falas autoestima em desempenhar seu trabalho nos SAFEs, principalmente devido a produção ecológica e a entrega de alimentos para a alimentação escolar.

Apenas no SAFE 8 a família reside no espaço urbano, este empreendimento se destaca dos demais pela diferença de organização social e divisão do trabalho. Por ser um empreendimento colaborativo, duas famílias estão envolvidas, entretanto, a família que reside no rural não quis participar das entrevistas, por isso foi incluída na amostra a fala da esposa do agricultor que mora na cidade (é contadora). Apesar de não residir no espaço rural a entrevistada demonstrou grande valorização pela realização do esposo, e afirmou que a agroindústria é importante para região, para incentivar a produção de orgânicos e para o meio ambiente, por ser sustentável.

Essa noção da importância de empreendimentos sustentáveis e ecológicos é observada nas narrativas de todas as agricultoras entrevistadas. Isso corrobora com o exposto por Pacheco (1997) e Siliprandi (2015; 2000) sobre o maior envolvimento que as mulheres geralmente têm com alimentação saudável e sustentável. Isso se deve, primeiramente, por elas serem responsáveis pelo cuidado com a família e com o meio ambiente. Para elas, a natureza gera vida e deve ser preservada.

Siliprandi (2015) constata, em seu estudo com mulheres camponesas e agroecologia que, na maioria dos casos, a transição ecológica é operacionalizada pelas mulheres. Nesta pesquisa, foi possível identificar 5 casos (SAFEs 1, 2, 7, 10 e 12) em que as mulheres foram protagonistas desta mudança (41,6%). Isso confirma o exposto pela autora de que as mulheres rurais geralmente estão mais envolvidas na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, evitando o uso de insumos químicos. O reconhecimento de que os agroquímicos causam malefícios e por isso devem ser evitados, pode ser notado na fala da agricultora do SAFE 2:

É orgânico, a gente não trabalha com veneno. Eu comecei já assim, uma coisa bem saudável, porque as pessoas só lidam com veneno. Eu toda vida fui do lado do saudável [...]. Eu não gosto de veneno, [...] se passarem veneno perto eu já quase morro vomitando, me ataca ânsia, eu passo mal. Então, eu penso assim, que as coisas têm que ser naturais, tem que ser saudáveis, que você coma; você pode ir lá na roça pegar uma verdura e comer, um tomate, um moranguinho e não tem veneno, não tem nada. (ENTREVISTADA SAFE 2: Coronel Vivida, 2021).

Produzir alimentos ecológicos é algo que causa grande orgulho às agricultoras, tanto por preservarem o meio ambiente quanto por compartilharem com as(os) consumidoras(es) alimentos de boa qualidade e de confiança: “É algo muito bom que hoje nossa saúde precisa, que quanto menos veneno [melhor]. Eu acho extraordinário, porque é orgânico, é saudável, é bom e ver o trabalho crescer, para mim é uma conquista [...]” (ENTREVISTADA SAFE 8: Palmas, 2021).

Onze das 12 mulheres entrevistadas fazem entregas para a alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em alguns casos o PNAE (principalmente em agroindústrias de panificados), juntamente com outros programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) perfazem a maior parte da renda dos SAFEs. As agricultoras que fornecem para a merenda escolar não escondem sua satisfação:

[...] Em novembro do ano passado eu fiz 400 pães, tudo de um quilo. Nossa, não tinha mais onde por pão ali, mas terminei super, super cansada, mas a alegria da gente era ver assim que eu estava satisfeita com o que eu fiz. Saber que você fez para tanta gente comer, isso é uma coisa que enche a gente de alegria.” (ENTREVISTADA SAFE 11: Honório Serpa, 2021).

Cinco dos 12 SAFEs começaram suas atividades por iniciativa do casal (41,66%), 4 SAFEs foram criados por iniciativas das agricultoras (33,33%) e 3 SAFEs foram criados pelos agricultores (25,01%). Em todas as unidades de produção as agricultoras contribuíram para a formação das agroindústrias, principalmente com o trabalho na produção primária e no processamento. Apesar de sua participação ser mais ativa na produção e na agroindústria, todas elas comercializam pelo WhatsApp e deixam tudo preparado para os esposos entregarem, nos casos em que não fazem as entregas.

A relação das agricultoras com os SAFEs é de muito trabalho, além disso é representada por elas com ideias como: mais renda (91,66%), um espaço de socialização (83,33%), mais trabalho (58,33%), mais autonomia (83,33%) e um empreendimento que gera reconhecimento (50%). A renda foi o aspecto mais citado

pelas agricultoras, a única que não disse que a agroindústria aumentou a renda da família foi a entrevistada do SAFE 8, que não é agricultora e cuja agroindústria ainda está nos primeiros anos de funcionamento.

O aumento da renda das famílias agricultoras, através das agroindústrias, é evidenciado por diversos autores como Wilkinson e Mior (1999), Maluf (2004), Mior (2005), Lima et al. (2005) e Gazolla et al. (2016). Corroborando com a literatura sobre agroindústrias e o valor agregado, nesta pesquisa também se observou que o processamento dos alimentos ecológicos, aliado a produção artesanal e venda por cadeias curtas, proporciona maiores ganhos para estas famílias.

Sete, das 12 agricultoras, afirmaram que a agroindústria demanda mais trabalho do que a produção primária e do que os outros trabalhos que desempenharam na cidade, mas isso não faz com que a dinâmica do trabalho seja ruim, como explica a agricultora do SAFE 3:

“Trabalho, eu tenho mais hoje, mas estou trabalhando no que é meu, estou dentro de casa. Se eu não me sentir bem eu venho aqui, sento ou deito, e ninguém vai falar nada. Quando você trabalha fora, você estando bem ou não, você tem que ir [...] E, se choveu a gente não tem como fazer nada lá fora, a gente fica em casa, é mais sossegado nessa parte [...]” (ENTREVISTADA SAFE 3: Vitorino, 2021).

A fala da agricultora demonstra que o trabalho rural tem uma relação com o tempo diferenciada do trabalho urbano – que tem um controle maior horário marcado e contabilizado. Esta relação com o tempo proporciona outro estilo de vida a estas agricultoras, de forma que o trabalho para elas não é apenas uma obrigação, mas algo que lhes proporciona prazer. A agricultora do SAFE 2 chegou a dizer que se parar de trabalhar fica doente e que a agroindústria foi o seu remédio em um período em que sofreu de depressão: *“[...] antes de eu começar esse trabalho eu era bem doente, agora serei por causa disso eu acho [...] Acho que se eu parar eu vou para cama, então tem que continuar trabalhando”* (ENTREVISTADA SAFE 2: Coronel Vivida, 2021).

O espaço de socialização, criado pelas agroindústrias, é resultado das cadeias curtas de comercialização, como demonstrado pelos estudos de Niederle (2013) e Gazolla e Schneider (2017). Como mencionado pelos autores, essas relações, de proximidade social, são fruto de interações ao longo do tempo em cadeias curtas alimentares. Isso também pode ser evidenciado pela fala da agricultora do SAFE 7: *“[...] teve cliente, aquele tipo família, que familiarizou, entende? Eles vêm*

fazer visita, conhecer a propriedade da gente, conversar [...]” e do SAFE 2: “São doze anos que meus clientes permanecem comigo, desde quando eu comecei. [...] A gente tem cliente que é quase uma família.”

Outra forma de socialização fica a cargo das instituições sociais como o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), cooperativas e associações. A maioria das mulheres tem contato direto com estas instituições e participam de cursos e formações sobre plantio, boas práticas sanitárias e organização das agroindústrias. Apesar da pandemia ter descontinuado a maioria dos encontros presenciais, algumas delas afirmaram assistir cursos online enviados pelas técnicas do IDR. A maior parte do contato das agricultoras com esta instituição é feito através das funcionárias que são técnicas agrícolas ou agrônomas. Todas elas mencionaram pelo menos uma vez durante as entrevistas o nome das agrônomas extensionistas que trabalham no IDR. Isso demonstra que a presença de mulheres, em órgãos de assistência técnica, é essencial para democratizar o acesso das agricultoras a este tipo de orientação.

Apesar dessa maior inclusão das mulheres nos assuntos de assistência técnica e na organização de associações, a entrevistada do SAFE 7 afirma que estas mudanças são recentes, pois:

“Não existia essas coisas e as mulheres passavam por baixo as vezes [desapercebidas ou não incluídas]. Até agora eles dão risada. Quando eles faziam as visitas [técnicas], se aparecesse mulher lá no grupo enquanto estava conversando eles não gostavam que fosse. A mulher ficava espiando, muitas vezes numa fresta da casa ou na “veradinha” da janela. Assim ficava com o olho lá e não participava. Porque não existia mulher que ia junto e participava, porque tinha aquele gênero firme que não queria abrir mão.” (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021).

Essa agricultora é certificada pela Rede Ecovida e disse que nos últimos cinco anos notou bastante diferença nos espaços rurais, principalmente relacionado a inclusão das mulheres na tomada de decisão das unidades de produção. Isso pode ser considerado reflexo da agroecologia, que busca a valorização do trabalho das agricultoras e a redução das desigualdades de gênero. Segundo a agricultora, a Rede Ecovida exige a participação das agricultoras no conselho consultivo e que as mulheres e meninas participem das visitas, cursos de formação e eventos que envolvem as agroindústrias.

Os SAFEs representam para as agricultoras uma conquista. Algumas consideram que o trabalho que nelas realizam proporciona mais liberdade e a oportunidade de fazer algo que gostam. A agroindústria passa a ser não só uma fonte de renda, mas um sonho realizado. Quando questionada sobre o que o SAFE representava para ela, uma das agricultoras respondeu:

Tudo [risos]. Sabe eu me sinto assim, como é que eu posso dizer para você, era tudo que eu sonhava que desse certo. Bom, eu sempre trabalhei para ter, pedi a Deus: “meu Deus que dê certo, que isso dê certo”. Sabe, tudo que a gente vai plantar você acha [espera] que isso dê certo. Então para mim é tudo isso. (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021).

A participação das mulheres na comercialização é ativa, tanto indireta quanto diretamente. Indiretamente as agricultoras participam deste processo deixando todos os alimentos preparados nas caixas para os esposos entregarem. Diretamente elas acompanham os esposos na entrega, entregam sozinhas ou participam das feiras municipais, além de atender clientes que vão buscar os produtos nos SAFEs ou anotar encomendas pelo WhatsApp. Seis das 12 agricultoras fazem as entregas ou participam das feiras, 6 delas vendem em casa e 10 atendem encomendas pelo aplicativo de mensagens.

Observa-se, que na maior parte dos casos, a participação delas ainda é bastante ligada as atividades no âmbito privado, fator que também já havia sido destacado em outros estudos, como o de Paulilo (1987). Apesar disso, é importante destacar a presença delas nas atividades de comercialização, pois mesmo que não saiam da unidade de produção para realizar as transações, elas têm o contato com as(os) consumidoras(es) tanto de forma virtual quanto presencial em suas residências. Apenas uma das doze agricultoras não participa de nenhuma forma de comercialização, pois a produção do SAFE é destinada a supermercados da região e é feita pelo marido. Sobre a participação na venda dos alimentos a agricultora do SAFE 9 comentou”:

Não é porque a gente não faz a entrega, que a gente não sai de casa, que a gente não faz a comercialização. Porque os clientes vêm em casa, a gente tem muita gente que vem pegar em casa. (ENTREVISTADA SAFE 9: Pato Branco, 2021).

Portanto, pode-se afirmar que as agricultoras foram muito importantes para o processo de criação das agroindústrias, sendo seu trabalho imprescindível para a

continuidade das atividades. Elas salientam que seu trabalho é feito considerando a produção de alimentos de qualidade para suas famílias e para as famílias consumidoras, fazendo dos SAFEs um meio de vida que fornece diversos benefícios para a comunidade. Este trabalho, se mostra essencial para as agroindústrias, como discute-se na seção a seguir.

5.2 Atuação das agricultoras nos processos de agregação de valor alimentar

Esta seção da pesquisa apresenta o calendário de força de trabalho do método do valor agregado, em que constam as informações sobre as horas trabalhadas na produção primária, nas agroindústrias, no comércio e no trabalho doméstico de toda a família. A partir das horas trabalhadas é possível apresentar a contribuição financeira das mulheres e dos homens em cada uma destas atividades, proporcional a renda total do SAFE.

Além disso, esta etapa identificou como é realizada a divisão de tarefas entre os membros da família, tanto nas atividades produtivas, quanto reprodutivas. A partir das informações coletadas foi possível visualizar quem é responsável pelo trabalho doméstico, gestão de mantimentos, apoio emocional, gestão da renda, compra de insumos e venda dos alimentos e produtos. A seção também busca demonstrar como ocorre a distribuição de renda do SAFE e se as mulheres têm acesso a ela.

O total de horas trabalhadas decompostas por gênero é apresentado na Tabela 11. As horas totais trabalhadas nas unidades em todas as unidades de produção somam 103.995,00 horas por ano, sendo que 62.610,00 (60,21%) são trabalhadas pelas mulheres e 41.385,00 (39,79%) pelos homens. Observa-se que em sua totalidade as mulheres trabalham 21.225 horas a mais do que os homens, grande parte devido ao trabalho doméstico. A média de horas trabalhadas pelas mulheres é de 57,99% contra 42,90% dos homens. Os dados levantados pela pesquisa de campo demonstram que, ao incluir o trabalho doméstico na conta, as mulheres trabalham cerca de 1.768,75 horas a mais do que os homens, representando 16% a mais das horas trabalhadas em relação aos homens. Estas horas trabalhadas a mais se devem, principalmente, ao trabalho doméstico que representa cerca de 14% das horas totais trabalhadas pelas agricultoras.

Tabela 11 - Horas anuais trabalhadas nos SAFEs por gênero

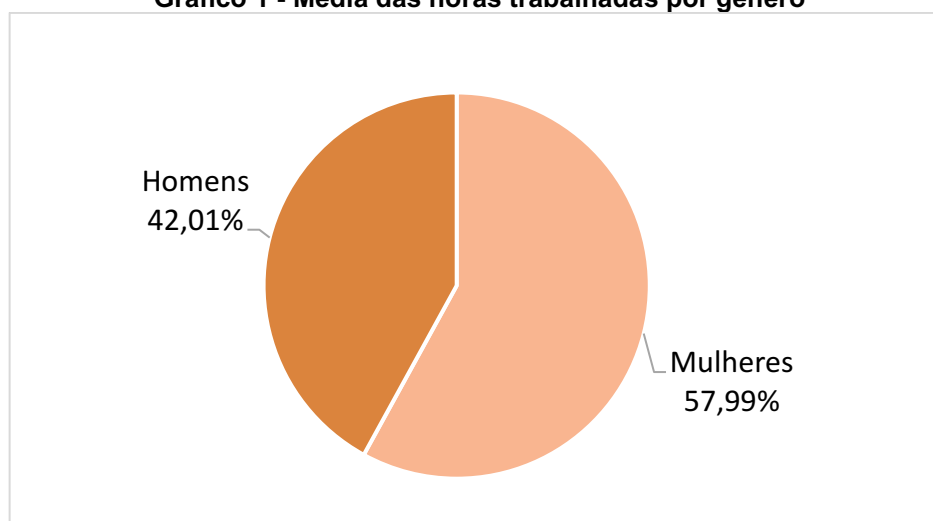
<i>SAFE</i>	<i>Total de Horas</i>	<i>Mulheres (Hr)</i>	<i>%</i>	<i>Homens (Hr)</i>	<i>%</i>
-------------	-----------------------	----------------------	----------	--------------------	----------

1	7455	3180	42,66	4275	57,34
2	5850	3090	52,82	2760	47,18
3	13200	8700	65,91	4500	34,09
4	12390	5790	46,73	6600	53,27
5	8790	5190	59,04	3600	40,96
6	7200	4200	58,33	3000	41,67
7	8100	6900	85,19	1200	14,81
8	5400	600	11,11	4800	88,89
9	12690	9690	76,36	3000	23,64
10	11400	7800	68,42	3600	31,58
11	7350	4800	65,31	2400	34,69
12	4200	2700	64,29	1500	35,71
Média	8.666,25	5.217,50	57,99	3.448,75	42,01
Total	103.995,00	62.610,00	-	41.385,00	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Silvia Federici (2019) afirma que o valor social do trabalho doméstico e do cuidado com as(os) filhas(os) é pouco discutido, mas sem este trabalho a sociedade como conhecemos não existiria. Isso porque gerar, cuidar e educar são atividades que garantem a continuidade da humanidade, pois as(os) filhas(os) de hoje serão as(os) trabalhadoras(es), pagadoras(es) de impostos e consumidoras(es) de amanhã. Quanto melhor a educação das crianças maior o nível de produtividade das(os) trabalhadoras(es), e, para que isso aconteça, é preciso que haja uma pessoa dedicada na atividade do cuidado continuamente. O Gráfico 1 mostra a distribuição das horas trabalhadas entre homens e mulheres:

Gráfico 1 - Média das horas trabalhadas por gênero



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Para Maria I. Paulilo (2013, p. 291), esta sobrecarga de trabalho destinado às mulheres tem muito a ver com a divisão de tarefas que é implícita no casamento. A autora afirma que: “ao se casarem, homens e mulheres estabelecem uma espécie de contrato, mesmo que não escrito, segundo o qual cada um desempenha sua parte e há uma expectativa de reciprocidade entre os dois.”. Entretanto, o que se nota é que nas atividades ligadas ao trabalho doméstico e ao cuidado das(os) filhas(os) a reciprocidade masculina está pouco presente, fato que pode ser observado nos SAFEs investigados.

O SAFE em que as mulheres mais trabalham é o SAFE 7, neste empreendimento mãe e filha participam da produção primária, processamento e comercialização, sendo a participação do esposo voltada para a entrega dos alimentos, em ocasiões em que a agricultora não pode fazê-lo. Já a agroindústria com menor participação do trabalho feminino foi o SAFE 8, empreendimento em que a esposa do agricultor é contadora e apenas realiza algumas vendas. É importante lembrar que no SAFE 8 não houve coleta de dados da segunda família envolvida na produção, devido a impossibilidade de realizar a entrevista.

Na sequência, apresenta-se deste total de horas trabalhadas por gênero, abertas pelas quatro atividades que a pesquisa englobou: horas dedicadas a produção primária, no processamento dos alimentos na agroindústria, nos processos de comercialização e no trabalho doméstico.

A produção primária tem cerca de 45% das horas trabalhadas pela família (Tabela 12). Nesta atividade as mulheres trabalham 1.453,07 horas (39,02%) e os homens trabalham 2.413,5 horas (60,98%). Nos SAFEs 8 e 11 as mulheres não participam da produção primária, já no SAFE 7 esta atividade é feita somente pela agricultora e sua filha, sendo o esposo responsável apenas por uma parte das entregas. O SAFE 11 tem sua produção bastante dividida, a agricultora é responsável pela agroindústria de panificados e o seu esposo é responsável pela produção agrícola.

Tabela 12 - Horas anuais trabalhadas na produção primária por gênero

SAFE	Produção primária (Hr)	Produção primária (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	4018,5	54,12	598,5	14,89	3420	85,11
2	2241	38,31	309	13,79	1932	86,21
3	5040	38,18	2790	55,36	2250	44,64
4	7218	58,26	2058	28,51	5160	71,49

5	5496	62,53	2796	50,87	2700	49,13
6	2399,4	33,33	1499,4	62,49	900	37,51
7	2070	25,56	2070	100	0	0,00
8	3600	66,67	0	0,00	3600	100,00
9	5736	45,20	3336	58,16	2400	41,84
10	4230	37,11	630	14,89	3600	85,11
11	2400	32,65	0	0,00	2400	100,00
12	1950	46,43	1350	69,23	600	30,77
Média	3.866,58	44,86	1.453,07	39,02	2.413,5	60,98
Soma	46.398,90	-	17.436,9	-	28.962	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Se observa que as mulheres que trabalham menos horas na produção primária o fazem porque enquanto os esposos estão nesta atividade, elas estão ocupadas com o trabalho doméstico. Em seis casos as mulheres trabalham mais horas do que os homens na produção agrícola, nestes casos, elas estão ativamente envolvidas com as decisões de produção, sendo que em um dos casos (SAFE 7) todas as decisões sobre a produção primária ficam a cargo da agricultora. Isso mostra um cenário diferente do exposto por Schwendler (2009), em que as mulheres eram excluídas não só das decisões de produção, mas também da construção dos mercados e diversas atividades no âmbito público.

O total de horas trabalhadas na agroindústria pode ser observado na Tabela 13. As horas trabalhadas no processamento dos alimentos correspondem a 27,55% das horas totais trabalhadas, em média 2.408,68 horas por ano. A partir destes dados é possível afirmar que as mulheres são a principal força de trabalho quando se trata do processamento dos alimentos, pois elas trabalham cerca de 1.894,93 horas por ano nesta atividade (75,64% das horas totais), enquanto os homens trabalham 513,75 horas anuais (24,36%). Este dado corrobora com o exposto por Mior (2005), sobre o protagonismo das mulheres no processamento dos alimentos nas agroindústrias.

Tabela 13 - Horas anuais trabalhadas na agroindústria por gênero

SAFE	AGR (Hr)	AGR (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	1795,5	24,18	1480,5	82,46	315	17,54
2	1236	21,13	1236	100	0	0,00
3	5070	38,41	3720	73,37	1350	26,63
4	2058	16,61	2058	100	0	0,00
5	1758	20,00	1038	59,04	720	40,96
6	3000,6	41,68	900,6	30,01	2100	69,99

7	2070	25,56	2070	100	0	0,00
8	1200	22,22	0	0,00	1200	100
9	3336	26,29	3336	100	0	0,00
10	3930	34,47	3930	100	0	0,00
11	2160	29,39	2160	100	0	0,00
12	1290	30,71	810	62,79	480	37,21
Média	2.408,68	27,55	1.894,93	75,64	513,75	24,36
Soma	28.904,10	-	22.739,10	-	6.165	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A maior participação das mulheres no processamento dos alimentos também pode ser relacionada a sua responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados. Elas não produzem alimentos apenas para a venda, mas também para o autoconsumo das famílias, como exposto pelos trabalhos de Henning (2010), Bastian et al. (2014) e Demetrio et al. (2021a). O autoconsumo figura um importante papel na reprodução social das famílias agricultoras, principalmente no âmbito da sua segurança alimentar e nutricional. Este trabalho geralmente fica a cargo das mulheres, por isso elas também são as que mais participam do trabalho nas agroindústrias.

Para Renata Kempf (2017), a agroindústria se torna um espaço especialmente importante para as mulheres, pois o trabalho que elas executavam em casa, no espaço privado, que era considerado “sem valor”, passa a ser exercido na agroindústria (geralmente fora do espaço doméstico) e se torna uma atividade produtiva valorizada, especialmente por gerar rendimentos mensais visíveis. Isso corrobora com o exposto por Mior (2008), que afirma que a agroindústria pode ser um espaço de empoderamento para as agricultoras, pois se constitui como um novo empreendimento econômico e social. Dessa forma, a AGF é uma ampliação das cozinhas das agricultoras, que antes ficavam limitadas ao espaço privado, mas que agora constrói mercados alimentares rentáveis, que estão no espaço público.

A comercialização é a atividade que menos ocupa tempo das famílias agricultoras, sendo 1048 horas anuais de trabalho que representam cerca de 12% das horas totais (Tabela 14). As mulheres trabalham cerca de 568 horas nesta atividade enquanto os homens trabalham 480 horas. Dessa forma, o trabalho das mulheres representa 59,77% das horas totais de comércio, enquanto dos homens representa 40,23%. É importante salientar que as mulheres têm grande participação nesta atividade principalmente porque são elas que fazem os atendimentos via WhatsApp, algo que aumentou muito durante o isolamento social requerido pela pandemia,

somados aos crescentes processos de digitalização em várias atividades econômicas e nos mercados alimentares (NIEDERLE et al., 2021).

Tabela 14 - Horas anuais trabalhadas na comercialização por gênero

SAFE	Comércio (Hr)	Comércio (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	504	6,79	189	37,50	315	62,50
2	1446	24,72	618	42,74	828	57,26
3	900	6,82	0	0,00	900	100
4	1719	13,87	279	16,23	1440	83,77
5	519	5,90	339	65,32	180	34,68
6	600,6	8,34	600,6	100	0	0,00
7	2235	27,59	1035	46,31	1200	53,69
8	300	5,56	300	100	0	0,00
9	1569	12,36	969	61,76	600	38,24
10	1260	11,05	1260	100	0	0,00
11	960	13,06	960	100	0	0,00
12	570	13,57	270	47,37	300	52,63
Média	1.048,55	12,47	568,3	59,77	480,25	40,23
Soma	12.582,60	-	6.819,6	-	5.763	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Elas também participam das feiras e fazem vendas em seus domicílios quando os clientes vão buscar. Assim, os dados demonstram que pode haver um movimento de transformação dos lugares que as agricultoras ocupam, pois segundo Paulilo (1987), Boni (2005) e Heredia e Cintrão (2006), as mulheres ficavam nos espaços privados, encarregadas da produção e dos cuidados com o lar. Neste sentido, as agroindústrias ecológicas podem oferecer a elas um espaço de socialização com as(os) consumidoras(es), tanto pelas vias do comércio quanto pelo contato com instituições, sindicatos e associações, como analisado na seção anterior. Neste sentido, pode-se observar que as mulheres têm grande protagonismo na criação e consolidação de mercados alimentares e canais de comercialização, assim como demonstrado por Galdino et al. (2017) no caso da feira agroecológica da Vila Rural de Santa Clara/PR.

Em alguns dos casos, como no SAFE 2 e no SAFE 7, os esposos, inicialmente, se opuseram em comercializar legumes e verduras. No caso do SAFE 2 ele tinha vergonha de fazer a venda de porta em porta, já no caso do SAFE 7 ele não queria participar da feira, que era um sonho dela. Nestes dois casos, ao perceber que elas obtinham sucesso ao comercializar os alimentos de sua maneira, eles passaram a apoiá-las e até participar da venda. Isso demonstra que as agricultoras entrevistadas

tiveram protagonismo na construção dos mercados alimentares mesmo quando encontraram obstáculos na família.

Em quatro casos (SAFE 6, 8, 10 e 11) foi evidenciado que as mulheres fazem 100% do comércio dos SAFEs. No SAFE 6 a atividade é dividida entre mãe e filha, que participam de programas de compras públicas e da feira municipal. Os SAFEs 10 e 11 são de panificadores, ambas comercializam para o PNAE e a agricultora do SAFE 11 também comercializa na feira.

A Tabela 15 expõe os dados das horas do trabalho doméstico. Esta atividade representa 15,12% das horas totais trabalhadas nos SAFEs, em média 1.342 horas por ano. O trabalho doméstico é desempenhado predominantemente pelas mulheres, sendo nos SAFEs 1, 2 e 12 os únicos em que há participação masculina nestas tarefas, entretanto, esta participação é feita pelos filhos do casal. Em nenhum dos casos estudados existe divisão do trabalho doméstico com os esposos. Desta forma, as mulheres trabalham 1.301 horas anuais nesta atividade, representando 95,06% das horas totais, em comparação a 41 horas anuais dos homens (filhos), que representam 4,94% das horas totais.

Tabela 15 - Horas anuais trabalhadas no trabalho doméstico por gênero

SAFE	Trabalho doméstico (Hr)	Trabalho doméstico (%)	Mulheres (Hr)	Mulheres (%)	Homens (Hr)	Homens (%)
1	1107	14,91	882	79,67	225	20,33
2	927	15,85	927	100	0	0,00
3	2190	16,59	2190	100	0	0,00
4	1395	11,26	1395	100	0	0,00
5	1017	11,57	1017	100	0	0,00
6	1199	16,66	1199	100	0	0,00
7	1725	21,30	1725	100	0	0,00
8	300	5,56	300	100	0	0,00
9	2049	16,15	2049	100	0	0,00
10	1980	17,37	1980	100	0	0,00
11	1830	24,90	1680	91,80	150	8,20
12	390	9,29	270	69,23	120	30,77
Média	1.342	15,12	1.301	95,06	41,25	4,94
Soma	16.109	-	15.614,40	-	495	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

As mulheres são, em todos os casos, responsáveis pelo trabalho doméstico, que são as atividades de limpar a casa, lavar a louça e a roupa da família, preparar as refeições, gerenciar o estoque de mantimentos e cuidar das(os) filhas(os). Os

SAFEs em que as agricultoras passam mais tempo trabalhando nas atividades domésticas são o 3, 9 e 10, com 2.190, 2.049 e 1.980 horas anuais trabalhadas, respectivamente. O fato de o trabalho doméstico ser uma responsabilidade feminina é algo naturalizado entre as famílias agricultoras pesquisadas, apenas a agricultora do SAFE 7 afirmou que gostaria que houvesse divisão do trabalho doméstico com o esposo. Ao ser indagada sobre a responsabilidade do trabalho doméstico, a resposta foi:

Bom, na verdade seria da família toda, mas cai sobre mim a parte da limpeza da casa, cai sobre mim, mas a responsabilidade seria de todos. [Mas tem uma divisão do trabalho?] Doméstico? [É]. Queria que fosse, mas não tem. (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021).

Nos SAFEs 3, 6, 7 e 9 o trabalho é dividido entre a agricultora e as filhas, no SAFE 10 estas atividades são divididas entre a agricultora e sua mãe e nos SAFEs 1 e 12 os filhos dividem as tarefas com as mulheres, entretanto, eles ficam responsáveis principalmente pela limpeza das áreas externas. No SAFE 11, o filho e a filha da agricultora participam do trabalho doméstico, mas a filha trabalha mais horas na atividade (960 horas contra 150 horas por ano do irmão).

Esses dados da pesquisa confirmam o exposto por Boni (2005), Heredia e Cintrão (2006), Paulilo (2016), Fernandez (2018) e FIDA (2020) de que existe uma distribuição desigual do trabalho nas famílias agricultoras, pois constatou-se que as agricultoras entrevistadas têm uma dupla jornada de trabalho. Além de trabalhar mais horas na agroindústria e na comercialização elas ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, o que faz com que o seu trabalho represente, em média, o trabalho de duas pessoas, como demonstrado na Tabela 16, a seguir.

Tabela 16 - Quantidade de pessoas e Unidades de Trabalho Homem (UTH) total e por gênero

SAFE	Pessoas (qtd)	UTH total	Mulheres (qtd)	UTH mulheres	%	Homens (qtd)	UTH homens	%
1	3	3,09	1	1,31	42,42	2	1,78	57,58
2	2	2,43	1	1,29	52,82	1	1,15	47,18
3	4	5,50	3	3,63	65,91	1	1,88	34,09
4	5	5,16	3	2,41	46,73	2	2,75	53,27
5	4	3,66	2	2,16	59,04	2	1,50	40,96
6	3	3,00	2	1,75	58,33	1	1,25	41,67
7	3	3,37	2	2,88	85,19	1	0,50	14,81
8	4	2,25	2	0,25	11,11	2	2,00	88,89
9	4	5,28	3	4,04	76,36	1	1,25	23,64
10	3	4,75	2	3,25	68,42	1	1,50	31,58
11	4	3,00	2	2,00	66,67	1	1,00	33,33

12	3	1,75	1	1,13	64,29	2	0,63	35,71
Média	3,5	3,61	2	2,17	58,11	1,42	1,43	41,89
Soma	42,00	43,33	24,00	26,09	-	17,00	17,06	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A Tabela 16 apresenta a quantidade de pessoas em cada SAFE e as Unidades de Trabalho Homem conforme o método de Lima et al. (2005) para aferição do valor agregado. Para os autores, uma UTH seria referente a uma pessoa trabalhando 8 horas por dia durante 300 dias por ano. Dessa forma, quando os membros da família trabalham mais de 8 horas, a UTH passa de 1, por exemplo, ao trabalhar 16 horas esta pessoa representa 2 UTHs na família, já ao trabalhar 12 horas ela representa 1,5 UTHs e assim por diante. As mulheres representam, em média 2,17 UTHs, enquanto os homens representam 1,42 UTHs, tendo uma diferença de 0,75 UTHs a mais para a das mulheres. É importante lembrar que o trabalho das agricultoras só é maior do que dos agricultores porque as horas de trabalho doméstico foram contabilizadas, algo que o método original não previa. Esta inovação metodológica, introduzida nesta pesquisa, é muito importante para a identificação da contribuição das mulheres nos SAFEs, conforme já foi descrito no capítulo 1 da dissertação.

Em termos percentuais as mulheres representam 58,11% da força de trabalho dos SAFEs, enquanto os homens representam 41,89%. Em oito dos doze SAFEs as mulheres trabalham mais de oito horas por dia, isso porque além de todas as atividades na agroindústria e nos mercados alimentares, elas também são responsáveis por quase todo o trabalho doméstico. Dessa forma, este dado comprova a dupla jornada enfrentada pelas agricultoras nos SAFEs, confirmando o exposto por outros estudos como Carvalho (2004), Heredia e Cintrão (2006), Paulilo (2016) e Lutke e Costa (2019).

O trabalho desempenhado pelas agricultoras gera renda e propicia a reprodução da família, mas frequentemente é invisibilizado das fontes estatísticas oficiais, como argumentado por Pacheco (1997). Para lançar luz a esta questão a Tabela 17 apresenta a Renda Agroindustrial *per capita* por gênero dos SAFEs. Dessa forma, é possível comparar a renda gerada por pessoa e por gênero, conforme as horas trabalhadas por cada um(a). Estes dados permitem demonstrar que a divisão *per capita* tal como analisada no capítulo 4, não mostra a real contribuição de homens e mulheres nos SAFEs. Além disso, através destes dados pode-se comprovar que o

trabalho das mulheres agrega mais valor do que o trabalho dos homens quando o trabalho doméstico é considerado na análise.

Tabela 17 - Renda Agroindustrial per capita e por gênero

SAFE	RAI total (R\$)	RAI per capita (R\$)	RAI per capita mulheres (R\$)	%	RAI per capita homens (R\$)	%
1	174.759,22	56.487,83	74.140,28	42,42	100.618,95	57,58
2	129.867,42	53.278,94	68.596,64	52,82	61.270,78	47,18
3	29.943,98	5.444,36	19.735,80	65,91	10.208,17	34,09
4	1.098.707,11	212.824,62	513.439,40	46,73	585.267,71	53,27
5	314.995,50	86.005,60	185.987,10	59,04	129.008,39	40,96
6	32.155,17	10.718,39	18.757,18	58,33	13.397,99	41,67
7	194.005,77	57.483,19	165.264,18	85,19	28.741,60	14,81
8	233.624,67	103.833,19	25.958,30	11,11	207.666,37	88,89
9	197.635,10	37.377,80	150.912,85	76,36	46.722,25	23,64
10	191.997,14	40.420,45	131.366,46	68,42	60.630,68	31,58
11	24.831,16	8.277,05	16.554,10	66,67	8.277,05	33,33
12	25.938,14	14.821,79	16.674,52	64,29	9.263,62	35,71
Média	220.705,03	57.247,77	115.615,57	59,14	105.089,46	41,89
Soma	2.648.460,36	686.804,29	1.387.048,97	-	1.260.904,63	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A RAI total gerada pelos SAFEs foi apresentada no capítulo 4, esta renda fica em torno de 220 mil reais por ano, quando este valor é dividido por todos os membros da família chega-se ao resultado de que cada membro adiciona, em média, 57 mil reais a renda total. Entretanto, quando esta divisão é feita considerando as UTHs de homens e mulheres, tem-se que as mulheres adicionam cerca de 115 mil reais a renda da família, enquanto os homens adicionam cerca de 105 mil reais, em média. Isso quer dizer que as mulheres geram 59,14% da renda dos SAFEs, enquanto os homens geram 41,89%, uma diferença monetária de mais de R\$ 10 mil (10.526,11).

Esta diferença de geração de rendimentos foi evidenciada pelo aperfeiçoamento do método do valor agregado, o qual se baseia nas horas trabalhadas por cada membro da família para transformá-los em UTHs, como descrito na metodologia no capítulo 2. Outros métodos também já mostraram a importância da participação produtiva e econômica das mulheres na agricultura familiar, como é o caso das Cadernetas Agroecológicas, já mencionado no referencial teórico deste trabalho. Por meio das Cadernetas foi possível identificar que 909 agricultoras, de 6 comunidades da Região Nordeste do Brasil geraram cerca de R\$ 3.200.000,00 em atividades como doação, troca, consumo e venda. Este trabalho demonstrou o quanto

a participação das mulheres é importante para geração de renda das famílias, segurança alimentar e preservação ambiental (FIDA, 2021).

A unidade de produção em que as mulheres mais geram renda é o SAFE 7, onde o trabalho delas produz cerca de 85% da renda total (R\$ 165.264,18 de R\$ 194.005,77 de renda total). Já o SAFE com menor geração de renda pelas mulheres é o SAFE 8, em que a mulher envolvida não é agricultora e apenas realiza algumas vendas. No entanto, mesmo com pouca participação sua atividade gera cerca de 11% da renda total. Outros casos, como no SAFE 9 e 10, também se destacam pela participação das mulheres na geração de renda, em que as agricultoras geram 76,36% e 68,42% da renda agroindustrial total, respectivamente.

Como as mulheres desempenham diversas atividades nos SAFEs convém decompor a renda agroindustrial por tipo de trabalho, como se apresenta na Tabela 18. Nesta tabela pode-se observar o valor adicionado pelas agricultoras nas quatro atividades investigadas pela pesquisa: produção primária, agroindústria, comércio e trabalho doméstico. Este cálculo, feito com base nas UTHs das mulheres, evidencia o quanto as agricultoras geram de renda em cada uma das quatro atividades desempenhadas, conforme o número de horas trabalhadas e a renda total gerada.

Tabela 18 - Renda Agroindustrial per capita por tipo de trabalho das mulheres

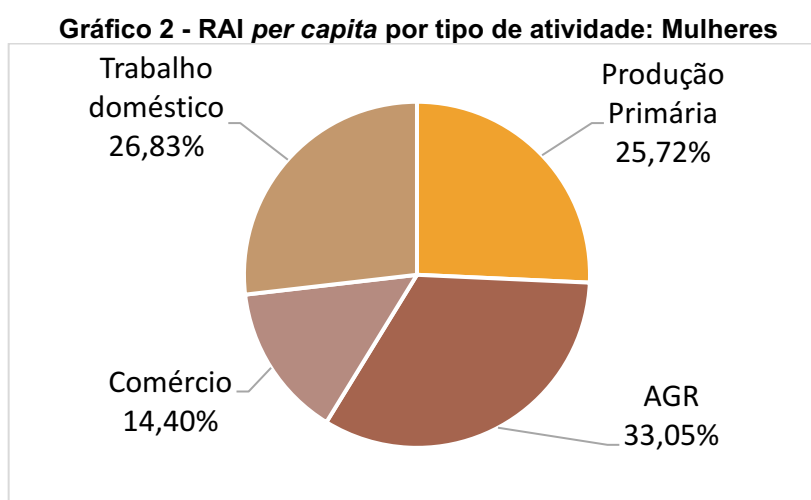
SAFE	Prod. Primária (R\$)		AGR (R\$)		Comércio (R\$)		Trab. Doméstico (R\$)	
		%		%		%		%
1	14.086,65	19,00	34.845,93	47,00	4.448,42	6,00	20.759,28	28,00
2	6.859,66	10,00	27.438,65	40,00	13.719,33	20,00	20.578,99	30,00
3	6.329,07	32,07	8.438,76	42,76	0	0,00	4.967,98	25,17
4	182.497,11	35,54	182.497,11	35,54	24.740,86	4,82	123.704,31	24,09
5	100.196,52	53,87	37.197,42	20,00	12.148,29	6,53	36.444,87	19,60
6	6.696,31	35,70	4.022,08	21,44	2.682,28	14,30	5.356,51	28,56
7	49.579,25	30,00	49.579,25	30,00	24.789,63	15,00	41.316,04	25,00
8	0	0,00	0	0,00	12.979,15	50,00	12.979,15	50,00
9	51.955,14	34,43	51.955,14	34,43	15.091,29	10,00	31.911,29	21,15
10	10.610,37	8,08	66.188,49	50,38	21.220,74	16,15	33.346,87	25,38
11	0	0,00	7.449,35	45,00	3.310,82	20,00	5.793,94	35,00
12	8.337,26	50,00	5.002,36	30,00	1.667,45	10,00	1.667,45	10,00
Média	36.428,95	25,72	39.551,21	33,05	11.399,85	14,40	28.235,56	26,83
Soma	437.147,35	-	474.462,50	-	136.730,67	-	338.708,45	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

A atividade que tem maior geração de renda por parte das agricultoras é o processamento dos alimentos feito na agroindústria. Este trabalho gera, em média, R\$ 39.551,21 por ano para as famílias agricultoras e representa 33,05% da renda total gerada pelas agricultoras nos SAFEs. A segunda atividade que mais gera renda (ou

economia de custos) é o trabalho doméstico. Pode-se dizer que as famílias economizam R\$ 28.235,56 por ano, em média, com o trabalho doméstico desempenhado de forma gratuita pelas agricultoras, o que perfaz 26,83% da renda total gerada por elas.

Em terceiro lugar na geração de renda está a produção primária que agrega R\$ 36.428,95 por ano a renda da família, esta atividade representa 25,72% da renda total gerada por elas. Por último, as horas dispendidas pelas mulheres com a comercialização geram R\$ 11.399,85, em média anualmente, o que representa 14,40% da riqueza gerada pelas agricultoras.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

As agricultoras dos SAFEs investigados trabalham tanto em atividades produtivas, quanto em reprodutivas. O que se destaca é que as atividades reprodutivas perfazem quase 27% da renda gerada por elas. Entretanto, esta economia de custos, que o trabalho doméstico gratuito representa, não retorna a elas como remuneração, pois a renda familiar é unificada. Além disso, Helena Hirata (2004) afirma que, para as mulheres, trabalhar com o cuidado de outrem é considerado socialmente como uma prova de afeto e amor. Para a autora esta seria uma das justificativas do porquê a maioria das mulheres assume a carga do trabalho doméstico, mesmo quando participa também de atividades produtivas.

Isso não significa que elas não tenham consciência da dupla jornada de trabalho que desempenham. Entretanto, sem a disposição dos esposos em redistribuir as tarefas elas continuam sendo responsáveis pelas atividades domésticas, geralmente dividindo este trabalho com as filhas. A precariedade de serviços públicos disponíveis para auxiliar estas mulheres também é um fator a ser observado. Nos

espaços rurais o acesso a saúde e educação é bastante limitado pela distância dos centros urbanos e, frequentemente, pelo mau estado das estradas. Dessa forma, as mulheres acabam se dedicando a todo tipo de trabalho de cuidados: dos(das) filhos(as), netos(as) e pessoas idosas, principalmente no que tange a saúde, educação e alimentação, atividades necessárias para a reprodução social dos seres humanos (NOBRE, 2004; CARRASCO, 2017; DEMETRIO, 2019).

A decomposição da renda agroindustrial por tipo de atividade é feita com base na renda total gerada pelos SAFEs, por isso em alguns casos a contribuição do trabalho das mulheres é maior e, em outros, menor. Entretanto, isso não significa necessariamente que nos SAFEs com menor RAI, as horas de trabalho das mulheres sejam menores, por exemplo, o SAFE 11 é o que apresenta menor RAI (R\$ 24.831,16) mas os membros da família trabalham em média oito horas por dia. Estas diferenças de rendimento se devem por outros fatores além das horas de trabalho, como escala dos SAFES, importância econômica das AGFs na renda das famílias, valor agregado aos alimentos, mercados construídos, entre outros fatores.

A contribuição dos homens na geração de renda dos SAFEs encontra-se na Tabela 19. A partir destes dados pode-se concluir que a atividade em que os homens geram mais renda é a produção primária, que perfaz 75,50% da renda total gerada por eles. Em média eles geram nesta atividade R\$ 79.340,94 por ano para suas famílias, variando entre R\$ 457.572,94 (SAFE 4) e zero (SAFE 7). A segunda atividade na qual os homens mais geram renda é a comercialização, que agrega R\$ 16.826,74 por ano, representando 16,01% da renda gerada por eles.

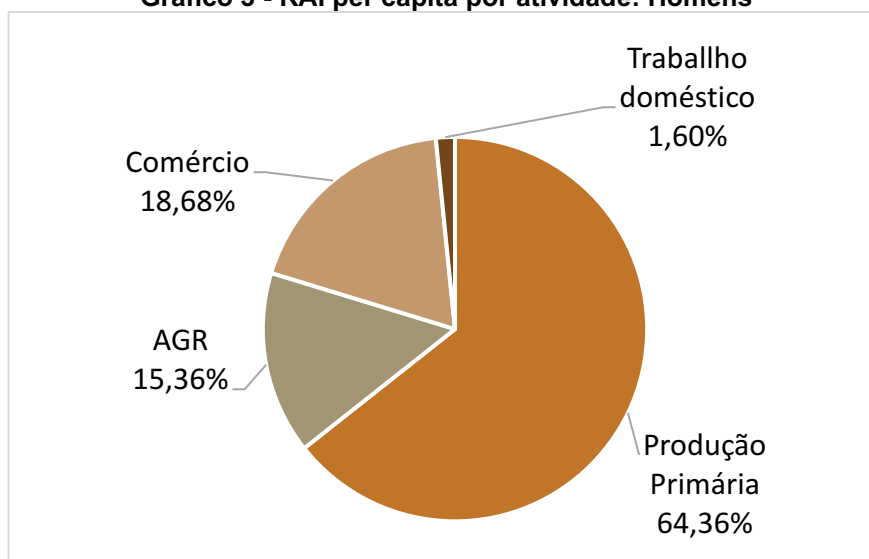
Tabela 19 - Renda Agroindustrial per capita por tipo de trabalho dos homens

SAFE	Prod. Primária (R\$)	%	AGR (R\$)	%	Comércio (RS)	%	Trab. doméstico (R\$)	%
1	80.495,16	80,00	7.414,03	7,37	7.414,03	7,37	5.295,73	5,26
2	42.889,55	70,00	0	0,00	18.381,23	30,00	0	0,00
3	5.104,09	50,00	3.062,45	30,00	2.041,63	20,00	0	0,00
4	457.572,94	78,18	0	0,00	127.694,77	21,82	0	0,00
5	96.756,30	75,00	25.801,68	20,00	6.450,42	5,00	0	0,00
6	4.019,40	30,00	9.378,59	70,00	0	0,00	0	0,00
7	0	0,00	0	0,00	28.741,60	100	0	0,00
8	155.749,78	75,00	51.916,59	25,00	0	0,00	0	0,00
9	37.377,80	80,00	0	0,00	9.344,45	20,00	0	0,00
10	60.630,68	100	0	0,00	0	0,00	0	0,00
11	7.790,17	94,12	0	0,00	0	0,00	486,89	5,88
12	3.705,45	40,00	2.964,36	32,00	1.852,72	20,00	741,09	8,00
Média	79.340,94	64,36	8.378,14	15,36	16.826,74	18,68	543,64	1,60
Soma	951.932,30	-	100.537,70	-	201.920,86	-	6.513,77	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

As atividades nas quais os homens menos contribuem para geração de renda são o processamento dos alimentos nas agroindústrias e o trabalho doméstico. A maior participação do trabalho dos homens é na produção primária, em que agregam, em média, R\$ 79 mil reais por ano aos SAFEs, cerca de 64,36% da renda gerada por eles. Seis dos doze homens trabalham nas agroindústrias e geram, em média, R\$ 8.378.14 por ano, que representa 15,36% do total de renda gerado por eles. No comércio os homens geram R\$ 16.826,74 por ano, em média, o que representa 18,68% da renda gerada por eles. Já no trabalho doméstico, desempenhado apenas pelos filhos, a renda gerada, em média, fica em torno de 500 reais por ano, cerca de 1,60% da renda total gerada por eles. O Gráfico 3 demonstra a distribuição da geração de renda feita pelos homens:

Gráfico 3 - RAI per capita por atividade: Homens



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Os dados demonstram que a participação dos homens no trabalho doméstico ainda é muito pequena, ou mesmo inexistente, o que gera uma sobrecarga para as mulheres da família. Dessa forma, os resultados da pesquisa confirmam a afirmação de Paulilo (2016) de que a inclusão das mulheres em atividades produtivas não reconfigura, em curto prazo, a divisão do trabalho doméstico. A naturalização dos papéis sociais de gênero faz com que as mulheres assumam esta carga de trabalho, e, quando a questionam não há abertura dos esposos para discutir a questão e transformar estas relações.

Estes dados corroboram com o exposto por Jesus, Wajnmam e Turra (2018), sobre as horas trabalhadas por mulheres e homens em atividades domésticas, com

base nas PNADs 2003, 2008 e 2013. As autoras e o autor identificaram que, aos 40 anos, as mulheres trabalham cerca de 4 horas por dia em tarefas de cuidado do lar, enquanto os homens da mesma idade dedicam menos de uma hora por dia para isso. Assim, a falta de metodologias capazes de mensurar a contribuição do trabalho doméstico para a manutenção das atividades que geram renda é um dos fatores que contribui para que este cenário se perpetue nas sociedades, inclusive em sua face rural e, em atividades ecológicas, que poderiam autonomizar mais as mulheres. A diferença crucial é que estas mulheres, dos 12 SAFEs pesquisados trabalham com modos de cultivo ecológico, entretanto, fora a agricultora do SAFE 7, a maioria não está inserida em movimentos ecológicos ou de mulheres, que talvez, poderiam gerar dinâmicas mais politizadas para as mulheres dentro do SAFEs.

Dessa forma é importante demonstrar que, quando o trabalho doméstico é incluído na metodologia de mensuração do valor agregado, as mulheres dos SAFEs investigados trabalham mais horas e geram mais renda do que os homens. A contribuição das mulheres para geração de renda tem foco no processamento dos alimentos, mas não se resume a isso. Elas também participam ativamente na construção social de mercados alimentares físicos e digitais, da manutenção do lar através do trabalho doméstico e da produção primária. Portanto, as mulheres são fundamentais para o funcionamento dos SAFEs e, a partir dos dados apresentados pode-se afirmar que sem elas a produção agroindustrial não seria viável economicamente.

5.3 Transformação dos papéis sociais de gênero

Esta subseção busca compreender como a introdução das mulheres em sistemas produtivos de processamento de alimentos reconfigura (ou não) os papéis sociais de gênero. Neste sentido, são discutidos e analisados vários indicadores qualitativos, buscando evidenciar em quais atividades as mulheres conseguem maiores graus de autonomia ou não logram sucesso nas transformações sociais.

Esta etapa busca analisar as informações sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, sobre a dimensão dos espaços públicos e privados, a participação delas na criação de mercados e o seu acesso a cursos de capacitação. Além disso, considera aspectos como o acesso a ferramentas que auxiliam em sua autonomia, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a renda gerada pela

agroindústria. Também discorre sobre os atores públicos ou privados que apoiam as agricultoras e de qual forma, e quanto tempo as mulheres dispõem de lazer.

O que os dados da seção anterior demonstram é que as mulheres entrevistadas são majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico, que por vezes é dividido com as filhas e, em menor proporção, com os filhos. Isso já é um indício do que Paulilo (2016) expõe quando afirma que a introdução produtiva das agricultoras não é capaz de reconfigurar os papéis de gênero, em curto prazo. Isso também é observado entre as trabalhadoras urbanas, como discute Federici (2019), ao afirmar que a introdução das mulheres no mercado de trabalho não gerou empoderamento e autonomia, mas sim, uma dupla jornada de trabalho.

Neste sentido, alguns elementos clássicos dos estudos em campesinato e agricultura familiar, que foram discutidos no referencial teórico do trabalho (capítulo 3), se reproduzem na maioria dos casos investigados. Apesar da maior participação das mulheres em atividades nos espaços públicos, como comercialização, contato com instituições de assistência técnica, sindicatos, cooperativas e associações; a característica marcante da divisão sexual do trabalho se mantém, pois, atividades como o trabalho doméstico e o processamento dos alimentos ainda são desempenhadas em grande parte pelas mulheres, como demonstrado na seção 5.2. Autoras como Menasche et al. (1996), Boni (2005), Menezes e Almeida (2013), Kempf (2017) e Paulilo (2016) já identificaram estas características em suas pesquisas.

O trabalho doméstico fica sob responsabilidade das agricultoras. Em nenhum dos SAFEs foi observada a divisão destas atividades com os esposos. Somente quando as mulheres ficam doentes ou viajam, é que os homens assumem algumas atividades, como cozinhar.

A maioria das entrevistadas mencionou que o trabalho doméstico não é sua prioridade, visto que a maioria das entrevistadas é muito ligada à produção primária e à agroindústria. Com isso, o trabalho doméstico fica em segundo plano, como afirmou a agricultora do SAFE 1: *“Agora o trabalho doméstico é meio que abandonado, [risos] porque a gente tem que produzir. A gente faz mais o básico mesmo, mas que nem eu fazia antigamente, eu não faço mais.”* (ENTREVISTADA SAFE 1: Chopinzinho, 2021). São realizadas apenas atividades essenciais no dia a dia, geralmente durante a noite: *“Mas o tempo que sobra vai nesse [trabalho doméstico], até meia noite às vezes [risos]. Tem vezes que vai até uma hora [da manhã] fazendo e arrumando as coisas.*

Porque sou só eu. Não tem quem mandar.” (ENTREVISTADA SAFE 2: Coronel Vivida, 2021). Geralmente a limpeza da casa é feita nos finais de semana, dedicadas a estas tarefas (de meio a um dia de trabalho).

Nenhuma das agricultoras soube dizer precisamente quantas horas por dia passa no trabalho doméstico. Isso se deve principalmente as atividades concomitantes, pois, ao mesmo tempo em que preparam o almoço, varrem a casa, colocam roupa para lavar e atendem as necessidades das(os) filhas(os). Segundo Bárbara Ferrito (2021), um dos grandes desafios metodológicos para as pesquisas de uso do tempo são as atividades simultâneas, pois a soma do tempo gasto geralmente envolve as 24 horas do dia. Para a autora, a gestão do trabalho doméstico, que demanda trabalho mental das mulheres, também é uma barreira de captação dos dados sobre o uso do tempo, pois é difícil mensurar quanto tempo as mulheres gastam pensando no que é preciso ser feito. Sobre isso, as agricultoras afirmaram:

[...] quando eu venho para fazer o almoço, eu coloco a roupa para bater, limpo a casa... Coloco roupa, aí eu vou lá coloco o arroz e feijão cozinhar, e a carne, o que eu vou fazer para o almoço. Enquanto cozinho, eu varro a casa e passo pano... É tudo de uma de uma vez só, sabe quando você faz tudo junto? (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021).

[...] você tem que ser, tipo assim, coloca a roupa na máquina, enquanto a máquina está batendo eu vou fazer alguma coisa, amasso pão [...] E eu consigo conciliar, tenho que conciliar. (ENTREVISTADA SAFE 10: Pato Branco, 2021).

O que se pode observar é que as mulheres sempre tentam conciliar a rotina de atividades domésticas e produtivas. Elas são responsáveis por administrar seu tempo, por isso criar esta agenda de atividades pode ser considerado como um trabalho mental. Nos casos em que há divisão do trabalho doméstico este é feito com as filhas, como pontuado por Brumer (2004), Boni (2005) e Kempf (2017). As filhas passam a ser a principal fonte de ajuda das agricultoras, tanto na divisão do trabalho doméstico quanto nas atividades da agroindústria. Em um dos casos (SAFE 10) a divisão do trabalho é feita com a mãe da agricultora, que é idosa, e ainda trabalha em tarefas domésticas, este achado corrobora com o estudo de Jesus, Wajnman e Turra (2018), que evidenciou que as mulheres trabalham nesta atividade até os 90 anos. Em três casos, os filhos dividem algumas atividades com as agricultoras, mas geralmente voltadas a limpeza externa da residência ou cozinhar. Estas foram as únicas contribuições masculinas no trabalho doméstico identificadas pela pesquisa.

A dimensão do trabalho de cuidados foi pouco contemplada pela pesquisa, devido à dificuldade de aprofundamento e mensuração dos dados. O que se pode identificar é que as agricultoras geralmente são responsáveis pelo cuidado com doentes, sejam filhas(os) ou familiares e pelo apoio emocional da família. Em 5 casos as mulheres disseram que cuidam dos doentes e prestam apoio emocional para a família. Em outros cinco casos, elas afirmaram que tanto o trabalho de cuidados com os doentes quanto o apoio emocional são feitos em conjunto com o esposo. Em um dos casos a entrevistada afirmou que não precisou cuidar de doentes ainda e que o esposo presta apoio emocional; em outro, a agricultora cuida dos doentes, mas a filha é quem presta o apoio emocional. Sobre isso, elas comentaram:

Quem que faz? [risos] sou eu mesma [risos] quem tem que fazer tudo isso! Eu posso estar doente, mas eu tenho que ajudar os outros ainda [risos]. [...] Às vezes você está precisando, mas o outro está [mais doente] aí você ajuda o outro para daí se ajudar. [...] É a mãe que tem que se preocupar com os netos, com os filhos, com os genros, com as noras, com o esposo... com tudo. É a mãe mesmo, a mãe "véia"! Até que tenha [risos]. (ENTREVISTADA SAFE 2: Coronel Vivida, 2021).

Daí esse é os dois que fazem, mas acho que mais ainda sou eu, porque a gente tem mais aquele... a gente percebe, não sei se é um dom da gente mesmo. É que a gente percebe primeiro, a gente tem uma visão diferente. Mas mais ainda sou eu e se não, nós dois juntos assim. (ENTREVISTADA SAFE 9: Pato Branco, 2021).

Para Helena Hirata (2016) o trabalho de cuidados é um conjunto de práticas psicológicas e materiais que visam suprir as necessidades dos outros, isso significa que o cuidado com terceiros vai além de alimentar e vestir. O cuidado envolve afeto e foi naturalizado como atividade de mulher, uma forma de expressar amor para com seus familiares. Dessa forma, a atenção emocional, assim como o alimentar, aquecer, banhar e vestir, faz parte do trabalho de cuidado e se configura como uma carga mental para as mulheres. Karolyna Herrera (2019), afirma que para as mulheres rurais a orientação produtiva também é perpassada pela dimensão do cuidado, pois como elas são imprescindíveis para viabilizar a produção agrícola, é necessário que a unidade de produção seja organizada de forma a facilitar este deslocamento de atividades, por exemplo, construir um chiqueiro ou estufas perto da casa da família.

Neste sentido, a dimensão de tempo de trabalho e de não trabalho se torna difícil de separar. Por isso Ferrito (2021). afirma que o tempo gasto no trabalho de cuidado é subestimado, pois ele se desenrola em meio a outras atividades, como é o caso da agricultora do SAFE 11, que tem uma neta de dois anos. Ela afirmou durante

a entrevista, que o cuidado com a criança é em tempo integral, principalmente porque a casa dela está em obras e a neta pode se machucar em meio aos materiais de construção. Dessa forma, enquanto ela e a filha estão na cozinha preparando os panificados, elas ainda prestam atenção no que a criança está fazendo, se está aquecida, se tem fome ou sede e se está segura. A principal desigualdade identificada é que este trabalho é desempenhado exclusivamente pelas mulheres.

O que se diferencia dos casos estudados nesta pesquisa dos apresentados pela literatura é a maior participação das mulheres na comercialização dos alimentos e nas decisões de produção dos SAFEs. Das 12 unidades de produção investigadas, apenas 2 tinham os homens como chefes da produção, sendo que em uma delas (SAFE 8) a esposa do agricultor não trabalha na agroindústria. Em 3 SAFEs (2, 7 e 10) as agricultoras são responsáveis por todas as decisões de produção da agroindústria, em 5 SAFEs as decisões são tomadas em conjunto e um deles segue as orientações da cooperativa que participam, como foi discutido na seção anterior.

A inserção das agricultoras nas decisões de produção é um importante dado encontrado, pois indica que existe um movimento de deslocamento do homem como principal administrador das unidades de produção agrícola familiares, como foi demonstrado por Schwendler (2009). Isso pode indicar que a figura do pai-patrão de Woortmann e Woortmann (1997), o qual é o dono dos meios de produção e dispõe do poder de delegar as tarefas entre os membros da família, pode abrir espaço para uma administração conjunta, onde toda a família se envolve na produção e gestão democraticamente.

Entretanto, a inclusão das agricultoras nas decisões de produção nem sempre significa que elas têm acesso facilitado a renda da família. A indivisibilidade da renda agrícola foi apontada por Chayanov (1974), como um movimento bastante comum nas famílias agricultoras. Neste modo de administração não existe uma renda para cada membro, todos os ganhos são centralizados, geralmente, na conta bancária do esposo. Dessa forma, algumas agricultoras não têm acesso fácil ao dinheiro, por isso quando precisam de algo elas pedem para o esposo, como comentou a agricultora do SAFE 4: *“Tem que pedir pra ele, eu não mexo na conta dele”*. Devido a isso, frequentemente elas precisam explicar por que precisam do dinheiro. Quando indagada sobre se a agroindústria aumentou sua independência financeira, a Entrevistada do SAFE 3 comentou:

Aumentou minha dependência [risos].

Por que daí agora você não tem um dinheiro teu separado, é o dinheiro da família?

Não, aqui é tudo junto. É tudo junto não tem como separar uma coisa.

E você tem a liberdade de pegar o dinheiro e ir lá e comprar, ou você tem que prestar conta para o seu esposo, como que funciona essa parte assim? [Ao ouvir a pergunta ela sorri, meio sem graça, e eu rio para descontraí-la]

A gente conversa e ele tem que me dar, não tem o que fazer [risos].

Mas você conta para ele o que precisa fazer?

Sim, eu compro para ele também, essa semana eu comprei 2 tênis, comprei calçado para todo mundo [...]. (ENTREVISTADA SAFE 3: Vitorino, 2021).

Em outros casos, as agricultoras afirmaram que a agroindústria aumentou a sua independência financeira, mas a relação com o dinheiro ainda não mudou totalmente, como evidenciado pela fala da agricultora do SAFE 1:

A conta de vocês no banco é conjunta ou separada? É conjunta...

Você tem liberdade para usar o dinheiro da agroindústria do jeito que você quiser, sem prestar contas para o seu esposo do que você está comprando?

Sim e não [gargalhadas dela]. Dizer assim que não tem que dar satisfação é mentir. Por mais que a gente... digamos meu marido não fala nada, mas acho que... eu sei lá... eu começo... eu me sinto que eu tenho que dar satisfação [risos].

Você sente que é mais de você que vem, uma cobrança para você explicar para ele?

Sim, é! Ele não me cobra, mas assim ele não me cobra, mas se ele perguntar um negocinho eu já acho que está me cobrando [risos]. Então assim... mas ele não é de me cobrar, de me dizer: “ah! o que você fez?” Mas assim, eu me sinto cobrada quando ele pergunta: “ah e aquele dinheiro?” Não sei, qualquer pergunta, daqui que pergunte, eu já me sinto brava então eu acho que é assim uma coisa, sei lá, de mim mesmo. A gente foi criada com um tabu alguma coisa.

É isso que eu ia perguntar, você acha que é uma coisa de criação?

É, que já vem dentro da gente. Sempre tem que dar satisfação. Me sinto assim tenho que falar, mas ele não chega me pede... chegar me cobrar assim: “por que você fez isso?” [ele] Não fala, mas eu me sinto cobrada se me perguntar qualquer pergunta, “que que você fez com dinheiro?” alguma coisa assim... (ENTREVISTADA SAFE 1: Chopinzinho, 2021).

A agricultora do SAFE 7 é uma das mulheres que administra a renda da agroindústria. Para ela a atividade aumentou a sua independência financeira, entretanto, existe instabilidade porque “a agricultura depende muito da natureza” então é preciso ter um planejamento financeiro e ter uma reserva de emergência para poder passar com tranquilidade por eventos como estiagem e geadas, que fazem o volume da produção cair. Ela administra apenas a renda do PNAE e não de todas as atividades do SAFE. A entrevistada afirmou que pediu para o esposo para cuidar dessa parte da renda há 3 anos, mesmo período em que a família passou a ser

certificada pela Rede Ecovida. Sobre ser a administradora do dinheiro da agroindústria, ela afirmou:

Mas você gosta de poder administrar o dinheiro?

Amo isso, porque não sei, eu sempre tinha uma vontade assim de fazer as coisas que eu gostava, eu queria ver assim feito [do meu jeito] eu queria tanto ser assim. E aí para eu ser assim eu precisava ter o dinheiro, eu administrar essa parte para ser assim entende?

Para você poder pegar e fazer um planejamento?

E fazer conforme eu queria, entendeu? (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021).

A fala da agricultora demonstra que o maior envolvimento na administração da renda é parte de um sonho que se realiza. O sonho de poder planejar melhorias e executá-las, por exemplo. Ela afirmou que desde que começou a administrar a renda do PNAE investiu em estufas, fez um estoque de terra adubada, comprou coisas para aumentar o conforto da casa e ainda mantém a agroindústria funcionando, compra mudas, lonas e todos os insumos necessários. Além disso, a agricultora aprendeu a trabalhar com aplicativos de banco, por onde faz todas as negociações financeiras, como pagamento de boletos e transferências.

Em alguns casos, como no SAFE 2, 10 e 11 a administração do dinheiro sempre foi feita pelas mulheres, pois a agroindústria foi criada por elas e permanece sob sua gestão. A agricultora do SAFE 2 afirmou que cada um tem sua conta no banco separada, que eles decidem a maioria dos assuntos em conjunto e que ela não precisa prestar contas para o esposo sobre como usa o dinheiro. A agricultora do SAFE 10 administra o dinheiro da agroindústria e mais as aposentadorias dos pais idosos. Ela afirmou que eles unem os ganhos para investir na unidade de produção e comprar os itens necessários para a casa. Sobre a independência financeira que veio por meio da atividade, a agricultora do SAFE 11 comentou:

Mas percebo mesmo, [mais independência financeira] nossa, pense o quanto que é bom. Porque a gente "lidava" junto, tudo era aquela coisa, que a maioria [das coisas era preciso] pedir para o marido isso, pedir para o marido aquilo. Agora a gente tem o dinheiro da gente mesmo. Não precisa estar [pedindo]. Antes qualquer coisa que a gente quisesse comprar, um perfume, uma coisa qualquer, pedia para o marido. Assim a gente se torna mais independente (ENTREVISTADA SAFE 11: Honório Serpa, 2021).

O acesso a renda é intimamente ligado ao consumo, dessa forma, as entrevistadas foram questionadas sobre quando foi a última vez que adquiriram um bem para si. Seis agricultoras (SAFEs 1, 2, 5, 7, 9 e 11) haviam comprado algo para

si nos últimos 15 dias anteriores a entrevista, os itens adquiridos foram roupas, calçados, creme para cabelo, tratamento dentário e um carro, que foi comprado em conjunto com a filha. Cinco entrevistadas (SAFEs 1, 4, 6, 8 e 10) compraram um bem para si de 4 meses a 2 anos atrás, os itens foram: coturno, calça, anel e corrente e um carro. A agricultora do SAFE 12 não soube dizer quando foi a última vez que comprou algo para si, pois fazia muito tempo.

Neste sentido, percebe-se que administrar o dinheiro não é somente uma nova atribuição para elas. É um novo mundo de possibilidades e novos aprendizados que se abre, a partir do momento que elas podem ter em mãos os frutos de seu trabalho. Dessa forma, elas têm a liberdade para escolher o que desejam fazer, se querem reinvestir o dinheiro na produção, comprar artigos para si ou para suas casas; em suma, este movimento, que parece simples, empodera e aumenta a independência das agricultoras. Este achado da pesquisa também difere de casos apresentados pela literatura, em que a atividade das mulheres passa a ser gerida pelos esposos quando esta passa a ter um aumento de ganho econômico, retirando delas a possibilidade de administrar a renda (MENASCHE et al., 1996; MENEZES; ALMEIDA, 2013).

Outra ferramenta que gera autonomia para as agricultoras é a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O roteiro de entrevista não contava com uma pergunta específica sobre a CNH, mas o assunto surgiu no decorrer da conversa. Das 12 entrevistadas 4 eram habilitadas (SAFEs 1, 8, 10 e 11), 1 não é habilitada, mas sabe dirigir (SAFE 6) e 1 tem planos de iniciar as aulas para habilitar-se a dirigir (SAFE 9). A agricultora do SAFE 7 não afirmou ter CNH, mas pode-se deduzir que ela ou a filha tem o documento, pois elas vão para a feira sem a companhia do esposo. Não falaram sobre CNH as agricultoras dos SAFEs 2, 3, 4, 5 e 12, sendo que a primeira afirmou que o esposo vai junto para fazer as entregas e fica no carro, enquanto as demais deixam tudo pronto para o esposo ir para a cidade entregar os alimentos.

A CNH é um importante instrumento de empoderamento e promoção da autonomia das mulheres, pois, além de garantir independência em sua mobilidade, diante das diversas violências enfrentadas pelas mulheres diariamente, saber dirigir e ter um veículo a disposição é um fator que aumenta a segurança das mulheres. No estudo de Demetrio (2019, p. 60), o próprio secretário de agricultura do município admitiu que a falta da carteira de habilitação poderia ser “um fator limitante para a

atividade econômica da mulher, pois muitas vezes elas demonstram ter vontade de vir para a cidade vender seus produtos e alimentos, porém dependem do marido para o transporte”. Para Aline Motter Schmitz (2014), a carteira de habilitação está ligada a diversos aspectos da autonomia das mulheres, como ter seu próprio negócio, fazer as vendas da agroindústria, entre outras coisas que a CNH pode possibilitar.

Não possuir o documento pode ser um aspecto ligado as características dominantes da divisão sexual do trabalho nas unidades de produção agrícola, pois, neste espaço, com atividades bem definidas, não há necessidade de todos os membros da família serem habilitados para dirigir. Além disso, o custo para a obtenção do documento pode ser um entrave para algumas famílias, que têm menores rendimentos. Entretanto, em um cenário de transformação e inclusão produtiva das agricultoras, tanto em atividades de gestão quanto na comercialização dos alimentos, é primordial que elas tenham maior mobilidade e segurança para realizar suas atividades. Neste sentido, caberia ao Estado promover políticas públicas que supram esta necessidade, pois a CNH é um documento que auferia autonomia e empoderamento para as agricultoras.

O estudo também identificou que as mulheres participaram ativamente dos espaços públicos, principalmente no âmbito da criação das agroindústrias. Em muitos casos foram elas que entraram em contato com o IDR, buscaram informações sobre a confecção dos selos e códigos de barra, e outros assuntos de registros necessários para a regularização da agroindústria, que a literatura demonstrou não ser seu campo de participação (HEREDIA; CINTRÃO, 2004; SCHWENDLER, 2009; PAULILO, 2016). Nos casos apresentados as agricultoras foram proativas e tomaram a iniciativa em espaços que não lhes pertenciam. Isso aconteceu principalmente nos SAFEs que foram criados pelas mulheres, mas também, em unidades de produção que foram criados em conjunto, como demonstra o Quadro 2, apresentado na seção 5.2.

Um achado da pesquisa foi a grande participação das mulheres na criação e consolidação de mercados. A maior participação das agricultoras nas decisões de produção e na comercialização dos alimentos é um dado que demonstra transformações nos papéis desempenhados por homens e mulheres nos espaços rurais. Um exemplo disso é a agricultora do SAFE 7, a qual afirmou que era seu sonho produzir verduras e vender na feira, sendo para ela uma grande realização este trabalho. Outro destaque é a participação das mulheres na consolidação dos

mercados digitais. A pesquisa identificou que, na maioria dos casos, são as mulheres que atendem os clientes em aplicativos de mensagem, como elas comentaram:

[...] as vezes as meninas falam que eu estou de secretaria em casa, porque passo mais tempo no celular do que trabalhando. É um cliente que liga ou manda mensagem e a gente gosta de atender todo mundo. Nem sempre a gente consegue atender. Quando tem uma boa produção é legal, é tão bom quando a gente pode fornecer [...] não é porque a gente não faz a entrega, que a gente não sai de casa que a gente não faz a comercialização [...] (ENTREVISTADA SAFE 9: Pato Branco, 2021).

[...] então na sexta-feira de manhã eu ponho a foto do que eu tenho no grupo das verduras, que a gente tem o grupo, tem ali umas 40, 50 pessoas, a gente adicionou. Daí põe as fotos, a pessoa encomenda o que quer e a gente vai tirando e vai organizando para no sábado já levar. Daí sob encomenda a gente leva [...] (ENTREVISTADA SAFE 6: Honório Serpa, 2021).

Em tempos de pandemia e isolamento social, a comercialização de alimentos por mercados digitais aumentou e as mulheres tiveram grande participação neste movimento. Dessa forma, pode-se afirmar que o comércio por meio de plataformas digitais também é um fator de transformação dos papéis de gênero, pois atualmente as mulheres estão cada vez mais envolvidas com a comercialização dos alimentos, o que as leva a ter mais socialização com pessoas de fora da unidade de produção, mesmo que seja por meio de espaços digitais. Neste sentido, as dimensões público e privado se cruzam, devido as novas possibilidades que os mercados digitais oferecem.

Outro fator de transformação dos papéis de gênero identificado pela pesquisa foi a participação das agricultoras em mercados institucionais, como PNAE e PAA. Através desta interação as agricultoras passaram a ter mais contato com a assistência técnica e passam a tratar de assuntos burocráticos, principalmente aquelas que trabalham com panificados, devido a necessidade de adequar as cozinhas e o modo de preparo a legislação sanitária. Por meio destes programas, agricultoras também foram capazes de ter a sua própria renda, como no caso da agricultora do SAFE 7, que administra os rendimentos do PNAE. Estes programas demonstram a importância das políticas públicas para a inclusão produtiva das mulheres e a transformação nos papéis de gênero, influenciando a autoestima das agricultoras:

A maioria das agricultoras afirmou participar de algum tipo de curso de capacitação, seja referente a produção primária ou ao processamento dos alimentos. As instituições mais citadas foram o Instituto de Desenvolvimento Rural, as prefeituras municipais, sindicatos e as associações e cooperativas das quais as famílias

agricultoras faziam parte. Estas instituições foram responsáveis pela promoção de cursos de plantio, boas práticas no manejo de alimentos, organização da unidade de produção, produção de adubo, produção de queijos, plantas medicinais, entre outros. A maioria das mulheres não indicou alguma ação que fosse promovida diretamente para elas, somente as agricultoras do SAFE 7 e SAFE 1 afirmaram participar de atividades ligadas ao empoderamento feminino, a primeira por intermédio da Rede Ecovida e a segunda pela Associação de Mulheres Rurais (AMR), de Chopinzinho.

O auxílio prestado por estas instituições, geralmente, foram ligados a oferta de cursos e socialização de conhecimentos. A única agricultora que foi beneficiada de outra forma foi a do SAFE 1, ela ganhou uma máquina de fazer pães da AMR, quando estava iniciando as atividades da agroindústria. As agricultoras dos SAFEs 4, 5 e 8 não participaram de cursos de capacitação, sendo que a agricultora do SAFE 4 não utilizou nenhum serviço das instituições diretamente. A entrevistada do SAFE 8 não é agricultora e do SAFE 5 recebeu link de cursos para assistir *on-line* das técnicas e agrônomas do IDR.

A pergunta que mais surpreendeu as agricultoras foi quanto tempo elas dispõem de lazer e acesso à cultura. A maioria delas reagiu a esta questão com bom humor, rindo e dizendo: “*Posso fazer uma brincadeira com você? Lazer? O que é isso?*” (ENTREVISTADA SAFE 7: Pato Branco, 2021). As agricultoras afirmaram que a atividade agrícola exige dedicação quase integral e como nos finais de semana geralmente se dedicam ao trabalho doméstico, sobra pouco tempo para lazer e cultura. A maioria afirmou que tem um dia na semana para descansar, geralmente no domingo, neste tempo elas visitam a família, passam tempo nas redes sociais, vão à igreja ou fazem artesanato. Mas majoritariamente o lazer delas é descansar, seja dormindo ou assistindo TV, como os trechos das entrevistas evidenciam:

Lazer [risos]. Minha filha perguntando o que que é lazer? [risos] Lazer é mais para quem mora na cidade, porque aqui tem trabalho de domingo a domingo (ENTREVISTADA SAFE 3: Vitorino, 2021).

[Ouve-se ao fundo a filha e o esposo dizer: “cultura?!”] Olha, são poucas as vezes que eu tenho tempo para isso, porque tem algum fim de semana que dá uma folguinha, que não tem a merenda para fazer. Umas ou duas vezes por mês que a gente tem um pouco de folga, que dá para se sentar sossegado num domingo à tarde, pegar o celular, ou conversar com as amigas ou vem gente [visitar] Até sábado eu tive um tempinho jogamos e vôlei, mas são poucas as vezes que a gente tem (ENTREVISTADA SAFE 11: Honório Serpa, 2021).

As formas de lazer identificadas pela pesquisa são parecidas com outros estudos sobre o lazer das mulheres. Wedig et al. (2020), em uma pesquisa sobre o clube de mães do município de São Lourenço do Oeste/SC, identificaram que até o lazer é marcado pela divisão de gênero. Para as mulheres o lazer é o artesanato, assistir televisão, a visita entre amigas e familiares, e, no caso da pesquisa, frequentar o clube de mães. Para os homens, o lazer é jogar futebol, bocha, conversar, jogar baralho e beber em bares. Ir a eventos da igreja também faz parte do lazer das famílias agricultoras, que geralmente podem se reunir com amigos e familiares.

Como na época da coleta de dados desta pesquisa o isolamento social era recomendação geral, devido a pandemia, muitas famílias afirmaram sentir falta do convívio com os familiares, na igreja e nas associações da agricultura familiar. A visita a familiares ficou restrita, principalmente aqueles que são idosos. O espaço de socialização nas associações e cooperativas também, faz parte do lazer das famílias, pois através dos cursos de capacitação eles têm a oportunidade de socializar-se. No entanto, nessas atividades sempre ocorre a separação de atividades por gênero: as mulheres nos artesanatos e panificados e os homens em cursos de plantio e adubos.

Dessa forma, o que se pode concluir, é que a inclusão produtiva das mulheres nos SAFEs não transforma totalmente os papéis de gênero na família e na sociedade, como evidenciado por autoras citadas anteriormente. O que se observou, através das entrevistas, é que existe um movimento de transformação, principalmente na inclusão das agricultoras nos espaços de decisão, gestão da renda e comercialização, seja digital, institucional ou presencial. Entretanto, estas novas atividades atribuídas às agricultoras não equalizam a carga de trabalho doméstico, que, na maioria dos casos, ainda fica sob sua responsabilidade. Portanto, pode-se afirmar que a inclusão produtiva das agricultoras requer, em contrapartida, a inclusão dos homens no trabalho reprodutivo, para que haja uma distribuição justa de horas trabalhadas e de descanso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou levantar quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares da Região Sudoeste do Paraná e qual a atuação das mulheres agricultoras neste processo. Através do método do valor agregado e da história de vida tópica, foi possível responder aos objetivos e a pergunta formulada no problema de pesquisa.

Dessa forma, retomando os objetivos que guiaram a investigação, o primeiro objetivo visou: a) mensurar o valor agregado dos alimentos ecológicos fabricados em agroindústrias familiares de diferentes cadeias de produção e comercialização. Isso foi cumprido com êxito, visto que foi possível identificar que os SAFEs geram, em média, um valor agregado líquido de R\$ 270.468,47 por ano, que corresponde a 69,47% da produção bruta. Este dado indica que o valor agregado destas experiências é alto, pois, como foi evidenciado, ele é maior do que apresentado em estudos anteriores. O VAL dos SAFEs estudados também é alto se comparado com atividades não ecológicas, que apresentam um VAL médio de 20% da produção bruta. Por meio deste valor agregado foi possível gerar uma renda agroindustrial média de R\$ 220.705,03 por ano, que também é alta para as famílias, correspondendo a 57,91% de toda a riqueza gerada pelos SAFES.

O estudo também possibilitou demonstrar que a agroindústria é uma importante fonte de renda para as famílias agricultoras na atividade, pois gerou, em média, uma renda de R\$ 47.929,35 por ano, cerca de 21,71% da renda total gerada pelos SAFEs. Outras atividades desempenhadas pela família também agregaram valor à produção, sendo elas a diminuição de intermediários por meio da venda direta ou por cadeias curtas e o trabalho doméstico. O comércio gerou um valor agregado de, em média, R\$ 28.226,59 anuais, que representam 12,78% da renda total. Já o trabalho doméstico agregou R\$ 28.772,20, em média, cerca de 13% do total da renda gerada pelos SAFEs. Estes números indicam que as atividades ligadas indiretamente a produção também são valiosas para geração de renda das famílias agricultoras.

Em relação ao segundo objetivo, ele quis: b) analisar a trajetória das mulheres na constituição das agroindústrias familiares ecológicas. Este objetivo também foi cumprido e evidenciou que as agricultoras foram essenciais para o início das atividades dos SAFEs. Elas, antes restritas aos espaços privados, se destacaram pela atuação em espaços públicos como assistência técnica, sindicalismo, cooperativas e

associações. A participação das agricultoras também foi fundamental para criação e consolidação de novos mercados institucionais (PNAE e PAA) e digitais (vendas por WhatsApp). Em alguns casos, geralmente ligados ao processamento de panificados, elas estiveram à frente da criação da agroindústria, em contato direto com o IDR, prefeituras e instituições bancárias.

Além disso, as mulheres ficaram responsáveis por atividades ligadas a reprodução da família, que são indispensáveis para a continuidade do trabalho produtivo. Este trabalho, constantemente invisibilizado, é desempenhado por todas. Elas dispõem de pouco tempo para atividades de descanso e lazer. Neste sentido, observou-se que elas sempre buscam conciliar o trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho nos SAFEs, o que gera o que a literatura têm denominado de dupla jornada.

Já o terceiro objetivo visou: c) averiguar a atuação das mulheres nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos das agroindústrias familiares. Através das entrevistas realizadas foi possível identificar que elas têm grande participação na agroindústria, trabalho doméstico e comércio, além de participar de atividades na produção primária em menor proporção. Cerca de 75% das horas trabalhadas na agroindústria fica a cargo delas, que têm na agroindústria a continuidade das atividades que desempenhavam em suas cozinhas, para o sustento da família. O trabalho doméstico é desempenhado por elas, com auxílio das filhas e dos filhos, este trabalho agregou cerca de 28 mil reais anuais aos SAFEs, demonstrando a importância socioeconômica da atividade.

A grande participação das mulheres na comercialização dos SAFEs foi um outro achado da pesquisa, visto que pesquisas anteriores com mulheres rurais, em outros contextos, observaram que elas não ocupavam estes espaços. A maior participação das agricultoras em espaços de decisão, gestão da renda e contato com instituições como IDR, prefeituras e bancos também é algo novo, pois demonstra que elas estão ocupando espaços públicos e tendo mais autonomia e independência para tomar decisões nas unidades de produção.

O último objetivo que a pesquisa se propôs a alcançar foi: d) verificar se as atividades das mulheres agricultoras, nas agroindústrias familiares de alimentos ecológicos, contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e para a sua autonomia. Sobre isso foi possível identificar que a inclusão produtiva das

mulheres nas agroindústrias não reconfigura os papéis sociais de gênero, pois, em todos os casos, as mulheres ainda são responsáveis por cerca de 95% do trabalho doméstico, sendo este dividido apenas com os filhos e filhas e, em nenhum dos casos, com o esposo. Isso demonstra que as agricultoras enfrentam uma dupla jornada de trabalho, pois mesmo quando terminam as atividades ligadas a produção dos alimentos, elas continuam trabalhando para a família.

É claro que alguns aspectos dos SAFEs se diferenciam das características clássicas dos estudos sobre o tema na agricultura familiar, por exemplo, a maior participação das mulheres em espaços públicos e de decisão. Os SAFEs, alinhados a políticas públicas de assistência técnica e compras institucionais, proporcionaram às mulheres mais autonomia, visto que algumas delas conquistaram sua independência financeira através do processamento dos alimentos, principalmente nas agroindústrias de panificados. Outros aspectos, como possuir a carteira de habilitação e um veículo próprio, ou em conjunto com as filhas, também é algo que aponta para uma tendência de transformação, pois agora elas têm mais autonomia em sua mobilidade.

Dessa forma, o problema de pesquisa “quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná e qual a atuação das mulheres agricultoras nesse processo?” pode ser respondido em duas partes.

A primeira parte que versa sobre “quanto é o valor agregado alimentar das agroindústrias familiares ecológicas da Região Sudoeste do Paraná?” O mesmo pode ser respondido da seguinte forma: as agroindústrias ecológicas da Região Sudoeste do Paraná têm um valor agregado líquido de R\$ 270.468,72, o qual gera uma renda agroindustrial para as famílias agricultoras de R\$ 220.705,35 por ano, em média. As atividades que mais geram renda são a produção primária (R\$ 115.769,89), a agroindústria (R\$ 47.929,35), o trabalho doméstico (R\$ 28.772,20) e a comercialização (28.226,59). Pode-se afirmar que a agregação de valor que vem do trabalho doméstico é ligada a uma economia de custos que as famílias têm por desempenhar estas tarefas.

Sobre a segunda parte do problema, pode-se afirmar que as mulheres agricultoras são imprescindíveis para o resultado financeiro positivo das agroindústrias, sendo que sem a sua participação as unidades de produção não

seriam economicamente viáveis. Além de fazer a maior parte do trabalho das agroindústrias, as agricultoras também participam ativamente da comercialização e fica com elas quase todo o trabalho doméstico, que garante a continuidade das atividades produtivas. Isso soma-se ao protagonismo identificado na pesquisa de campo, em que as agricultoras também estiveram a frente de assuntos ligados à regulamentação das agroindústrias, adequação a legislação sanitária e nos processos de construção de mercados alimentares (até digitais nos casos de vendas por WattsApp).

A pesquisa identificou que nem todos os SAFEs são administrados por famílias residentes nos espaços rurais e que algumas famílias optaram por deixar a vida nas cidades para se dedicar a agricultura. Isso demonstra que a agricultura familiar não é homogênea. Também foi possível observar que existem SAFEs que foram criados e são comandados pelas mulheres, isso demonstra que, apesar de lentas, as mudanças nos espaços rurais estão acontecendo e existe uma tendência a maior igualdade de gênero, no que diz respeito às atividades produtivas. Sobre o trabalho doméstico, se confirmaram os achados de pesquisas anteriores, a saber: a inclusão produtiva das mulheres não transformou os papéis de gênero e gerou uma dupla jornada para elas.

Também foi possível observar a grande importância que os mercados institucionais têm para a geração de renda da agricultura familiar. Em alguns casos, a renda do PNAE ou PAA é a única renda da família acessada pelas mulheres. Dessa forma, as políticas públicas, direta ou indiretamente, asseguram a autonomia e independência financeira das agricultoras. A maior participação de mulheres em serviços de assessoria técnica também foi observada como um fator positivo para a inclusão produtiva das agricultoras, que se sentem mais à vontade sendo atendidas por mulheres. O contato com as técnicas e agrônomas do IDR foi fundamental na maioria dos casos, seja para adequação frente a legislação ou para aperfeiçoamento de técnicas produtivas. Esta instituição se destacou durante todo o estudo.

Através de inovações introduzidas no método do valor agregado foi possível demonstrar a importância do trabalho doméstico para as unidades de produção pesquisadas, pois, ao colocar em evidência este trabalho, geralmente invisibilizado e não valorizado, foi observado que ele agrega cerca de 28 mil reais por ano, em média, para as famílias. O grande achado da pesquisa é a quantificação deste trabalho,

entretanto, é preciso salientar que este valor pode estar subestimado, pois as agricultoras raramente sabiam informar com certeza quantas horas trabalhavam por dia nesta atividade. Outro problema observado é a realização de atividades simultâneas, as quais não podem ser captadas por um método que utilize apenas as horas de trabalho como base.

Também não foi possível privilegiar a dimensão do trabalho de cuidado, pois este é ainda mais difícil de mensurar devido a sua amplitude e continuidade. As mulheres dedicam boa parte do seu tempo para cuidar de outras pessoas, de forma quase que “automática”, devido, principalmente, ao condicionamento social advindo da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, quantificar o trabalho de cuidados requer métodos que vão além das horas trabalhadas por dia e que adentre profundamente às questões de gênero. Além disso, é preciso aperfeiçoar o método do valor agregado, para que ele não seja voltado apenas para custos e renda, mas também inclua mensurações de bem-estar social e ambiental em suas análises.

Sobre a contribuição para o desenvolvimento regional, a pesquisa identificou que os SAFEs são de grande importância para as comunidades em que estão inseridos. Além de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis para as(os) consumidoras(es) urbanas(os), estas unidades asseguram a reprodução social da agricultura familiar, a preservação ambiental, a sociabilidade entre as famílias agricultoras e se apresentam como uma ferramenta que pode gerar a inclusão produtiva das agricultoras, no sentido de envolvê-las nas decisões de produção e ter acesso a renda da família. Aliado a isso está a formação de uma identidade regional expressa pela culinária feita de modo artesanal e pelo fornecimento de frutas e verduras originárias do local. O comércio feito por meio das cadeias curtas fortalece a circulação de recursos financeiros no local, fomentando a economia dos municípios, enquanto os mercados institucionais fortalecem a agricultura familiar e oferecem alimentos de boa qualidade para alimentação escolar e de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, é preciso salientar a grande importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos espaços rurais, sem as quais não seria possível realizar esta pesquisa. As 12 entrevistas conduzidas foram feitas pelo *Google Meet*, *WhatsApp* ou via telefone quando a internet apresentava instabilidade. Isso sem dúvida é um grande avanço para as comunidades rurais, que geralmente eram

carentes de infraestrutura no que diz respeito a comunicação. No entanto, sabe-se que é preciso expandir o acesso às TICs nos espaços rurais, como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, seja para a consolidação de mercados digitais, ATER a distância ou para prover de melhor infraestrutura tecnológica e comunicativa as famílias agricultoras.

Concluindo o exposto, o estudo identificou potenciais problemas para pesquisas futuras: qual é o papel das mulheres na formação e consolidação de mercados digitais? Qual o impacto dos mercados institucionais na renda dos SAFEs? Qual a diferença de valor agregado das agroindústrias ecológicas para as agroindústrias não ecológicas (ou convencionais)? Como mensurar o trabalho de cuidados nas famílias agricultoras? Qual é a relação das agricultoras com o meio ambiente? Como a participação das mulheres em órgãos de assistência técnica pode incentivar a inclusão produtiva das agricultoras? E, por fim, como conscientizar os esposos das agricultoras da necessidade de sua maior participação no trabalho doméstico e de cuidados, a fim de diminuir a sobrecarga das mulheres?

Todas essas questões instigam novas investigações e metodologias criativas, que possam combinar métodos quantitativos e qualitativos a fim de obter respostas elucidativas. Conclui-se que os SAFEs podem ser considerados estratégias de agregação de valor alimentar, não só por serem ecológicas, mas também por fazer parte da agricultura familiar, constituindo resistência contra a hegemonia dos mercados alimentares distantes e hegemônicos e contra a desigualdade de gênero, que em pleno século XXI ainda é um dos problemas estruturais da sociedade.

7 REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo (Org). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. *Ebook* (104 p.). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131546>> Acesso em: 08 abr 2020.

AGENCIA DE NOTÍCIAS IBGE – **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas**. 2019. Disponível em: <Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas | Agência de Notícias (ibge.gov.br)>. Acesso em: 27 outubro de 2020.

ANDERSON, Colin Ray; BRUILL, Janneke; CHAPPELL, M. Jahi; KISS, Csilla; PIMBERT, Michel Patrick. **Agroecology Now!** Transformations towards more just and sustainable food systems. Suíça: Palgrave Macmillan, 2021.

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. *In*: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. (Org.). **Juventude, consumo e educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15-64.

BARRETT, Christopher B. et al. **Socio-technical innovation bundles for agri-food systems transformations**. Ithaca, New York, London: Nature Sustainability and Cornell Atkinson Center for Sustainability, 2020, 172 p. Disponível em: <Bundles_agrifood_transformation-1.4.21.pdf (wpmucdn.com)> Acesso em: 14 mai. 2020.

BASTIAN, Lillian; WAQUIL, Paulo Dabdab; AMIN, Monica Concha; GAZOLLA, Marcio. Agroindústrias familiares e não familiares: uma análise comparativa. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 3, p. 51-73, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v19i3.2679>.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2 ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BEARD, Mary. **Mulheres e o Poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, 125 p.

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. **Short food supply chains for promoting local food on local markets**: inclusive and sustainable industrial development. UNIDO, 2020. 52 p. Disponível em: <SHORT FOOD SUPPLY CHAINS.pdf (unido.org)> 20 mai. 2020.

BENINI, Maria Luiza de Andrade; JÚNIOR, Roberto Donato da Silva. Traçando possibilidades metodológicas para os desafios dos estudos do consumo na agroecologia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. 352-370, jun. 2019.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-173210/102>.

BOHN, Liana; CATELA, Eva Yamila A. S. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 20, 2017, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPEC. 2017. p. 1-19. Disponível em: <i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf (anpec.org.br)> Acesso em: 25 mar. 2021.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005. Disponível em: <Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc.br)> Acesso em: 20 out. 2020.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n.1, p. 360, abr. 2004. Disponível em: <Anita.pmd (scielo.br)> Acesso em: 20 abr. 2021.

BRUNORI, Gianluca, CERRUTI, Raffaella, MEDEOT, Stefania, ROSSI, Adanella. Looking for alternatives: the construction of the organic beef chain in Mugello, Tuscany. **Int. J. Agricultural Resources, Governance and Ecology**, Suíça, v. 7, n. 1/2, p.126–143, 2018. Disponível em: <(PDF) Looking for alternatives: The construction of the organic beef chain in Mugello, Tuscany (researchgate.net)> Acesso em: 20 dez. 2020.

BUENO, Juliana Castilho; QUEIROZ, Deise Regina Elias. Técnicas cartográficas aplicáveis aos estudos de emancipações municipais: um enfoque ao sudoeste do paraná. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 8, n. 16, p. 115-127, dez. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, set. 2002. Disponível em: <revista11 (unesp.br)> Acesso em: 20 set. 2020.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A Visão Sistêmica da Vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Tradução de Mayra Teruya Eichenberg e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014. 615 p.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; MOREIRA, Sarah. A revolução silenciosa dos quintais agroecológicos das mulheres. *In*: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11, Sergipe. Cadernos de Agroecologia. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, no 2, 2020. ISSN 2236-7934.

CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. *In*: MIRANDA, María Jesús Vara (org.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006. Cap. 1. p. 29-53.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: un recorrido a través del concepto de reproducción. **Ekonomiaz**, Vitoria-Gasteiz, v. 91, n. 1, p. 53-77, jan. 2017.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. **Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995-2002)**. 2004. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, BR, 2004. Disponível em: <Repositório Institucional da UnB: Os mundos das mulheres das agroindústrias do DF : espaços identitários, lugares de poder (1995-2002)> Acesso em: 15 abr. 2021.

CASABIANCA, François; SYLVANDER, Bertil; NOËL, Yolande; BÉRANGER, Claude; COULON, Jean-Baptiste; RONCIN, François; FLUTET, Gilles; GIRAUD, Georges. Terroir e tipicidade: dois conceitos-chave para as indicações geográficas. *In*: NIEDERLE, Paulo André (org.). **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Cap. 8. p. 145-165.

CERDAN, Claire. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. *In*: NIEDERLE, Paulo André (org.). **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013. 296 p. Cap. 5. p. 89-108.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342 p.

CONTERATO, Marcelo. A. et al. **O impacto do consumo intermediário na agricultura: uma análise comparativa entre agricultura familiar e não familiar: Brasil e regiões Nordeste e Sul**. Brasília: Relatório de Pesquisa. IPEA. 2013, 102p.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: Uma caminhada em busca da cidadania. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11. Santa Cruz do Sul, **Anais [...]**, Santa Cruz do Sul: Unisc, 2014, p. 1-17. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11768>> Acesso em: 08 abr. 2020.

CRUZ, Fabiana Thomé. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 1-21, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 22-38, dez. 2010. ISSN 1980-9735.

DEMETRIO, Milena. **Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial das mulheres do campo de guarapuava**. 2019. 100 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2019.

DEMETRIO, Milena; GAZOLLA, Marcio; FANTIN, Leidiane Maria; BORELLI, Ivanderson. Agroindústrias no Desenvolvimento Rural e Regional: um perfil com base nos dados do Censo Agropecuário 2017. *In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE*, 5., 2021a, Taubaté. **Anais [...]**. Taubaté: Unitau, 2021. p. 1230-1245.

DEMETRIO, Milena; TERNOSKI, Simão; GAZOLLA, Marcio. Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial de Agricultoras participantes de cadeias curtas alimentares. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 54, p 30-52, mar. 2021. Edição Especial (58º Congresso da SOBER): Dossiê – Dinâmicas da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural Brasileiro. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5958>.

DEMETRIO, Milena; WALLAU, Angélica Servegnini de; PERONDI, Miguel Angelo; MARINI, Marcos Junior; SANTOS, Luana Santos dos. O papel das agroindústrias familiares na construção do desenvolvimento regional: o caso dos arranjos produtivos locais do rio grande do sul. *In: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ATORES, ATIVOS E INSTITUIÇÕES: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA*, 10., 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2021b. p. 1-16.

DOMIT, Alberto Lineu; CRUZ, Fabiana Thomé. **Produtos agroalimentares artesanais brasileiros**: situação atual e potencial de valorização. [S.l.] Embrapa, 2019. Disponível em: <Blue Modern Middle School Newsletter (embrapa.br)> Acesso em: 15 jan. 2021.

DYTZ, Jane Lynn Garrison; ROCHA, Semiramis Melani Melo; MELLO, Débora Falleiros de. A pesquisa em saúde infantil: a técnica do relato oral e o depoimento de mães. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 48-59, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62341999000100006>.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **The journal of development studies**, v. 35, n.1, p.1-38, dec.1997. DOI: 10.1080/00220389808422553.

FAO – Food and Agriculture Organization. **Global Panel Urban diets and nutrition**: Trends, challenges, and opportunities for policy action. Policy Brief n. 9. London: Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition; 2017.

_____. **International Scientific Symposium: Biodiversity and Sustainable Diets: United Against Hunger**. Rome: FAO; 2010. Disponível em: <Microsoft Word - FINALSymposiumReport18102011.doc (fao.org)> Acesso em: 21 mar. 2021.

_____. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: las mujeres en la agricultura cerrar la brecha de género en aras del desarrollo.** Roma: FAO, 2011, 171 p. Disponível em: <i2050s.pdf (fao.org)> Acesso em: 26 mar. 2021.

FANZO, Jessica et al. **Nature Food**, London, v.1, 243–246, may. 2020. Disponível em: <The Food Systems Dashboard is a new tool to inform better food policy: nature.com search> Acesso em: 20 dez. 2020.

FEAGAN, Robert. The place of food: mapping out the 'local' in local food systems. **Progress In Human Geography**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 23-42, feb. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132507073527>.

FEDERICI, Silvia. Salários contra o trabalho doméstico (1975). *In: O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019, 388 p.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 558-583, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>.

FERNÁNDEZ-ZARZA, Mario; AMAYA-CORCHUELO, Santiago; BELLETTI, Giovanni; AGUILAR-CRIADO, Encarnación. Trust and Food Quality in the Valorisation of Geographical Indication Initiatives. **Sustainability**, [S.l.], v. 13, n. 6, p. 3168, 13 mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/su13063168>.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio (org.). **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise com base nos dados do censo agropecuário 2006.** Brasília: Ipea, 2013. 78 p. (Relatório de Pesquisa).

FERRITO, Bárbara. **Direito e desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos.** São Paulo: LTr Editora Ltda, 2021. 198 p.

FIDA – Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020.** Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020. 232 p.

_____. **Análise de um ano de uso das cadernetas agroecológicas nos projetos apoiados pela FIDA no Brasil.** Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2021. 88 p.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos.** 112 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150147>> Acesso em: 08 abr. 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. 79 p.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Outubro**, v. 26, p. 31-56, jul. 2016. Traduzido por Anselmo da Costa Filho, Sávio Cavalcante e Renata Gonçalves.

GALDINO, Iza Layana C.; SOUZA, Fernanda L. B.; ALVES, Adilson F.; FEIDEN, Alberto; VORPAGEL, Jefferson S. Os circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos das mulheres da vila rural santa clara. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1., 2017, Marechal Cândido Rondon. **Anais [...]**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017. p. 1-15. Disponível em: <CircuitosCurtos.pdf (embrapa.br)> Acesso em: 27 mar. 2021.

GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006.

GARCIA, Mylena Cardoso; GAZOLLA, Marcio. **Custos produtivos e valor agregado em cadeias curtas de agroindústrias familiares**. Pato Branco: UTFPR, 2020. 12 p.

GAZOLLA, Marcio. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GAZOLLA, Marcio. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 62-95, dez. 2013.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 29, p. 426-460, mai. 2021.

GAZOLLA, Marcio; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BRIGNONI, Carolina; BMMESBERGER, Andressa. Custos de formalização institucional de sistemas agroindustriais familiares de base ecológica - SAFEs. **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 21, n. 3, p. 378-403, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i3.6886>.

GAZOLLA, Márcio; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BRIGNONI, Carolina. Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFes). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 9, p. 239-263, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v49i0.51681>.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do censo agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 241-

262, jul. 2012. Disponível em: <2-4 MARCIO-PAULO-PAULO.p65 (ufrgs.br)> Acesso em: 20 jul. 2020.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. 520 p. (Estudos Rurais).

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio; BRUNORI, Gianluca. Agroindústrias familiares: um estudo comparativo entre regiões do Brasil e Itália. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 20, n. 1, p. 30-48, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 230 p.

GOODMAN, David. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. **Sociologia Ruralis**. n. 44, p. 3-16, feb. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00258.x>.

_____. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal Of Rural Studies**, California, n. 19, p. 1-7, jan. 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00043-8).

GUIMARAES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências da política pública. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SBSP, 2007. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/sbsp/publicacoes/>> Acesso em: 15 mar. 2021

HENNING, Cristiane de Conti. **Dinâmica agrária e Desenvolvimento local**: emergência e efeitos econômicos diretos e indiretos da agroindustrialização familiar de pequeno porte em Constantina/RS. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, RS, 2010. Disponível em: <Dissertação versão FINAL (unijui.edu.br)> Acesso em: 20 jul. 2020.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, São Paulo, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1443>.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável**: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. 2019. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208, mar. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>.

HIRATA, Helena. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 98, n. 34, p. 25-40, abr. 2020.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França, Japão. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária. In SILVEIRA, M.; GODINHO, T (Org.). **Gênero e feminismo**: desvelando trajetórias. São Paulo: CEM/PMSP, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. ISSN 1980-5314. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2020.

HIRATA, Helena; LEBORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução de Naira Pinheiro. São Paulo: Unesp, 2009, 341 p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 531 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: IBGE | Censo Agro 2017 | Home, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: divulgação especial, mulheres no mercado de trabalho, 2018. Disponível em: <IBGE | Biblioteca | Detalhes | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: divulgação especial: mulheres no mercado de trabalho> Acesso em: 09 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente das Unidades da Federação e Grandes Regiões, enviada ao Tribunal de Contas da União - 2001-2019**. Estimativas da População, 2019. Disponível em: <Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação | IBGE>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ILBERY, Brian; BULLER, Carol Morris; Henry; KNEAFSEY, Damian Maye. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban And Regional Studies**, London, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Educação Básica (IDEB)**: Resultados e metas. 2020. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em: 22 jun. 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Sudoeste Paranaense**: especificidades e diversidades. Curitiba: IPARDES, 2009. 68 p. (Os vários Paranás).

IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social. Aspectos da discriminação da mulher na sociedade. Rio de Janeiro, 1970.

JESUS, Jordana Cristina; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cassio M. Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência. *In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 21., 2018, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: Enep, 2018. p. 1-23.

KEMPF, Renata Borges. **A fábrica das sete mulheres**: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2017. Disponível em: <PB_PPGDR_M_Kempf, Renata Borges_2017.pdf (utfpr.edu.br)> Acesso em: 15 out. 2020.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino; SANTOS, Alвори Cristo dos; MÜLLER, Artur Gustavo. **Administração da Unidade de Produção Familiar**: modalidade de trabalho com agricultores. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 1995.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Editora UNIJUI: Ijuí. 2ª Edição, 1995, 222p.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes; GUBERT, José Eduardo; PRESTES, Rosi Maria; MARTINS, Evelise; CADONÁ, Luís Alberto. Transição agroecológica e agricultura camponesa: uma análise em termos de sistemas de produção no Médio Alto Uruguai, RS. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO*, 10, 2014, Frederico Westphalen. **Anais [...]**. Frederico Westphalen: SBSP, 2014. p. 1557-1562.

LISBOA. **Acordo de Lisboa, de 31 de outubro de 1958**. Relativo à Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional. Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra, 1997. Disponível em <Arreglo de Lisboa relativo a la Protección de las Denominaciones de Origen y su Registro Internacional (wipo.int)> Acesso em: 26 mar. 2021.

LUTKE, Vanessa; COSTA, Cassiane da. Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: uma discussão a partir de Santana do Livramento – RS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 266-292, abr. 2019. DOI: 10.14393/RCT143211.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.25, n.1, p.299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.dee.spogg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>> Acesso em: 29 jul. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. 312 p.

MARINI, Marcos Júnior; SILVA, Christian Luiz da; NASCIMENTO, Décio Estevão do; STRAUHS, Faimara do Rocio. Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento regional. **Revista Bibliográfica de Geografia y Estudios Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 996, p. 1-24, 15 out. 2012. Disponível em: <Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local (ub.edu)> Acesso em: 11 mai. 2020.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2010. 568 p.

MENASCHE, Renata; TORRENS, João Carlos Sampaio; ESCHER, Maria Salete; BARGUIL, Silvia Regina (coord.). **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. 97 p. Disponível em: <Repositório Institucional da UFPel - Guaiaca: Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite.> Acesso em: 20 abr. 2021.

MENEZES, Sônia de Souza M.; ALMEIDA, Maria G. Reorientações produtivas na divisão familiar do Trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho *In*: NEVES, Delma, MEDEIROS, Leonilde. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, pp. 129-146, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf> Acesso em: 24 jan. 2021.

MIGUEL, Lovois de Andrade (org.). **Dinâmica e diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 152 p. (Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/SistemasAgrarios.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil territorial: Sudoeste paranaense - PR**. Curitiba: CGMA, 2015. 18 p.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1, 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2007, p.1-15. Disponível em: <https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf> Acesso em: 29 jul. 2020.

MIOR, Luiz C. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). **Congreso Internacional de la Red Sial**. Vol. 4. 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <ANÁLISE DE CONTEÚDO (usp.br)> Acesso em: 18 fev. 2021.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p.

MUCHNIK, José. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificacións y competencias de los consumidores. **Agroalimentaria**, Mérida, n. 22, p. 89-90, 2006.

NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do. **Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino**: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim – PA. 2017. 136 f. Dissertação (Doutorado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/10222/1/Dissertacao_TrabalhoAutonomiaCampo.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021

NEVES, Delma, MEDEIROS, Leonilde. **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, pp. 163-183, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf> Acesso em 24 jan. 2021.

NIEDERLE, Paulo André. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 97-130, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n33p97>.

NIEDERLE, Paulo André (org.). **Indicações geográficas**: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013. 296 p.

NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel (org.). **Mercados alimentares digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. 382 p. (Série Estudos Rurais).

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. *In*: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera (org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: Cut Brasil, 2004. Cap. 4. p. 61-71. Disponível em: <Reconfiguração das relações de gênero no trabalho (fes.de)>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NOBRE, Miriam; HORA, Karla. **Atlas de las mujeres rurales de américa latina y el caribe**: al tiempo de la vida y los hechos. Santiago: FAO, 2017. 82 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i7916s/i7916s.pdf>> Acesso em: 29 mar. 2021.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: <https://ods.imvf.org/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PACHECO, Maria Emília L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, 1997, p. 30-38. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Proposta-Revista-Trimestral-de-Debate-da-Fase-nº-71-1997-02.pdf>> Acesso em 14 mar. 2021.

PAULILO, Maria Ignez. **O trabalho da mulher no meio rural**. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.

_____. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28, 1987.

_____. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 56, p. 285-310, 2013.

_____. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC. 1 Ed. 2016, 383 p.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis Editores Ltda, 2009. Cap. 3. p. 116-149.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política** v. 18, n. 36, Curitiba: 2010 p.15-23. Biblioteca digital de periódicos: UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>> acesso em 24 nov. 2020.

PLOEG, Jean Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Coleção Estudos Rurais, 372 p. 2008.

PLOEG, Jan Douwe van Der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. *In*: GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de (ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1993. Cap. 4. p. 153-196.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. 337 p.

PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199-224, out. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n15p199>.

REICHERT, Lírio José; GOMES, Mário Conill; SCHWENGBER, José Ernani. Avaliação técnica e econômica de um agroecossistema familiar de base ecológica na região sul do rio grande do sul. **Revista Brasileira de Agrociência**, Pelotas, v. 17, n. 1, p. 123-132, mar. 2011.

RENK, Arlene. Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 239-258, nov. 2000.

SABOURIN, Eric. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. *In*: CONTERATO, Marcelo Antônio [et al] (Orgs). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p. (Difusão IEPE/UFRGS).

SABOURIN, Eric; GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo; LEITE, Sergio Pereira; MILHORANCE, Carolina; FERREIRA, Angela Damasceno; SAUER, Sérgio; ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cahiers Agricultures**, [S.L.], v. 29, p. 31, 2020. EDP Sciences. <http://dx.doi.org/10.1051/cagri/2020029>.

SALES, Ceclina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n. 2, pp. 437-443, mai./ago. 2007. Disponível em: <p 437-443 Sales.pmd (scielo.br)> Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, Aline Maiara Demétrio. **Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas**: resistências e conquistas. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2019. Disponível em: <repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4436/1/PB_PPGDR_M_Santos%2c Aline Maiara Demétrio_2019.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021.

SASSATELI, Roberta. Contestação e consumo alternativo: a moralidade política da comida. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 10-34, dez. 2015. Disponível em: <sassatelli_portuguese_contestacao_tessituras_2015.pdf (socioeco.org)> Acesso em: 14 fev. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, dez. 1995.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão – PR, 2014. Disponível em: <tede.unioeste.br/bitstream/tede/1115/1/ALINE MOTTER.pdf> Acesso em: 15 fev. 2021.

SCHNEIDER, Clair Odete. **Mulheres camponesas e agroecologia: uma análise das relações de gênero no acampamento de reforma agrária herdeiros da terra de 1º de maio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. *In*: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007, Wageningen. **Proceedings of XXII Congress of the European Society for Rural Sociology**, Wageningen, 2007. p. 1-40.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**: Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

_____. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2016

SCHNEIDER, Sergio; SALVATE, Natália; CASSOL, Abel. Nested Markets, Food Networks, and New Pathways for Rural Development in Brazil. **Agriculture**, Switzerland, v. 61, n. 6, p. 1-19, 2016.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta Pela Terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. SERVOLO, Leonilde. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SINGER, Paul; MADEIRA, Felícia. **Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970**. São Paulo: Cebap, 1973, 63 p. Cadernos Cebrap n. 13.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 1 n. 1, p. 61-71, 2000. Disponível em: <11_artigo_ecofemi.pdf (tche.br)> Acesso em 10 mar. 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 351 p.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico**: estudos em psicologia, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA NETO, Benedito; LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, David. Teoria dos Sistemas Agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura.: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 4, p. 6-19, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6128/3635>> Acesso em: 05 maio 2020.

SIMONETTI, André Luiz; DEMETRIO, Milena; WALLAU, Angélica Servegnini de; OLIVEIRA, Paulo Henrique de; COSTA, Brendo Henrique da Silva; CELUPPI, Daniela. Análise da retomada do programa de aquisição de alimentos na agricultura familiar diante da Covid-19: o caso do município de São Lourenço do Oeste/SC. In: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ATORES, ATIVOS E INSTITUIÇÕES: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA, 10., 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2021. v. 1, p. 1-19.

SONNINO, Roberta. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019. APESC -

Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. DOI:
<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13036>.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, n. 6, p.181-199, ago. 2006. Disponível em: <Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe | Journal of Economic Geography | Oxford Academic (oup.com)> Acesso em: 20 jan. 2021.

SOUSA, Eder Aparecido de. **Atributos de qualidade valorizados pelos consumidores de produtos agroalimentares em cadeias curtas de proximidade espacial**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, SP, 2019. Disponível em: <Microsoft Word - EderSousa_PGAD_Tupa_29_06_2019_Ultima versao (unesp.br)> Acesso em: 08 de out. 2020.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 9, n. 37, p. 119-126, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200014>.

SUBPLAN – Secretaria Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. **Índice de Gini do Paraná - 2010**. Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba: SUBPLAN, 2016. Disponível em: <https://planejamento.mppr.mp.br/arquivos/File/sistema_indicadores/Demografica/GINI_2010.pdf> Acesso em: 22 jun. 2022.

SUCUPIRA, Fernanda. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016. 36 p. Disponível em: <Mulheres-do-campo-web-1.pdf (sof.org.br)> Acesso em: 15 jan. 2021.

SWENSSON, Luana F. J.; TARTANAC, Florence. Public food procurement for sustainable diets and food systems: the role of the regulatory framework. **Global Food Security**, Online, v. 25, p. 1-6, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211912420300195?via%3Dihub>> Acesso em: 15 dez. 2020.

TIBÉRIO, Luís; CRISTÓVÃO, Artur. Produtos agroalimentares qualificados: uma abordagem na perspectiva da pluralidade das convenções. *In*: NIEDERLE, Paulo André (org.). **Indicações geográficas**: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013. 296 p.

TRICHES, Rozane Marcia. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 126. 2020 p. 881-894. DOI: 10.1590/0103-1104202012622.

TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. A presença do cooperativismo na agricultura do sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd: Desenvolvimento Regional em Debate**, Concórdia, v. 12, p. 65-88, 2022.

WEDIG, Josiane Carine; WALLAU, Angélica Servegnini de; PADILHA, Ana Flávia; SIMONETTI, André Luiz. Sociabilidade e Lazer entre Mulheres Camponesas: vivência de clube de mães. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer - UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 23, p. 58-81, jun. 2020.

WEDIG, Josiane Carine; TERNOSKI, Simão; PERONDI, Miguel Angelo; KIYOTA, Norma. Movimentos de Emigração de Mulheres Rurais em Itapejara d'Oeste/PR: enfrentando relações de poder patriarcais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 26, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v26i0.15021>.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

_____. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87, nov. 2003.

_____. O estado, a agricultura e a pequena produção [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 229 p. ISBN: 978-85-9966-271-7.

WILKINSON, John; MIOR, Luiz Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.13, p.29-45, out. 1999. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/159>> Acesso em: 29 jul. 2020.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. A etnografia do processo de trabalho. In: E. Woortmann e K. Woortmann. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UnB, 1997. p. 192.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colônias italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, Delma, MEDEIROS, Leonilde. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, pp. 89-106, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf> Acesso em: 24 mar. 2021.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - 100 ANOS DE GUERRA DO CONTESTADO, HISTORIOGRAFIA ACERVOS E FONTES, 15., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2016. p. 1-14.

APÊNDICE A - Roteiro Pesquisa de Campo Valor Agregado

AVALIAÇÃO DO VALOR AGREGADO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA

(Tomando como base um ano normal – unidade estabilizada)

I – IDENTIFICAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA:

Nome da agroindústria: Localização:

Tipo de agroindústria (individual ou coletiva):

Ramo de atividade:

Quanto à produção da Matéria Prima:

Nível de Formalização:

Trajatória de evolução (instalação, evolução do sistema de produção da matéria prima, início da agroindustrialização, início da produção orgânica etc.):

Ano de formalização:

Comercialização (para quem vende e como vende?):

Renda bruta anual (estimativa):

Renda líquida anual (estimativa):

Contatos (celular e/ou e-mail):

II – SISTEMA DE PRODUÇÃO DA MATÉRIA PRIMA

- a) Estrutura da Unidade de produção (terra, mão de obra, capital fixo de exploração): especificar e quantificar em termos físicos e monetários:
- b) Atividades produtivas desenvolvidas (especificar: animal e vegetal – área, rebanho...):
- c) Processo de produção (operações agrícolas, coeficientes técnicos e quantidade de insumos/fatores de produção empregados):
- d) Produção Bruta das atividades produtivas, incluindo autoconsumo: (especificar quantidade física produzida, valor econômico):

III – SISTEMA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL:

- e) Estrutura da Unidade de produção (terra, mão de obra, capital fixo de exploração): especificar e quantificar em termos físicos e monetários:

- f) Atividades produtivas desenvolvidas (especificar: animal e vegetal – área, rebanho...):
- g) Processo de produção (operações agrícolas, coeficientes técnicos e quantidade de insumos/fatores de produção empregados):
- h) Produção Bruta das atividades produtivas, incluindo autoconsumo: (especificar quantidade física produzida, valor econômico):

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista Semiestruturada

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES ECOLÓGICAS E A AGREGAÇÃO DE VALOR ALIMENTAR: TRAJETÓRIA DE MULHERES RURAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1) Dados de Identificação:

- 1.1 Nome da Agricultora: Idade:
1.2 SAFE: Data entrevista:
1.3 Escolaridade: Filhos:
1.4 Profissão:
1.5 Mora em área rural: Sim Não

2) Trajetória das mulheres na constituição das agroindústrias:

- 2.1) Conte-me a história de sua agroindústria;
2.2) O que vocês produziam e vendiam antes de ter agroindústria?
2.3) Quem teve a ideia de criar uma agroindústria ecológica?
2.4) Por que iniciaram com a agroindústria?
2.5) Alguma instituição, política pública, ator social externo ou organização lhes apoiou no processo de constituição da AGF? De que forma?
2.6) Como foi a sua participação na criação da agroindústria?
() Produção *in natura* () Comercialização dos alimentos e produtos () Administração do empreendimento () Formalização das agroindústrias frente as legislações alimentares () Elaboração/processamento dos alimentos () Outras: Descrever:

3) Atuação das mulheres nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos:

- 3.1) Quais são as atividades que você desempenha na agroindústria? (produção, gestão, comercialização, marketing, formalização a legislação alimentar etc.);
3.2) Quantas horas você trabalha na produção primária, na agroindústria, no trabalho doméstico e de cuidados e na comercialização?

Produção primária (hs)	Agroindústria (hs)	Comercialização (hs)	Trabalho doméstico e de cuidados (hs)

3.3) Quem é responsável pela renda da agroindústria? Como esta renda é administrada?

3.5) Como são divididas as tarefas da agroindústria dentro do núcleo familiar?

3.6) Quem toma as decisões de produção: o que produzir, quanto produzir, para quem vender, de quem comprar os insumos?

3.7) Quem vende os alimentos, compra insumos e faz as negociações financeiras da agroindústria?

3.8) Quais mercados e canais de comercialização são vendidos os produtos e alimentos das AGFs (descrever quais) e qual o percentual de vendas em cada canal (dividindo os 100% entre os canais existentes)?

4) Transformações dos papéis sociais de gênero e autonomia

4.1) O que a agroindústrias representa para você:

() Mais trabalho () Mais renda () Mais reconhecimento () Espaço de encontro com outras pessoas (socialização) () Espaço de autonomia.

4.2) Você percebe que a agroindústria aumentou sua independência financeira?

4.3) De quem é a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados: limpar, organizar, cozinhar, lavar, passar, cuidar da horta, cuidar do quintal, cuidar das galinhas, cachorros e demais pequenos animais, cuidar de parentes enfermos e crianças etc.? Existe divisão do trabalho doméstico e de cuidados? Como é feita na família?

4.4) Quem prepara o cardápio, as refeições e faz a gestão de estoque dos alimentos e mantimentos da família?

4.5) Quem geralmente cuida de membros da família doentes?

4.6) Quem geralmente dá apoio emocional (conversar, abraçar, animar etc.) para a família frente as dificuldades (falecimentos, doenças, problemas financeiros etc.)?

4.7) Você já fez algum curso sobre alimentos, legislação alimentar ou sobre a agroindústria com as instituições locais ou regionais?

4.8) Qual instituição, organização ou política pública apoio a participação e empoderamento das mulheres nas AGFs?

4.9) Quantas vezes por semana você costuma ir para a cidade resolver assuntos da agroindústria? Se não vai, gostaria de ir? Se vai, quais assuntos resolve e trata?

4.10) Quanto tempo você tem de lazer e cultura? O que geralmente faz nestes momentos?

4.11) Como é dividida e gerida a renda na família e como participam/usam a renda da agroindústria: reinvestindo na agroindústria? Comprando coisas para si (roupas, calçados, cosméticos, alimentos, eletrônicos, cursos etc.)? Comprando roupas, alimentos, materiais didáticos para os(as) filhos(as)? Comprando coisas para a casa como instrumentos de cozinha, móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, fazendo reformas etc.

4.12) Você tem liberdade de usar o dinheiro da agroindústria da forma que acha melhor, sem “prestar contas” a seu esposo?

4.13) Qual foi o último bem material que você comprou com o dinheiro da agroindústria para si? Quando foi?

ANEXO I - Termo de Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE) e Termo De Consentimento Para Uso de Imagem e Som de Voz (TCUISV)

Título da pesquisa: Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional

Pesquisador(es/as) ou outro (a) profissional responsável pela pesquisa, com Endereços e Telefones: Marcio Gazolla, marciogazolla1@gmail.com, (46) 99119-2502 (orientador) e Milena Demetrio, mdemetrio@alunos.utfpr.edu.br, (42) 99114-4152.

Local de realização da pesquisa: Local de escolha da participante, de preferência onde você se sinta segura e confortável (as entrevistas serão online ou via telefone).

Endereço, telefone do local: Google Meet - meet.google.com/gkr-akrz-rdw ou via telefone através do número (42) 99114-4152.

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

Este documento é um convite para participar da pesquisa “Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional”. A pesquisa busca contabilizar quanto as famílias agricultoras do Sudoeste do Paraná têm ganhado com o processamento de alimentos feito em suas agroindústrias ecológicas, a partir do trabalho das mulheres.

Além disso, esta pesquisa busca conhecer a trajetória das mulheres destas agroindústrias e como elas contribuem para geração de renda da família. Sabemos que as mulheres agricultoras trabalham nas agroindústrias, em atividades agrícolas e ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico, de cuidados a crianças e idosos, de cuidado com a horta que alimenta a família e várias outras atividades que historicamente são consideradas femininas.

A intenção é demonstrar que o trabalho das mulheres é importante tanto nas atividades que geram renda (agroindústria) quanto nas que não geram renda diretamente (casa e cuidados). Entendemos que o trabalho que não gera renda é essencial para a família e para a continuidade das atividades que geram renda. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a visibilidade e valorização do trabalho das mulheres agricultoras, que muitas vezes é considerado como “ajuda” e não é considerado nas pesquisas.

2. Objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar a quanto as famílias agricultoras conseguem ganhar com o processamento dos alimentos que é feito pelas

agroindústrias ecológicas e a importância do trabalho das mulheres na formação das agroindústrias e na geração de renda.

3. Participação na pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa será feita através de uma reunião pelo Google Meet, caso você não tenha acesso a internet podemos conversar por telefone. Como sabemos que o dia-a-dia no campo é cheio de atividades o dia e horário para a entrevista será conforme sua disponibilidade.

Esta entrevista terá mais ou menos uma hora de duração e conversaremos sobre

três assuntos principais: como você participou na criação da agroindústria de sua família, quais são as atividades que você desempenha na agroindústria e se esta participação contribuiu para sua independência financeira e se ajudou a dividir de forma justa o trabalho doméstico. Para facilitar a análise a entrevista terá o áudio gravado, mas garantimos que ele não será divulgado, conforme o item a seguir.

4. Confidencialidade.

Os dados coletados por esta pesquisa serão confidenciais, isso significa que não será possível identificar quem é a entrevistada no texto do estudo. Dessa forma você não precisa se preocupar pois sua identidade será preservada.

Nós nos comprometemos a não compartilhar seus dados com outras pessoas, nem identificar sua fala na apresentação de resultados, garantindo a sua privacidade e o sigilo de nossa conversa.

5. Riscos e Benefícios.

5a) Riscos: Os riscos que esta pesquisa apresenta são o de cansaço, devido a duração da entrevista, e o constrangimento diante de alguma questão apresentada. Diante disso, garantimos que em caso de cansaço a entrevista será pausada, assim podemos continuar após um intervalo ou em outro dia, conforme sua disponibilidade. Em caso de constrangimento diante de alguma questão apresentada você poderá passar para a pergunta seguinte, garantimos que você não precisa responder nenhuma questão que lhe desagrade ou cause desconforto.

5b) Benefícios: Através desta pesquisa as famílias agricultoras terão uma ferramenta que as auxiliará nas decisões de produção, pois a análise do valor agregado evidenciará as linhas de produção com maior rentabilidade ou limitações. Para você o benefício será a visibilidade de seu trabalho, tanto em atividades domésticas quanto em atividades agrícolas e agroindustriais, pois o método aplicado mostrará a sua contribuição para geração de renda da família. O diálogo proposto poderá contribuir para a percepção da importância das atividades que você desempenha no dia-a-dia e que podem passar despercebidas por serem consideradas sua obrigação. Assim seu trabalho realizado nos cuidados de sua família e na agroindústria podem ser mais valorizados por você, seu companheiro e seus filhos(as).

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: Mulheres maiores de 18 anos que trabalham em agroindústrias familiares ecológicas do Sudoeste do Paraná.

6b) Exclusão: Não se aplica.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Fica esclarecido que você tem o direito de deixar o estudo a qualquer momento e de receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Da mesma forma, você pode recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem nenhuma penalização. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados a você em forma de relatório após a finalização do estudo. Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse :

() quero receber os resultados da pesquisa (email para envio : _____)

() não quero receber os resultados da pesquisa

8. Ressarcimento e indenização.

Esta pesquisa não terá custos para você, pois será realizada via Google Meet ou telefone. Entretanto fica esclarecido que caso haja qualquer dano comprovadamente causado pela pesquisa você está assegurada pelos itens II.7 e II.21 da resolução 466/12, que afirma que os participantes de pesquisas envolvendo seres humanos têm direito a ressarcimento: compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação; e indenização: cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que está trabalhando para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). **Endereço:** Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** (41) 3310-4494, **e-mail:** coep@utfpr.edu.br.

B) CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo. Declaro também que autorizo a gravação de áudio da entrevista.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo e permitir que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham **fotografia, filmagem ou gravação de voz** de minha pessoa para fins de pesquisa científica/ educacional. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome _____ Completo: _____
RG: _____ Data _____ de
Nascimento: ___/___/___ Telefone: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Assinatura: _____ Data: ___/___/___

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Nome completo: Milena Demetrio
Assinatura _____ pesquisador (a): Data: / /

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Milena, via e-mail: mdemetrio@alunos.utfpr.edu.br ou telefone: (42) 99114-4152.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:

Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** 3310-4494, **E-mail:** coep@utfpr.edu.br